

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

- UFPB

- CH



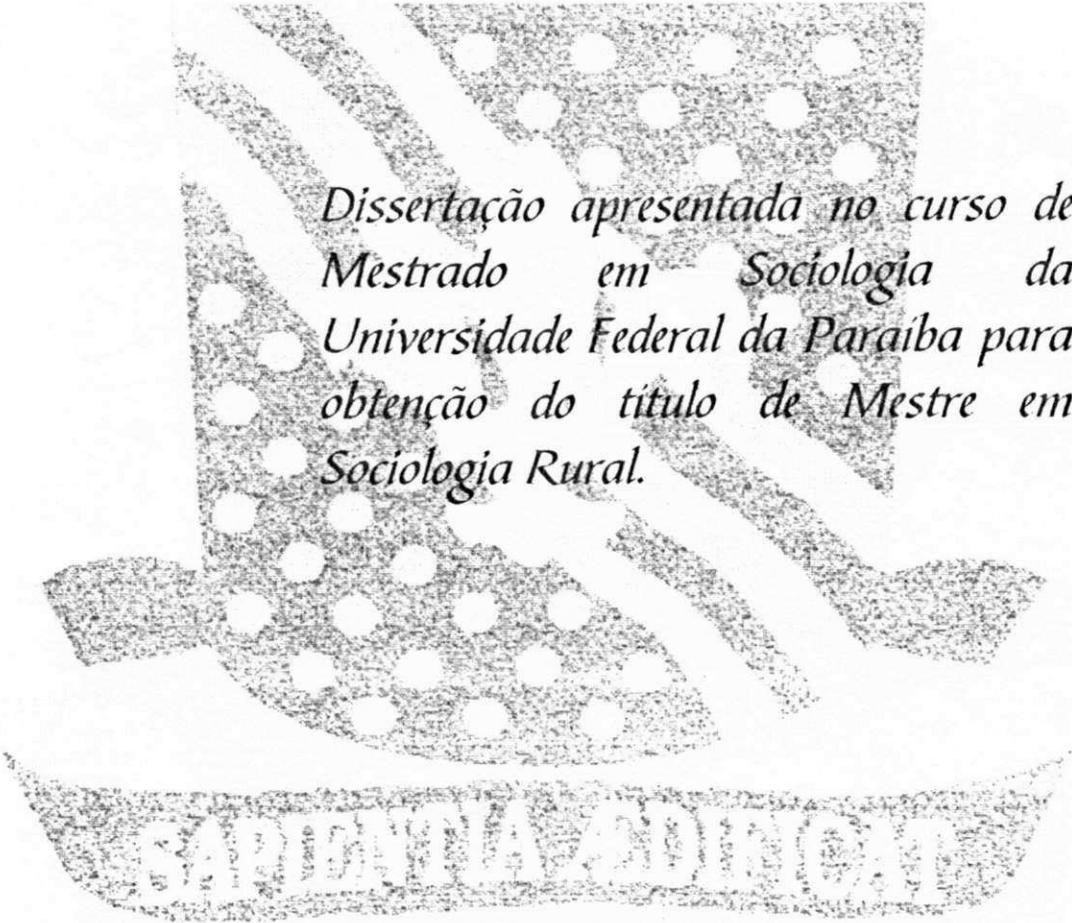
*Vulnerabilidade à Seca e
Sustentabilidade nos Assentamentos de
Reforma Agrária do Semi-Árido
Nordestino*

Luis Henrique Herminio Cunha

NORMA MONTALVO DE SOLER
Orientadora

Campina Grande, '97

Luis Henrique Herminio Cunha



*Dissertação apresentada no curso de
Mestrado em Sociologia da
Universidade Federal da Paraíba para
obtenção do título de Mestre em
Sociologia Rural.*

*Área de Concentração: Sociologia Rural
Orientadora: Norma Montalvo de Soler*

BANCA EXAMINADORA

Dra. Norma Montalvo de Soler (UFPb)

Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UNICAMP)

Dra. Ghislaine Duqué (UFPb)

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

**Dedico esta dissertação aos
meus pais Joaquim e
Valdete, apoio decisivo em
toda a
minha vida
e a
Esther Crispim Oliveira,
presença constante entre
aqueles que a conheceram.**

**“Tão perfeita e abrangente é Sua
criação, que nunca poderá mente
ou coração algum, por mais que
seja aquela aguda ou este puro,
abranger a natureza da mais
insignificante de suas criaturas”**

(Bahá'u'lláh)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido completado sem a ajuda e o estímulo de inúmeras pessoas, a quem gostaria de prestar meus mais sinceros agradecimentos. Pessoas que não se esquivaram de compartilhar comigo as dificuldades, angústias e expectativas e que não poderiam ser esquecidas no momento em que os frutos de tudo isso estão sendo colhidos.

Não terei como agradecer convenientemente à Prof. Dra. Norma Montalvo de Soler, que aceitou orientar esta dissertação em meio a uma incrível sobrecarga de trabalho e a quem aprendi a amar e admirar por sua capacidade, disposição e desprendimento.

Minhas irmãs Ane Cristine, Viviane e Patricia pelo imprescindível apoio dado através de uma convivência sempre agradável, ainda que o irmão nem sempre tenha contribuído devidamente para a manutenção deste ambiente. Aos meus avós Joca e Inês, que me receberam quando em 1990 cheguei em Campina Grande para estudar.

Aos agricultores do assentamento Quandú, de importância fundamental para esta dissertação. Especialmente a João, Maria e Jean, pela hospitalidade e guia; Dedé Lopes e Vadinho. À diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra de Santa Rosa, pelo apoio, em especial ao seu tesoureiro, Martinho. E aos técnicos do Incra, que me abriram as portas para minha pesquisa.

Aos professores do Mestrado em Sociologia Rural, que me desvendaram um incrível mundo novo. Em especial, ao Prof. Antônio Gomes (orientador acadêmico); à Prof. Dra. Guislaine Duqué; ao Prof. Dr. Eric Durrouset; ao Prof. Ivandro da Costa Sales; à Prof. Magnólia Gibson; à Prof. Cristina Marin e ao Prof. Dr. Durval Muniz Albuquerque Júnior. Aos professores Dr. Leonardo Maltchick e Fernando Garcia, pelas observações e contribuições quando da defesa do projeto de pesquisa que resultou nesta dissertação. E ao Dr. Allan Lavell, aquele que me iniciou à temática dos desastres.

Aos amigos do mestrado, Lucira, Conceição, Cidoval, Charliton, Mônica, Ângela, Xênia e a todos os demais que propiciaram um clima de aprendizado coletivo. E aos funcionários Vera, João e Rinaldo, que se mostraram solícitos em me ajudar durante todo o curso.

Finalmente, gostaria de agradecer à família Rabbani (Soheil, Simin, Emilia, Fábio e Roberto), com quem tenho aprendido muito ao longo dos últimos anos. Aos amigos Eraldo e Flávio; Patrícia e Joáís (antigos e verdadeiros amigos); Ceres, Néstor, Hélio, Sina, Parviz, Sandark, Sérgio. E a Martha Jalali, uma pessoa verdadeiramente especial.

RESUMO

O semi-árido nordestino é uma região marcada por elevados indicadores de degradação sócio-ambiental e pelo recorrente desastre da seca, fenômenos que afetam principalmente aos segmentos mais vulneráveis de sua população rural (pequenos produtores familiares e trabalhadores assalariados). Contigente rural que, no entanto, é crescente, em termos relativos, em relação ao total da população rural brasileira. Este trabalho tem como objetivo avaliar até que ponto as experiências de reforma agrária nesta região têm se constituído numa estratégia de redução da vulnerabilidade às estiagens prolongadas para as famílias assentadas e, assim, podem representar mecanismos de desenvolvimento local sustentável. Para isso, tomamos o assentamento Quandú, localizado no município de Barra de Santa Rosa (microrregião do Curimataú Ocidental paraibano), como locus para o desenvolvimento da pesquisa de campo. Baseamos nossa análise nas relações que se estabelecem entre desastres, meio ambiente e desenvolvimento, tomando o conceito de vulnerabilidade como elemento articulador de nossas indagações, no âmbito de uma dinâmica de construção de um novo espaço social que é desencadeada com a desapropriação e assentamento das famílias. A experiência das 47 famílias assentadas no Quandú indica que a melhoria das condições de vida em uma comunidade podem criar condições favoráveis para que outras ações sejam iniciadas com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento local, mas há o perigo de que este avanço em termos da qualidade de vida esteja mascarando uma vulnerabilidade à seca latente que põe em risco a sustentabilidade das ações empreendidas. Concluimos que as frágeis organização comunitária e participação social dificultam o desenvolvimento das potencialidades e capacidades existentes entre as famílias beneficiadas pela reforma agrária ao mesmo tempo em que reforçam importantes fragilidades. Desta forma, os assentados perdem oportunidades de reduzir seu grau de vulnerabilidade à seca e de tomarem nas mãos os destinos de seu próprio desenvolvimento sustentado.

ABSTRACT

The semi-arid region of Northeast Brazil is distinguished by high levels of social and environmental degradation and by drought's disaster. This situation affects particularly the most vulnerable segments of rural population. This segments are, however, growing up relatively to the total of the brazilian rural population. This study intends to evaluate how the experiences of agrarian reform in this region turned into a strategy for the redution of the vulnerability to drought among the families living there and then being able to represent mechanisms of sustainable development. For this reason, we took an agrarian reform settlement called Quandú, in Barra de Santa Rosa (PB), for field work. We based our analysis on the relations between disaster, environment and development, taking vulnerability as articulador concept of our issues, whitin the construction's dynamic of a new social space. The experience of the 47 settled families in Quandú indicates that the improvement of the living condition in a community may create favorable conditions for further actions that will strengthen the local development. However the better living conditions can hide a latent vulnerability to drought that puts in risk the sustainability of these actions. We conclude that the weak communitary organization and social participation make harder the development of the potentialities and capacities of the families living in the agrarian reform settlement and at the same time fortify important fragilities. This way, the settled people loose the opportunity to reduce their high vulnerability to drought and to take the destiny of their own sustainable development in their hands.

RELAÇÃO DOS QUADROS E TABELAS

QUADROS

QUADRO I - Distribuição etária no Quandú

QUADRO II - Distribuição espacial do uso das terras (1985)

QUADRO III - Escolaridade no Quandú

QUADRO IV - Escolaridade entre os titulares do Quandú

TABELAS

TABELA I - Concentração de terras na Paraíba

TABELA II - Concentração de terras no sertão paraibano

TABELA III - Concentração de terras em Barra de Santa Rosa (Pb)

TABELA IV - Equipamentos de uso doméstico

TABELA V - Equipamentos para a produção

TABELA VI - PROCERA - Investimento individual no Imóvel Quandú

(Consolidação dos recursos em 1996)

TABELA VII - PROCERA - Investimento coletivo no Imóvel Quandú (1996)

TABELA VIII - Crescimento dos rebanhos no Quandú

TABELA IX - Escolaridade x Faixa Etária

TABELA X - Escolaridade x Sexo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. DESASTRES, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.....	14
1.1. Relações entre meio ambiente e sociedade: um problema complexo.....	14
1.2. A seca como um desastre.....	15
1.3. Desastres e desenvolvimento.....	16
1.4. Conceitos básicos.....	17
1.5. A opção pela perspectiva da sustentabilidade.....	21
1.6. Aspectos metodológicos.....	23
2. O SEMI-ÁRIDO NORDESTINO.....	29
2.1. O problema da delimitação regional.....	30
2.2. Caracterização do semi-árido nordestino.....	31
2.3. As secas numa perspectiva histórica.....	35
2.4. Desertificação.....	37
2.5. Degradação sócio-ambiental.....	38
3. SECA E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA.....	40
3.1. O modelo de pressão e liberação (PAR).....	41
3.2. A apropriação da terra no semi-árido nordestino.....	43
3.3. Concentração fundiária e vulnerabilidade à seca no semi-árido nordestino.....	53
3.4. Explicitação dos objetivos.....	58
4. QUANDÚ: ONTEM E HOJE.....	60
4.1. Histórico da ocupação e o movimento de desapropriação da Fazenda Quandú.....	60
4.2. Aspectos geo-ambientais e demográficos.....	63
4.3. Aspectos sócio-econômicos e de infra-estrutura.....	68

5. FORMAS E MODOS DE SOCIABILIDADE.....	86
5.1. Relações entre o INCRA e os assentados.....	90
5.2. Dilema entre o comunitário e o familiar/parcelar.....	99
5.3. Diferenciação social e espaços de conflito entre os assentados..	104
5.4. Identidade coletiva.....	108
6. VULNERABILIDADE E SUSTENTABILIDADE: A	
CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NO ASSENTAMENTO	
QUANDÚ.....	112
6.1. Potencialidades e fragilidades.....	113
6.2. Vulnerável ou sustentável?.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
BIBLIOGRAFIA.....	129

INTRODUÇÃO

A humanidade tem despertado, nas últimas décadas, para uma série de problemas, historicamente construídos e com expressão em termos de degradação sócio-ambiental, que colocam em risco a continuidade da vida humana no planeta. Os efeitos do desenvolvimento humano, por um lado, em termos de destruição do meio ambiente, e por outro, enquanto gerador de desigualdades, não parecem mais aceitáveis em vista dos “benefícios” em que resultariam.

Este sentimento de que é necessário realizar uma “reconciliação” entre humanidade e natureza parece ter sido gestado num processo de percepção do planeta enquanto unidade orgânica seriamente ameaçada pelas atividades humanas. Os alertas dos cientistas em relação a algumas transformações em curso com efeitos ainda não completamente previsíveis e o incremento da pobreza, da fome e da violência em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, encaminharam as discussões na direção da busca de um modelo de desenvolvimento que garantisse justiça social e prudência ecológica, permitindo assim a sustentabilidade da vida na Terra. Esse modelo ou conceito em construção está sendo mais amplamente denominado de “desenvolvimento sustentável”.

Neste contexto, desenvolve-se a preocupação com o incremento dos desastres, ao mesmo tempo em que se busca uma compreensão destes fenômenos a partir de uma perspectiva nova: a perspectiva das ciências sociais. Percebeu-se que na medida em que se incrementava a degradação sócio-ambiental, aumentavam os prejuízos e danos associados à ocorrência de desastres em todas as partes do mundo. Por outro lado, a iminência de transformações físico-climáticas decorrentes das atividades antrópicas associadas ao modelo de desenvolvimento vigente contribuíram para que se reforçasse a percepção das relações existentes entre desastres e desenvolvimento.

Entre as áreas em que esta degradação sócio-ambiental tem se tornado mais evidente, estão as regiões áridas e semi-áridas em todo o mundo. Sobre estas regiões, que representam cerca de 40% da superfície sólida do planeta, sendo que deste total 64% na África e Ásia, os processos de desertificação têm reforçado as condições de pobreza e de marginalização de suas populações. As crises alimentares nestas regiões, normalmente associadas com grandes estiagens, têm chamado a atenção de cientistas, governos e ONG's no sentido da necessidade de se mitigarem os efeitos destes fenômenos sobre a população e o meio ambiente frágil.¹

O semi-árido nordestino não ficou imune aos efeitos desse processo global de degradação sócio-ambiental. Percebem-se sinais claros da existência de núcleos de desertificação ao mesmo tempo em que a pobreza da maior parte da população, especialmente nas camadas de pequenos produtores familiares e trabalhadores rurais, não apenas continua como em alguns espaços se intensifica. Para esta região, a seca é um desastre recorrente, com efeitos negativos tanto em termos da degradação social quanto da degradação ambiental. Só nos últimos quinze anos, três grandes secas foram registradas na região (1979-83, 1987 e 1993), com repercussões em termos de perdas de safras agrícolas e de animais; desemprego e inversões públicas em caráter emergencial.²

É importante ressaltar que em virtude de uma “desruralização mais tardia e/ou relativamente menos intensa”, a participação da população rural nordestina, em termos relativos, é crescente em relação ao total da população rural brasileira. A população rural da região Nordeste já representa 46% do total da população rural brasileira. (Moura & Teixeira, 1997: 96)

Apesar de nas últimas décadas ter revertido a tendência ao declínio de sua participação na economia brasileira, o Nordeste ainda não conseguiu alterar de modo

¹ Cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados das terras áridas e semi-áridas estão ameaçadas pela desertificação. Onde se implantou a irrigação, a degradação é em torno de 30% da área, enquanto que em zonas agrícolas não irrigadas, a degradação chega a 73% da área total. (Tavares de Melo, 1996: 02) Deve-se considerar, no entanto, que as áreas irrigadas normalmente apresentam condições edafoclimáticas melhores que as áreas não irrigadas.

² O Programa de Frentes produtivas de Trabalho estabelecido em abril de 1993 deu ocupação a 1.942.905 trabalhadores em seu momento mais crítico. Previsto para durar apenas três meses, estendeu-se até agosto de 1994 e resultou em 525,4 milhões de dólares gastos pelo Governo Federal. (Sudene, 1995: 150)

significativo as precárias condições sociais em que vive a maioria de sua população, mantendo em poder dos nordestinos os “recordes” nacionais negativos no que tange à qualidade de vida. Alguns destes indicadores apresentam hiatos de mais de 50% em relação às demais regiões (Presidência da República, 1990: 5-6). A situação é mais grave na área rural do Nordeste, especialmente em sua parcela semi-árida, sujeita ao fenômeno recorrente das secas.

Diante deste quadro, se pergunta: podem os esforços de desenvolvimento marginalizar o setor rural nordestino e concentrar-se nas áreas urbanas, seguindo as tendências dominantes no país? O que pode ser feito no semi-árido rural no quadro de um novo caminho de desenvolvimento sustentável? Como se operacionalizaria o desenvolvimento sustentável em áreas de risco à seca? É no âmbito destas questões que desenvolvemos este trabalho.

Desta forma, fomos levados a empreender o estudo sobre os efeitos de uma medida de desenvolvimento - como é a reforma agrária - em relação à redução ou não do grau de vulnerabilidade à seca entre a população assentada no semi-árido nordestino, tomando como universo empírico o assentamento Quandú, comunidade-amostra localizada no município de Barra de Santa Rosa, Curimataú paraibano, onde o governo federal, através do INCRA, assentou 47 famílias no ano de 1989.

Associando as problemáticas da seca e da reforma agrária, nos propomos a avaliar a natureza da intervenção pública nos assentamentos localizados no semi-árido, procurando relacionar a execução destes programas à questão ambiental e, sobretudo, à questão da sustentabilidade do desenvolvimento no espaço local estudado.

Em termos gerais, nosso objetivo foi avaliar até que ponto os programas de reforma agrária se constituiriam ou não numa estratégia de redução da vulnerabilidade das famílias assentadas no semi-árido, além de visualizar a forma de articulação ou não de um programa de reforma agrária aos planos regionais de desenvolvimento sustentável.

Em termos específicos, tentamos analisar os efeitos da política de reforma agrária no sentido de reduzir, aumentar ou perpetuar a vulnerabilidade à seca entre os assentados do Quandú, além de visualizar as perspectivas de desenvolvimento

sustentável nesta comunidade-assentamento. Finalmente, avaliar a forma em que o programa de reforma agrária influi no processo de construção do espaço social do Quandú pelos assentados após a desapropriação da área.

A discussão temática das ações, das formas e modos de sociabilidade e solidariedade, da rede de relações que dinamizam estes espaços sociais é de valor estratégico quer do ponto de vista sociológico quer do ponto de vista das políticas governamentais. Assim, é importante pensar no peso e no significado das ações e práticas dos agentes sociais envolvidos em termos de seu impacto na redução das vulnerabilidades e/ou como possível suporte do desenvolvimento sustentável nesses espaços sociais.

A busca de subsídios para uma direção nova desse desenvolvimento nos leva, no presente estudo, a resgatar os pontos críticos e as capacidades potenciais presentes nesses espaços locais, como requisitos que possam encaminhar um possível desenvolvimento sustentável, em que a agricultura familiar seja agendada como uma atividade, entre outras ocupações alternativas, a ser dinamizada e fortalecida.

Para o tratamento analítico da questão em estudo, contamos com um arcabouço teórico-metodológico construído a partir de um tripé de conceitos fundamentais: desastres, vulnerabilidade e desenvolvimento sustentável, privilegiando entre eles a vulnerabilidade como conceito aglutinador de nossas indagações. Neste sentido, resgatamos o que vem sendo desenvolvido nas últimas décadas, entre outros, pelos pesquisadores vinculados a La Red (Rede de Estudos Sociais em Desastres na América Latina), com a preocupação de adaptar estes trabalhos ao estudo da seca no semi-árido nordestino e de integrá-los no âmbito mais geral dos problemas sócio-ambientais e suas relações com o desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

* * *

A Assembléia Geral das Nações Unidas promulgou, em 22 de dezembro de 1989, os anos 90 como a Década Internacional para a Redução dos Desastres Naturais. O

objetivo desta iniciativa é “reduzir, por meio de uma ação internacional coordenada, especialmente nos países em desenvolvimento, a perda de vidas, os danos materiais e os transtornos sociais e econômicos causados pelos desastres naturais (...) (Anexo à Resolução 44/236 da Assembléia Geral das Nações Unidas, Apud Valdés, 1994: 361).

Os países em desenvolvimento são os alvos principais das ações para redução dos desastres, levando em consideração que “a pobreza aumenta a vulnerabilidade” aos desastres e que a ocorrência destas catástrofes é um sério impedimento ao desenvolvimento econômico e social.

Nos países em desenvolvimento, as perdas nacionais referentes ao Produto Nacional Bruto (PNB) quando da ocorrência de desastres chegam a ser até 20 vezes mais elevadas que nos países desenvolvidos. Já o número de vítimas chega a ser até 150 vezes maior.

Nestes países, ao longo do processo de desenvolvimento, massas cada vez maiores da população têm sido marginalizadas ou excluídas das conquistas econômicas e sociais, estando relegadas a uma situação de instabilidade em suas condições de vida e de trabalho, que as colocam sob a ameaça constante de degradação social. Por outro lado, o processo de desenvolvimento tem levado a destruição de grande parcela dos recursos naturais disponíveis, num processo acelerado de degradação ambiental.

Os efeitos da degradação social e da degradação ambiental são sentidos principalmente pelas massas populares marginalizadas ou excluídas, tornando-as, ao mesmo tempo, as mais vulneráveis diante da ocorrência dos desastres.

* * *

Ao ser instituída a Década Internacional para a Prevenção dos Desastres Naturais, procurou-se enfatizar a necessidade de um enfoque integral e multidisciplinar do problema, “integrando medidas para definir as políticas e critérios de planejamento com ações de prevenção, mitigação e preparativos” (Valdés, 1994: 361).

A integração da perspectiva das ciências humanas, e mais especificamente da sociologia, ao estudo dos desastres chamou a atenção para o caráter social não apenas de seus impactos, mas também de suas causas. Tem contribuído, desta forma, para que seja revista a perspectiva dominante na análise destes fenômenos, associada às ciências naturais e exatas, que identifica nas situações extremas dos processos físico-naturais as causas principais dos desastres.

É assim que, apesar de a atenção inicial em relação aos desastres partir de um ponto de vista predominantemente técnico-científico, pouco a pouco tem se enfatizado a necessidade de se focar a vulnerabilidade a estes fenômenos, como parte dos processos de desenvolvimento social e econômico. (Valdés, 1994: 362)

A sociologia pode contribuir ainda como suporte de sensibilização dos poderes públicos, de organização e de preparação das sociedades ameaçadas pelos desastres (Benblidia & Masure, 1992: 194), mas sempre integrada numa perspectiva multidisciplinar, que inclua não apenas as demais áreas das ciências humanas, como também as ciências naturais e básicas.

* * *

Entre os desastres relacionados a ameaças naturais ou sócio-naturais, as secas e as estiagens são as que afetam o maior número de pessoas em todo o mundo, em praticamente todos os continentes. São também os mais complexos e menos entendidos de todos os desastres.

Chama a atenção ainda a inabilidade de todas as nações, desenvolvidas ou em desenvolvimento, em se prepararem e responderem ao impacto da seca (Wilhite, 1994: 02). Daí que o número de pessoas que sofrem com as secas em todo o mundo tem aumentado significativamente, com efeitos negativos tanto em termos de fragilização social quanto de degradação do meio ambiente.

De ameaça natural ou sócio-natural, a seca converte-se em desastre e ganha significado na interação com o contexto social. Pois o impacto da deficiência de

precipitação e conseqüente escassez de água depende da vulnerabilidade da sociedade no momento em que se defronta com esta ameaça. (Wilhite, 1994: 05)

A região semi-árida do Nordeste brasileiro é marcada pela permanente ameaça de ocorrência da seca. Os registros de seca remontam ao início da colonização portuguesa, no século XVI. No final do século XIX, a seca é tema nos discursos e preocupações de autoridades, intelectuais e cientistas.

Desde o início, a atuação do Estado na região do semi-árido nordestino alinha-se à compreensão da seca como fenômeno hídrico-meteorológico. Já no começo deste século, é criado o Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), depois renomeado Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que vai se preocupar basicamente com a questão hídrica, através da construção de açudes, poços, barragens.

Ações emergenciais marcam também a intervenção do Estado na região. A cada seca, os recursos destinados ao Nordeste para minimizar o sofrimento da população do semi-árido acabam por dar sobrevida à decadente aristocracia rural.

A falta de planejamento e de uma política para as secas voltados para melhorar as condições de vida das populações mais pobres, especialmente das áreas rurais; a sucessão de modelos de desenvolvimento que acentuam as disparidades inter e intra-regionais e a concentração de renda no país têm agravado a condição de vulnerabilidade das comunidades do semi-árido nas últimas décadas.

A seca, atuando em conjunto com outros processos sócio-econômicos, agrava a ameaça de exclusão que paira sobre a vida de milhares de famílias de pequenos agricultores, moradores, arrendatários e trabalhadores da zona rural. Expulsas de suas terras ou ameaçadas de expulsão, desempregadas, arruinadas pela estiagem prolongada, estas pessoas são candidatas a aumentar o contingente de excluídos do país, seja nos centros urbanos, seja na própria zona rural.

A migração tem se constituído na alternativa mais comum à exclusão social em períodos emergenciais de seca, seja para as capitais ou pólos regionais no próprio Nordeste, seja para outras regiões do país.

* * *

A resistência contra a iminente exclusão social levou também muitas famílias de pequenos agricultores a se engajarem na luta pela terra. Organizadas principalmente a partir do final da década de 70, em alguns casos acabam conquistando o direito à propriedade da terra, através de assentamentos de reforma agrária vinculados tanto ao governo federal, através do INCRA, como aos governos estaduais.

Os assentamentos de reforma agrária convertem-se numa oportunidade de reintegração à sociedade para as populações já excluídas, ou como resistência à exclusão por parte dos agricultores e suas famílias ameaçados de serem expulsos da terra. Num momento de crise extrema, surgem como oportunidade de desenvolvimento. Estes assentamentos constituem, via de regra, situações em que:

a) “diversos tipos de intervenção se fazem por parte de governos, entidades de apoio, entidades representativas de trabalhadores, movimentos e partidos”;

b) trajetórias individuais (homogêneas ou heterogêneas) se cruzam;

c) “realizam-se iniciativas de cooperação, de emprego de novas tecnologias, de preservação ambiental, de organização comunitária” e

d) trava-se discussão “acerca da implantação de um modelo econômico que inclua setores de pequenos produtores”. (Esterci et alli, 1992: 04-05)

No entanto, os assentamentos localizados no semi-árido nordestino também estão sujeitos aos efeitos calamitosos das secas. E por este motivo (por certo, entre outros motivos), são singulares se comparados a assentamentos estabelecidos em outras regiões do país.

Os assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro têm apresentado os piores indicadores sócio-econômicos entre os assentamentos do país. De acordo com o relatório da FAO sobre os “Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos da Reforma Agrária” (1992), a renda média por família nos assentamentos do Brasil era de 3,70 salários mínimos por mês na safra 90-91. No

nordeste, a renda era de 2,33 salários mínimos; enquanto que na região Norte era de 4,18; no Centro-Oeste, 3,85; no Sudeste, 4,13 e na região Sul, 5,62 salários mínimos ao mês por família.

Além disso, o Nordeste apresentava o pior desempenho no quesito da distribuição de renda. Nos assentamentos de reforma agrária da região, apenas 25,52% das famílias superaram a marca de três salários mínimos de renda mensal, enquanto a nível nacional este percentual era de 45% do total das famílias. O percentual dos que tinham renda de até um salário mínimo era praticamente igual ao dos que possuíam renda superior a três salários mínimos, enquanto que a média nacional era de 14,69% e em torno de 5% nas regiões Sul e Sudeste.

No semi-árido cearense, a renda mensal por família não atingia sequer um salário mínimo. O relatório da FAO atesta que “a reforma agrária não teria melhorado significativamente a situação das pessoas em áreas do semi-árido” (p. 13).

No entanto, o mesmo relatório informa sobre a constatação de que, apesar da seca e da pouca fertilidade dos solos no Nordeste, “os beneficiários da reforma agrária não abandonam tão facilmente suas terras” (p. 21).

A solução apontada pelo relatório da FAO para os assentamentos localizados no semi-árido nordestino segue a tendência de considerar a seca como um fenômeno essencialmente natural. A sugestão é de que sejam destinados recursos para obras de canalização de água e de irrigação para o Nordeste, pois “carecendo destas obras em quantidade suficiente, ressentiu-se em termos de renda gerada por família, o que pode ameaçar o futuro do programa (de reforma agrária) na região” (p. 23).

* * *

A problemática da seca e da reforma agrária devem ser inseridas no âmbito do debate em torno do modelo de desenvolvimento adotado no país.

A reforma agrária, como acentuam Abramovay e Carvalho Filho (1994: 37), remete necessariamente ao papel atribuído à agricultura familiar no desenvolvimento

brasileiro. A seca, por outro lado, entendida como fenômeno social, desnuda a condição de vulnerabilidade a que foram submetidas parcelas das massas populares na marcha do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Tanto a reforma agrária como a seca, ao colocarem questionamentos sobre o desenvolvimento do país, abrem espaço para o debate em torno do desenvolvimento sustentável.

Apresentado como alternativa de desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável leva em conta as relações entre a sociedade e a natureza. Como explica Henri Acserald (Leroy et alli, 1995: 360), “não é uma sustentabilidade dos recursos, do meio ambiente, mas sim das formas sociais de apropriação e uso desses recursos e do meio ambiente”.

A incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável ao processo de planejamento do desenvolvimento regional vem sendo tentada no semi-árido nordestino através da elaboração do Projeto Áridas. O projeto é respaldado pela proposta de adoção de políticas de desenvolvimento sustentável como a saída apropriada para as regiões semi-áridas retirada da Conferência Internacional sobre Impactos Climáticos e Desenvolvimento Sustentável de Regiões Semi-Áridas (ICID), realizada em 1992. (Magalhães, 1995: 418)

O Projeto Áridas inclui a problemática da vulnerabilidade à seca, tanto em relação à sustentabilidade atual como das gerações futuras. A análise da vulnerabilidade às variações climáticas e outros fenômenos ambientais está inserida entre as “tarefas” para elaboração de uma estratégia geral de desenvolvimento sustentável para o Nordeste. (Magalhães, 1995: 422-423)

As conclusões gerais das análises feitas para o projeto é de que as condições de desenvolvimento atual na região não são de sustentabilidade, sendo possível supor que as condições de sustentabilidade serão ainda menos satisfatórias no futuro, caso a tendência atual não seja revertida. Isto porque os indicadores sociais, econômicos e ambientais apresentam um alto nível de vulnerabilidade às crises climáticas. (Magalhães, 1995: 423-424)

Como se pode observar, as problemáticas da seca, do desenvolvimento e das ações governamentais na região semi-árida constituem um campo aberto ao debate. Nosso trabalho e seus resultados se inscrevem neste campo e, implicitamente, no processo de construção de uma nova visão dessa realidade social, ou melhor, na busca de uma nova realidade.

* * *

A pesquisa para este trabalho se realizou com base em dados primários e secundários. Iniciamos nosso trabalho com uma pesquisa bibliográfica sobre temas e problemas relacionados ao objeto de estudo. Foram consultados também os documentos referentes ao processo de constituição do assentamento Quandú: atas e documentos da Associação de Pequenos Produtores do Imóvel Quandú, documentos e relatórios de órgãos e instituições que atuam na área, como o STR de Barra de Santa Rosa, INCRA, EMATER e SEDUP.

Realizamos pesquisa de campo durante dois meses, em que trabalhamos com dados quantitativos e qualitativos. Numa primeira etapa, foram aplicados formulários com 45 famílias de titulares do assentamento e mais 17 famílias de agregados, num levantamento das trajetórias e das informações demográficas e educacionais.

A seguir, foi aplicado um segundo formulário com uma amostra de quase 50% das famílias dos titulares do assentamento Quandú com o objetivo de obter informações sobre infra-estrutura, produção agrícola e criação de animais, saúde, moradia, entre outros aspectos, com a preocupação de relacionar, quando possível, informações referentes ao período anterior à desapropriação e às condições atuais. Informações específicas foram coletadas em termos dos bens e serviços comunitários. Nesta fase, se procurou levantar as potencialidades e as fragilidades naturais, humanas, institucionais, econômicas, organizacionais do assentamento como um todo.

Finalmente, foram realizadas entrevistas individuais semi-diretivas com assentados, lideranças e mediadores, aprofundando algumas questões e buscando situar o papel de cada um destes na construção desse espaço social estudado.

* * *

Esta dissertação está dividida em seis capítulos:

No primeiro capítulo, são desenvolvidos os aspectos teórico-metodológicos que norteiam este trabalho. São apresentados e articulados os conceitos de vulnerabilidade, ameaça, risco, desastre, desenvolvimento sustentável e degradação sócio-ambiental, no quadro geral da discussão das inter-relações entre desastres, meio ambiente e desenvolvimento.

O segundo capítulo aborda o semi-árido nordestino a partir de uma caracterização ambiental. Ao mesmo tempo em que o semi-árido é apresentado como região limitante ao desenvolvimento humano, se trabalha o fato de que a ação antrópica pode ter efeitos altamente destrutivos sobre esse “ecossistema frágil”. Um relato resumido das secas históricas na região complementa o capítulo, ao lado da apresentação do principal fenômeno de degradação sócio-ambiental do semi-árido: a desertificação.

No terceiro capítulo, introduzimos a problemática da apropriação da terra no semi-árido nordestino, defendendo o argumento de que a histórica concentração de terras nesta região atua como causa de fundo responsável pela vulnerabilidade à seca dos pequenos produtores familiares e trabalhadores rurais aí estabelecidos, a partir da utilização do modelo PAR (pressure and release). É desenvolvida ainda a problemática da insustentabilidade dos minifúndios nesta região, complementando o quadro com a enumeração de pressões dinâmicas que resultam em condições inseguras de vida para ampla massa de trabalhadores envolvidos com a agricultura.

Os dados da pesquisa de campo são apresentados no quarto capítulo, em que são levantados os aspectos históricos, geo-ambientais, demográficos, econômicos, educacionais, de infra-estrutura, saúde e transporte, na tentativa de apresentar um perfil

do assentamento Quandú, sempre que possível procurando relacionar as condições atuais do local e das famílias assentadas com a situação anterior à desapropriação da área.

O quinto capítulo trata da organização comunitária e da participação social no assentamento Quandú, numa análise em que são abordados os seguintes aspectos: as relações entre o INCRA e os assentamentos; o dilema entre o comunitário e o familiar/parcelar; a diferenciação social e os espaços de conflito entre os assentados e a identidade coletiva. Estes aspectos são problematizados a partir de situações concretas do cotidiano do assentamento.

Finalmente, no sexto capítulo, procede-se a análise da vulnerabilidade à seca entre os assentados do Quandú relacionando-a ao processo de construção de um novo espaço social e às potencialidades e fragilidades do desenvolvimento local. Partimos do pressuposto de que quanto mais elevado o grau de vulnerabilidade ao fenômeno das estiagens prolongadas no semi-árido nordestino, menores serão as possibilidades de um desenvolvimento sustentável para as populações rurais desta região.

CAPÍTULO I

1. DESASTRES, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

1.1. Relações entre meio ambiente e sociedade: um problema complexo

A problemática da seca no semi-árido nordestino envolve, na sua origem e nos seus efeitos, uma série de fatores ambientais, sócio-econômicos e culturais. Esta diversidade de aspectos envolvidos na caracterização de um único problema apresenta-se como um complicador na busca de uma abordagem teórico-metodológica que seja ao mesmo tempo integralizadora e operacionalizável.

As interações sociedade/meio ambiente que são engendradas no semi-árido nordestino também não se apresentam de forma homogênea. Ao contrário, são de tipos variados, pois nem o semi-árido é uma região homogênea, nem as populações residentes na área apresentam características idênticas.

Desta forma, o primeiro desafio na tentativa de se optar por um esquema conceitual capaz de orientar a pesquisa sobre problemas sócio-ambientais em áreas de risco à seca é o de assegurar que este referencial evite as armadilhas de uma teorização muito abrangente do fenômeno, ao mesmo tempo em que permita perceber as variações que se nos apresentam.

Como é preciso trabalhar com fatores ambientais, sócio-econômicos e culturais, como dimensões dos conceitos de vulnerabilidade e sustentabilidade, o pesquisador deve procurar ainda uma abordagem multidisciplinar/interdisciplinar, a ser construída a cada momento, de acordo com as especificidades do locus de estudo e da problematização apresentada.

Finalmente, é necessário que a aplicação deste esquema conceitual resulte em conhecimentos que subsidiem planos de ação a serem formulados pelas organizações governamentais e não-governamentais para o combate à seca.

1.2. A seca como um desastre

A metodologia que vem sendo desenvolvida ao longo dos últimos quarenta anos no âmbito de uma tradição investigativa das ciências sociais sobre os desastres desempenhou um papel importante em nossa tentativa de encontrar um esquema conceitual adequado ao estudo dos problemas sócio-ambientais relacionados à seca.

Para os pesquisadores ligados a esta tradição investigativa, os desastres são principalmente o resultado de falhas nos sistemas sociais, não devendo ser conceitualizados unicamente a partir de alguma causa física (Dynes, 1994:127). Assim, ao aceitar que a seca é um desastre, concorda-se também que é um fenômeno eminentemente social. E que não representa uma ruptura dramática em relação à situação anterior à catástrofe. Ao contrário, requer o entendimento da estrutura social existente no momento em que a comunidade ou população se defronta com um fenômeno potencialmente desastroso:

“...os desastres são fenômenos de caráter e definição eminentemente sociais, não apenas em termos do impacto que os caracteriza, mas também em termos de suas origens, bem como das reações e respostas que suscitam na sociedade política e civil.” (Lavell, 1993: 135)

Esta percepção levou alguns pesquisadores a privilegiarem o estudo dos desastres enquanto um processo de transformações sociais e ambientais levado a cabo ao longo do tempo, que pode ser percebido a partir do grau de vulnerabilidade de determinadas comunidades e populações em relação à determinadas ameaças naturais, sócio-naturais, antropogênicas ou tecnológicas³, resultando na formulação do potencial de risco à desastre destas comunidades e populações.

Poderíamos explicar, simplificadamente, esta relação no semi-árido nordestino da seguinte maneira: é porque dadas comunidades e populações são incapazes de responder adequadamente (vulnerabilidade) à estiagem prolongada (ameaça) que se configura a

³ Esta tipologia das ameaças é sugerida por Allan Lavell (1995: 11).

seca (desastre). A probabilidade de ocorrência da seca ao se relacionar vulnerabilidade e ameaça definiria, por outro lado, o risco à seca.

A vulnerabilidade, no entanto, não é de fácil observação. Wilches-Chaux (1993:23) trabalha a vulnerabilidade como um sistema dinâmico, resultando da interação de uma série de fatores e características (internos e externos) que convergem em uma comunidade particular e que ele chama de “vulnerabilidade global”. A vulnerabilidade poderia ser subdividida em vulnerabilidade natural, física, econômica, social, política, técnica, ideológica, cultural, educativa, ecológica e institucional.

Os diferentes graus de vulnerabilidade entre populações diversas submetidas à mesma ameaça determina a severidade dos efeitos de um evento externo que atue homoganeamente sobre elas. (Cardona, 1993: 61)

1.3. Desastres e desenvolvimento

Ao centrar o foco da análise da seca sobre a vulnerabilidade e sobre o processo de transformações sociais e ambientais historicamente verificados no semi-árido nordestino, nos remetemos à forma como se deu o desenvolvimento das comunidades e populações sob investigação. É preciso entender como o desenvolvimento destas comunidades tem interagido com o risco à seca, reduzindo, aumentando ou perpetuando sua vulnerabilidade.

Assim, alguns estudiosos dos desastres têm abordado estes fenômenos como “um problema não resolvido de desenvolvimento”. Desta forma, os componentes causais que levam a ocorrência de um desastre bem como as estratégias para reduzir seu impacto sobre comunidades e populações sob risco devem ser buscadas na sociedade e no processo de desenvolvimento como um todo. (La Red, 1993: 09)

Ao aprovar em dezembro de 1987 a resolução que declarou a década de 90 como a Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais (DIRDN), a Assembléia Geral das Nações Unidas fundamentava-se na constatação de que o impacto dos

desastres representa um impedimento ao desenvolvimento e custos elevados em termos humanos e econômicos nos países mais vulneráveis e pobres. (Valdés, 1994: 361)

Apesar desta relação básica entre desastres e desenvolvimento, ela é pouco estudada na literatura sobre desenvolvimento, ao contrário do que acontece entre os estudiosos dos desastres. O principal argumento para a integração da consciência do desastre ao planejamento do desenvolvimento é o de que resulta antieconômico não fazê-lo, pois os investimentos destinados a promover o desenvolvimento podem ser perdidos quando da ocorrência de um desastre. Por outro lado, o risco à desastre pode inibir a inversão de recursos em uma determinada área. (Anderson, 1994)

Parece-nos que a seca se adapta bem a esta construção conceitual que relaciona desastre e desenvolvimento. Desta forma, a investigação dos problemas sócio-ambientais em área de risco à seca não podem deixar de lado questionamentos sobre o desenvolvimento.

1.4. Conceitos básicos

A interdependência entre desastre, meio ambiente e desenvolvimento envolve opções conceituais que precisam ser esclarecidas e referenciadas a um meio ambiente natural ou construído. Esta relação se apresenta como o ponto focal que possibilita a integração das várias facetas de um argumento conceitual explicativo complexo e ainda em processo de construção e teste empírico.

Identificamos alguns conceitos chaves capazes de possibilitar a identificação dos fatores condicionantes do processo de conformação dos problemas sócio-ambientais contemporâneos, bem como das alternativas possíveis de confrontação destes problemas:

- a) degradação sócio-ambiental
- b) vulnerabilidade e ameaça
- c) risco
- d) desastre

A reflexão sobre estes conceitos nos capacitará a apreender as bases mais gerais que sustentam este trabalho⁴ :

a) *A degradação sócio-ambiental* - Refere-se a “uma redução de grau ou a uma escala menor” ou a “mudanças na homeostasis de um sistema” de tal maneira que haverá um desequilíbrio (em seu funcionamento cíclico?). Pelo lado ambiental, se faz referência não só aos elementos da natureza, como também ao meio que é produto de uma complexa relação entre os elementos do suporte oferecido pela natureza e o ambiente socialmente construído - a cidade ou o campo e suas estruturas físicas, padrões sociais e culturais, etc. A degradação refere-se à totalidade ambiental: o natural, o físico e o social.

A degradação sócio-ambiental é um conceito eminentemente social e histórico e implica, como processo, no exame do impacto do social sobre o social, do condicionamento social do impacto da sociedade sobre o natural e do impacto da natureza transformada pela sociedade. Conforme esta perspectiva, a degradação é equivalente a um aumento na vulnerabilidade global de uma comunidade (ou da sociedade), operando sobre os componentes físicos, ecológicos e sociais. O meio ambiente degradado seria a expressão que resume a vulnerabilidade sócio-ambiental diante dos desastres.

Existem problemas quanto à definição operacional da degradação, ou seja, em relação aos parâmetros com os quais se emite critério operacional e se constroem os indicadores de pesquisa e análise da problemática e se formulam políticas quanto aos níveis de degradação aceitáveis.

b) *Vulnerabilidade e ameaça* - são dois conceitos relacionados e que estão ligados à ocorrência de um desastre. A ameaça é qualquer fenômeno (natural, sócio-natural, antrópico ou tecnológico) que signifique uma mudança no meio ambiente que ocupa uma comunidade determinada, que seja vulnerável a este fenômeno.

⁴ As idéias aqui expressas foram desenvolvidas inicialmente em outro trabalho por SOLER, Norma Montalvo & Cunha, Luis Henrique: “Desastres, meio ambiente e desenvolvimento. A busca de um marco conceitual para o estudo dos problemas sócio-ambientais nas áreas de risco à seca no Nordeste”. Trabalho apresentado no VIII Encontro de Ciências Sociais do Norte/Nordeste, realizada no período de 10 a 13 de junho de 1997, em Fortaleza (CE), no GT Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.

Ser vulnerável a um fenômeno natural ou produzido pelo homem é ser susceptível de sofrer danos ou ter dificuldades de se recuperar dele. E a vulnerabilidade não é homogênea, mas uma condição social que se expressa diferentemente em diferentes segmentos populacionais.

Na medida em que o grau de vulnerabilidade é uma expressão do nível de desequilíbrio ou desajuste entre a estrutura social e o meio físico-natural, não pode ter um valor absoluto. E sendo socialmente construída, a vulnerabilidade pode ser reduzida, contribuindo ainda para a redução na severidade dos danos e/ou perdas potencialmente provocados pela ocorrência de um evento ameaçante.

c) *Risco*⁵ - é a probabilidade de ocorrência de um desastre ao se relacionar vulnerabilidade e ameaça. Quando falamos de risco de ocorrência de um desastre, ou de risco à seca, como é o nosso caso, estamos falando da existência de uma ameaça para a qual uma determinada população, ou segmento dela, é vulnerável. Assim, o risco depende tanto da magnitude da ameaça como do grau de vulnerabilidade.

A diferença fundamental entre ameaça e risco é que enquanto a ameaça está relacionada com a probabilidade de que ocorra um evento natural ou provocado pelo homem, o risco relaciona-se com a probabilidade de que ocorram certas consequências, intimamente associadas com o grau de exposição dos elementos, bem como com a vulnerabilidade destes elementos frente à ameaça.

d) *Desastres* - representam uma ruptura, um desequilíbrio ou desestabilização das relações entre a sociedade e suas estruturas econômicas, sociais e políticas com o meio social e natural do qual toma parte e que dá suporte à sua existência. É o ponto crítico e culminante do risco e, por este motivo, é a atualização do grau de risco existente em uma sociedade. Mas o desastre é tanto um processo quanto um produto. O desastre enquanto processo já pode ser percebido quando da criação das condições de risco, resultado da dinâmica das ameaças e da vulnerabilidade. (Lavell, 1995b)

⁵ Com informa Giddens (1991: 27), o termo risco passa a existir apenas no período moderno. “A palavra risk parece ter encontrado seu caminho para o inglês no século XVII e vem provavelmente de um termo náutico espanhol que significa correr para o perigo ou ir contra uma rocha.”

O desastre enquanto processo se evidencia na geração das condições de risco. Enquanto produto, no entanto, refere-se aos efeitos que tem sobre a economia, a sociedade, a política e sobre a própria natureza. Evidencia-se sob a forma de grandes eventos destrutivos ou na presença de pequenas e médias rupturas e desequilíbrios que, vividos cotidianamente, adquirem um valor significativo através do acúmulo de perdas e danos ao longo do tempo.

Uma implicação importante da percepção do desastre como processo é a necessidade de priorizar as investigações sobre os processos que levam à materialização do desastre em um tempo e um espaço determinado. Pois, “é no processo que se capta a criação das condições de risco, resultado da dinâmica das ameaças e das vulnerabilidades sociais” (Lavell, 1995b: 24)

O problema é que esta bidimensionalidade do conceito de desastres não é percebida pelos pesquisadores e, sobretudo, pelos tomadores de decisões. Estes últimos, ao planejarem ações de combate aos desastres, não se utilizam de uma definição consistente, convincente e, especialmente, repleta de possibilidades de atuação na redução da vulnerabilidade. Se apegam ao produto e esquecem do processo.

Daí a importância de se estabelecer parâmetros através dos quais se consiga indicadores de pesquisa e análise da problemática em estudo e se formule o conceito de risco aceitável, particularmente importante no momento em que se planejam políticas de ação. E que sejam integrados os desastres de pequena e média intensidade, para que não continuem a atuar como detonadores de grandes calamidades.

Os conceitos de degradação sócio-ambiental, de vulnerabilidade, ameaça, risco e desastres serão sempre objeto de diferentes interpretações. Pois são construídos a partir de processos ricos em encontros e desencontros de múltiplos atores sociais e de racionalidades, interesses e lógicas diversas. Por este motivo, as definições conceituais e operacionais que se retirem destes conceitos terão sempre este mesmo conjunto de limitações e condicionamentos. E por não serem neutros, supõem implícita ou explicitamente a eleição de uma determinada escala de valores.

1.5. A opção pela perspectiva da sustentabilidade

Ao se tematizar desastres e desenvolvimento, com os objetivos que norteiam este trabalho, é fundamental que se faça uma opção por uma alternativa de desenvolvimento ao modelo predominante na sociedade e que tem sido responsável, em última instância, pela condição de vulnerabilidade de grandes massas populacionais. Esta alternativa temos buscados na perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento.

Mesmo porque esta perspectiva também se opõe ao modelo de desenvolvimento predominante, pois “os argumentos considerados mais plausíveis sobre a etiologia dos problemas ambientais salientam o imbricamento complexo de fatores que configuram opções por *estilos de desenvolvimento sócio-econômico* historicamente dados. Em contraste com uma representação dos processos de crescimento material que se baseiam numa noção de sistema econômico ‘fechado’ e impulsionado por uma dinâmica endógena, esta hipótese pressupõe que seu funcionamento corporifica, pelo contrário, a dinâmica de um subsistema aberto ao conjunto do sistema sócio-ambiental. Sua dinâmica específica dependeria assim, fundamentalmente, da natureza das inter-relações que ele estabelece com os outros subsistemas (social, cultural, político), sob o pano de fundo das coações e oportunidades impostas pelo meio ambiente” (Vieira & Weber, 1997: 17-18).

É a partir desta compreensão que Vieira & Weber (1997: 18) afirmam que:

“A temática das interdependências complexas envolvendo opções de desenvolvimento e a dinâmica do meio ambiente natural e construído afigura-se, assim, como um ponto focal de aglutinação das várias facetas de um argumento explicativo complexo, ainda em processo de teste empírico, considerado como o embrião de uma nova estrutura teórica capaz de permitir a identificação dos fatores condicionantes, da dinâmica e evolução e das alternativas possíveis de confrontação política dos problemas ambientais (...) A crise contemporânea do meio ambiente tenderia a configurar, em síntese, uma crise decorrente sobretudo do esgotamento progressivo dos vários paradigmas de desenvolvimento experimentados desde o início do século.”

Alguns autores têm apontado, por outro lado, que a degradação do meio ambiente é uma das principais causas dos desastres (Cardona, 1993b: 83; Benblidia & Masure, 1992: 186). Esta relação pode ser exemplificada pelo desmatamento acelerado das florestas tropicais no Terceiro Mundo, que acarretam “o aumento das inundações, a aceleração de erosão, a perda de terras agrícolas, o enlodaçamento dos reservatórios, a desertificação” (Benblidia & Masure, 1992: 186).

A degradação dos recursos naturais contribui no sentido de aumentar a vulnerabilidade das populações em área de risco ou mesmo criar novas ameaças. Por este motivo, não é possível desvincular prevenção e atenção dos desastres da conservação do meio ambiente.⁶

A vinculação dos desastres com as questões ambientais, no entanto, é apenas um dos elementos a justificar nossa opção pela perspectiva do desenvolvimento sustentável. Se o conceito de desenvolvimento sustentável remete imediatamente a uma preocupação com a conservação dos recursos naturais (ao desejo de se promover o crescimento econômico sem inviabilizar a vida na Terra das gerações futuras), este tem se mostrado mais amplo e com outras implicações importantes.

Uma destas implicações é perceber o meio ambiente como uma relação social e que “a relação dos homens com a natureza pressupõe a relação dos homens entre si”. Uma consequência disso é que a noção de desenvolvimento sustentável deve levar em conta fatores sociais e culturais. E, assim, incorporar a diversidade social e suas contradições.

Outra preocupação vital da perspectiva da sustentabilidade é com quem vai utilizar os recursos naturais e quem vai ser beneficiado com o planejamento do desenvolvimento.⁷ O desenvolvimento sustentável remete também à gestão deste

⁶ Neste sentido, Cardona (1993b), ao considerar o desastre como impacto ambiental desfavorável, propõe que a prevenção dos desastres seja percebida como uma estratégia da gestão ambiental. Desta forma, o estudioso dos desastres seria ao mesmo tempo um ambientalista e vice-versa. As problemáticas dos desastres e da degradação ambiental devem estar integradas numa abordagem holística.

⁷ Trabalhos que tematizam “os desafios de natureza interdisciplinar” relacionados com a “pesquisa científica (básica e ‘orientada para a ação’) no campo dos modos de apropriação e de gestão de recursos naturais renováveis” podem ser conhecidos na coletânea organizada por Vieira & Weber (1997), intitulada “Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento”.

planejamento, incorporando uma forma participativa, descentralizada, de promover o desenvolvimento. (Leroy et alli, 1995)⁸

Deve-se ressaltar que a construção de todos os assentamentos humanos modificam ou transformam a natureza, através da interação com a terra, o ar, a água, a flora e a fauna. No caso do semi-árido nordestino, por exemplo, os agricultores não apenas têm suas vidas afetadas pelo meio ambiente, mas são também transformadores deste meio ambiente.

As questões colocadas acima, e que não se propõem a esgotar o tema (mesmo porque este é um conceito ainda em fase de amadurecimento conceitual e empírico), fazem com que acreditemos que a incorporação da sustentabilidade do desenvolvimento como categoria de análise e como estratégia alternativa de desenvolvimento será útil ao estudo da vulnerabilidade e, por extensão, dos desastres (em nosso caso, da vulnerabilidade à seca).

Mesmo porque, como afirmam Benblidia & Masure (1992: 190-1910, “proteção do meio ambiente, prevenção das catástrofes naturais e desenvolvimento durável respondem a uma mesma meta de segurança, que as sociedades do terceiro milênio consideram como um dos dilemas fundamentais do homem”.

1.6. Aspectos metodológicos

Apresentados os conceitos fundamentais a partir dos quais iremos trabalhar, é preciso relacioná-los com uma opção metodológica que os torne operacionalizáveis em termos da pesquisa que temos empreendido. Neste particular, iremos seguir os passos já trilhados em outro trabalho por Soler & Cunha (1997), intitulado “*Desastres, meio ambiente e desenvolvimento. A busca de um marco conceitual para o estudo dos problemas sócio-ambientais nas áreas de risco à seca no Nordeste*”.

⁸ As idéias dos dois parágrafos acima foram buscadas em Jean-Pierre Leroy, Peter May, Henri Acserald e Lizst Vieira e foram apresentadas numa conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro em 27 de maio de 1994. As intervenções foram reunidas e publicadas pela FASE-FUSB em 1995.

O primeiro elemento norteador desta proposta metodológica é o trabalho com uma visão multidisciplinar para poder caracterizar a especificidade do desastre da seca, definindo as ferramentas que permitam decifrar essa especificidade no contexto do semi-árido nordestino. Daí a necessidade de se definir com a maior precisão possível os aspectos gerais e os diferentes indicadores que no seu conjunto permitam conformar uma visão global dos riscos, das vulnerabilidades e das capacidades potenciais vigentes na região. A partir destes elementos poderiam ser estabelecidas bases mais reais para a planificação de estratégias de desenvolvimento, que incorporando o elemento mitigação, possa dirigir-se à eliminação dos fatores causais da vulnerabilidade física e social.

Alguns elementos gerais norteadores das pesquisas dos problemas sócio-ambientais em área de risco à seca, bem como indicadores relacionados, foram indicados no artigo acima mencionado. Estes elementos foram as bases de nossas indagações metodológicas e são expostos a seguir:

1.6.1 A idéia do local e do desenvolvimento regional sustentável

Para levar a cabo um planejamento adequado do desenvolvimento, que leve em conta a redução do impacto da seca através da melhoria do nível de vida da população, é necessário partir da *idéia do local e do desenvolvimento regional sustentável*. O êxito de qualquer estratégia de desenvolvimento contendo o elemento mitigação depende de sua adequação às condições reais e locais de vulnerabilidade.

Os dados a serem levantados na pesquisa devem situar-se no marco de um ordenamento territorial com base nos quais se possa formular planos de ação com objetivos adequados à condição desse território, integrando os espaços, a população e os potenciais de produção.

Nestes termos, os estudos e pesquisas devem, na medida do possível, prover uma imagem/objetivo local ou regional, integrando o complexo total de seus elementos, que serão explicitados através de estudos e pesquisas multidisciplinares e multirreferenciadas. Entre outros, convém considerar os seguintes elementos:

a) aspectos físicos (naturais e materiais): as análises geográficas, hidrogeológicas, meteorológicas, ecológicas e de infra-estrutura, devem ser as mais completas possíveis. É preciso incorporar:

- estudos de recorrência da seca e dos problemas sócio-ambientais a ela associados, utilizando-se de informação meteorológica, sensoriamento remoto e da memória coletiva da comunidade.

- estudos sobre a utilização do solo, dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e de outros recursos associados à definição de uma manejo adequado do meio natural.

b) aspectos sócio-econômicos, administrativos e políticos: é fundamental se ter uma visão clara dos problemas existentes e dos recursos disponíveis a médio e longo prazo. É igualmente importante o conhecimento da organização sócio-econômica e administrativa da localidade, para a definição de responsabilidades e para que, nos programas de ação futuros, possa contribuir na aplicação de certas medidas gerais para a redução do risco à seca.

É a partir da interação do conhecimento obtido em relação aos aspectos físicos e aos aspectos sócio-econômicos, administrativos e políticos que se criarão as bases para um desenvolvimento sustentável.

c) aspectos humanos e culturais: quem são, quantos são e o que pensam os indivíduos. Como percebem a si mesmos, a sociedade e os problemas sócio-ambientais que devem enfrentar.

d) saúde e educação: estes são dois campos fundamentais para a demarcação da vulnerabilidade e das potencialidades de uma determinada população. Quais são as condições de saúde e de nutrição e como estas condições se diferenciam quando relacionados idade e gênero? Como está o processo de capacitação dos indivíduos, quais as suas limitações e habilidades?

e) o local como potencialidade: a idéia do local é uma tentativa de trilhar o novo na busca de alternativas e de soluções para os problemas sócio-ambientais. Sabemos que as potencialidades bem como as vulnerabilidades estão postas no nível local, mas até

onde a ação local é realmente uma efetiva potencialidade? Como conhecer essa potencialidade? Para isto, é preciso:

- examinar medidas tomadas no plano das políticas públicas face ao plano de trabalho local, nas diferentes instâncias relacionadas com essa ação local.

- examinar o papel das ONG's e outras instituições que têm programas na localidade e/ou assessoram os movimentos e organizações locais.

- observar a presença ou ausência de ações negociadas entre governo local e sociedade civil para fortalecer ou inibir a democracia na ação local (o que está sendo feito para diminuir e/ou fortalecer os tradicionais vícios imperantes no plano local: centralismo, clientelismo e outros).

- resgatar as expressões de solidariedade na comunidade e explorar potencialidades que podem reforçar e/ou estimular o princípio de solidariedade em regiões onde o poder local é autoritário e centralizador.

1.6.2. A idéia de descentralização e desenvolvimento sustentável

A relação entre descentralização e desenvolvimento sustentável tem estado na ordem do dia no Brasil desde a década de 80 e tem sido pensada a partir de seus impactos sobre a organização social no nível local. A pesquisa deve procurar:

- a) mergulhar nas ações descentralizadas e tentar entender e situar o poder local como ator privilegiado no processo alternativo de desenvolvimento sustentável.

- b) avaliar o peso do desenvolvimento endógeno - conseguido de baixo para cima, aproveitando as potencialidades originais da própria comunidade.

- c) verificar a existência de plano local de desenvolvimento e avaliar a sustentabilidade deste plano. Em outras palavras, procurar perceber se há uma visão de futuro como ponto de partida e de chegada desse plano alternativo de desenvolvimento.

Os desastres em comunidades pobres e pequenas podem significar oportunidades de desenvolvimento que devem ser aproveitadas, desde que se tomem medidas adequadas, no momento adequado, com plano adequado.

O caos econômico, social, político e organizacional de uma grande cidade faz com que seus habitantes ou governantes percam de vista quais fatores podem estar incrementando a vulnerabilidade de sua população. Nas comunidades menores e menos complexas em termos de sua dinâmica e nível de desenvolvimento, é mais fácil visualizar esses fatores em funcionamento, com a vantagem de se ter uma visão muito mais ampla da problemática que afeta uma comunidade determinada e, se for o caso, contar com uma maior possibilidade de organização e um maior controle sobre o meio ambiente.

A participação da comunidade e a utilização de recursos naturais e tecnológicos locais (só recorrendo a recursos externos quando faltem os locais) é uma estratégia economicamente mais viável e incentiva o uso máximo de recursos locais, sobretudo os recursos humanos. Através da participação popular e da organização da comunidade se pode converter o desastre numa oportunidade de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida.

1.6.3. A idéia da mitigação do desastre da seca e às políticas de desenvolvimento regional sustentado

Regularmente, as populações muito vulneráveis no semi-árido nordestino, ante uma multiplicidade de situações ameaçastes (naturais ou socialmente construídas) sofridas constantemente, tendem a se adaptar e reacomodar para poderem sobreviver. Esta modalidade de ajuste não é adotada pela população vulnerável em forma não organizada e se introduz e se assenta paulatinamente nas formas de vida cotidiana, através de decisões individuais. Neste sentido, é importante:

a) conhecer as estratégias adotadas para o combate à seca e entender sobre que lógica ou racionalidade estão fundamentadas; como estas estratégias poderiam ser desenvolvidas ou aperfeiçoadas. Assim, futuras medidas de mitigação partiriam de um conhecimento e ação prévios. Não se pode desconsiderar esta base.

b) apreender como a comunidade se organiza em relação às medidas de proteção ao meio ambiente, de regulação do uso do solo, dos recursos hídricos e outros recursos naturais e de tecnologias; quem são os atores principais e como têm atuado.

Reivindica-se a necessidade de unir critérios de conhecimento com critérios de (gestão) ação que tenham por meta o bem-estar da comunidade local ou o melhoramento de sua qualidade de vida dentro de um marco institucional viável.

A noção de “estar em risco” no semi-árido deve ser percebida dentro de um quadro referencial mais amplo que a do risco ao impacto da ameaça do flagelo da seca, já que teria que situar as vulnerabilidades que se conformam nas áreas de seca no contexto conjunto dos diversos fatores ameaçantes.

Sendo assim, é necessário considerar outros fatores que são produto ou resultado das características sociais, econômicas, políticas, culturais, institucionais, ideológicas, etc., presentes na região semi-árida e em particular nas comunidades e municípios da região. Nenhuma comunidade é igual a outra e cada uma tem suas próprias formas de organização que lhes dão ou não capacidade de resistência e recuperação, em todo caso, distintas das demais comunidades.

Cumpridas estas condições, o planejamento de medidas de mitigação, ou redução da vulnerabilidade, poderia ser potencializado. E, dessa forma, procurar um desenvolvimento sustentável para o semi-árido.

CAPÍTULO II

2. O SEMI-ÁRIDO NORDESTINO

Ainda que a seca⁹, enquanto desastre, seja um fenômeno eminentemente social, como procuramos demonstrar no capítulo anterior, no Nordeste brasileiro ela está intimamente associada às características naturais predominantes em uma significativa área desta região.

Por outro lado, ao apresentarmos o conceito de desastre, enfatizamos a interação de dois fatores indispensáveis à sua concretização: vulnerabilidade e ameaça. No caso da seca, a ameaça está vinculada à estiagem prolongada que mesmo sendo cíclica, altera os padrões considerados normais ou médios de pluviosidade de uma determinada região.

Desta forma, podemos concluir que mesmo sendo um fenômeno social, a seca deve ser associada com determinados eventos naturais e com determinadas condições ambientais. Por este motivo, acreditamos que não podemos ter uma compreensão adequada dos processos que levam ao desastre da seca, bem como das ações que possam contribuir para atenuar seus efeitos sobre a população vulnerável, sem que nos volvamos para os aspectos naturais que a ela estão relacionados.

Com o objetivo de propiciar esta percepção, nos propomos a empreender uma caracterização do semi-árido nordestino, que definimos como locus de nossas reflexões sobre a vulnerabilidade à seca.¹⁰ Alguns aspectos devem ser destacados nesta

⁹ A utilização do termo "seca" pode causar alguma confusão, em virtude da variedade de acepções que ele tem. Em um momento, pode significar a estiagem prolongada, em outro aquele período do ano em que as chuvas são escassas. No sentido que temos utilizado até aqui, no entanto, refere-se a um fenômeno complexo com características naturais e sociais, mas que, enquanto desastre, se define prioritariamente a partir de seus aspectos sociais. Na medida do possível, iremos priorizar esta última acepção bem como a utilização da expressão "estiagem prolongada". Nem sempre, porém, isso será possível e entre os diversos autores que citamos, é preciso estar atento para o sentido que eles estão dando ao termo.

¹⁰ A seca (estiagem prolongada), como explica Tavares de Melo (1996: 17), não é um fenômeno exclusivo das áreas áridas ou semi-áridas: "Aridez e seca são dois dados climáticos aparentados mas que não devem ser confundidas embora ambas afetem mais particularmente os ecossistemas secos. A aridez é um fenômeno zonal; a seca pode ocorrer em qualquer zona da terra, ele é portanto azonal". No Brasil,

caracterização: a) o semi-árido se apresenta como região limitante ao desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, b) a ação antrópica pode ter efeitos altamente destrutivos sobre esse “ecossistema frágil”.

2.1 O problema da delimitação regional

A seca no Nordeste não é um problema exclusivo de sua porção semi-árida. Desde a Constituição de 1934, oficializa-se o reconhecimento de “uma área sujeita repetidamente aos efeitos das secas”, demarcada como “Polígono das Secas”. Em 1936, a área do polígono foi ampliada, chegando a 1.150.000 km². Em 1951, outra ampliação do polígono, que passou a incluir também o município de Vitória da Conquista, na Bahia, alguns municípios que resultaram do desmembramento de outros já existentes e parte da região norte de Minas Gerais.

É dentro do Polígono das Secas que se localiza o semi-árido, numa área de 912.208 km² (que representa cerca de 54% da área total do Nordeste). É nesta porção do polígono, no entanto, que os efeitos da seca em termos de danos e de prejuízos são mais severos.¹¹

Esta região semi-árida é também chamada de sertão e inclui ainda o litoral setentrional do Nordeste, em que as características semi-áridas chegam “quase até a praia”, ao contrário do que ocorre no litoral leste, mais úmido e com características que o diferenciam da região semi-árida, formando o que se chama de “zona da mata” (Andrade, 1986).

Ao optarmos pelo semi-árido enquanto locus de nosso estudo da vulnerabilidade à seca, em detrimento de outras áreas, especialmente do agreste, onde os efeitos de uma estiagem prolongada também são sentidos, temos como objetivo ressaltar as inter-relações existentes entre meio ambiente e desenvolvimento sócio-econômico (ação antrópica) na conformação de um determinado grau de vulnerabilidade das populações

por exemplo, são conhecidos os registros de estiagem na região Sul, área que não apresenta características áridas ou semi-áridas.

¹¹ Deve-se ressaltar, no entanto, que mesmo na região semi-árida, existem áreas úmidas importantes.

sob risco à seca. Certamente que estas inter-relações são diferenciadas em outras regiões (no agreste nordestino, por exemplo).¹²

Esta delimitação do semi-árido leva em conta especialmente aspectos físico-naturais e são estes aspectos que pretendemos sumarizar a seguir. Desta forma, abrimos mão de situar este espaço numa perspectiva “das diferenças na divisão regional do trabalho” ou “dos desequilíbrios regionais” (perspectivas marcadas pela transitoriedade)¹³, preferindo uma abordagem “ecológica”, cujas transformações necessitam de um longo período de tempo para se consolidarem.¹⁴

2.2. Caracterização do semi-árido nordestino

É preciso ressaltar, em primeiro lugar, que o semi-árido ou sertão nordestino não é uma região homogênea em seus mais de 900 mil quilômetros quadrados. Estudos desenvolvidos pela EMBRAPA-CPATSA recentemente registram a existência de 172 “unidades geoambientais”, distribuídas em 20 “unidades de paisagem” (Apud Rebouças, 1997: 134).

Ainda assim, é possível indicar algumas características gerais que podem ser consideradas predominantes na região, especialmente se descontarmos aquelas áreas em que “os ressaltos orográficos (Serra do Baturité - CE, Serra dos Martins - RN, Triunfo - PE, Brejo das Freiras - PB, dentre outras) e/ou hidrogeológicas especiais (entre as quais Serra do Araripe, Ibiapaba) engendram uma variedade de condições edafoclimáticas, de tal forma que configuram um arquipélago de zonas úmidas ou brejos dentro de um contexto semi-árido” (Rebouças, 1997: 134)

¹² Essa é um aspecto importante dentro de nossa linha de argumentação que considera a região semi-árida como limitante do desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que se apresenta frágil quanto aos efeitos deste mesmo desenvolvimento.

¹³ Oliveira (1993: 27-32). O autor reflete sobre essa transitoriedade quando afirma que: “É possível constatar, sem recuar muito no tempo, que o Nordeste como ‘região’, tanto no sentido aqui proposto quanto no sentido mais corrente na literatura, na opinião pública e nas políticas e programas governamentais, somente é reconhecível a partir de meados do Século XIX, e sobretudo neste século. Há, pois, na história regional e nacional, vários ‘nordestes’ ”.

¹⁴ O que não quer dizer que iremos recusar as análises sociais, econômicas, políticas e culturais em nosso trabalho, mas que estas análises se darão no âmbito da problemática tratada e não como delimitadoras de um espaço definido como locus de nossas preocupações.

As características edafoclimáticas do semi-árido nordestino são semelhantes às de outros semi-áridos quentes do mundo: “secas periódicas e cheias frequentes dos rios intermitentes, solos arenosos, rasos, salinos e pobres em nutrientes essenciais ao desenvolvimento das plantas. A vegetação básica do Sertão é a caatinga, que apresenta grande variedade de formações, todas adaptadas à prolongada estação seca” (Rebouças, 1997: 133).

Três aspectos são especialmente relevantes na caracterização desta região:

- a) as precipitações médias anuais;
- b) a insolação média e
- c) a evaporação.

Os níveis de pluviosidade no semi-árido nordestino variam entre 300 e 800 mm/ano. Em algumas áreas, no entanto, como Cabaceiras (na Paraíba) e o Raso da Catarina (na Bahia) as médias chegam a ser inferiores a 250 mm/ano.¹⁵

O problema da baixa pluviosidade é agravado por outra característica que definiria esta região: a grande variabilidade espacial e temporal das chuvas. Segundo Rebouças (1997: 134), “na prática, a seca decorre da extrema irregularidade de distribuição das chuvas”.

Nos climas semi-áridos podem ser definidos dois períodos distintos - o úmido e o seco. Em referência ao sertão nordestino, Manuel Correia de Andrade (1986: 45) afirma que:

“Quanto ao regime de chuvas, observa-se a existência de duas estações bem definidas: uma chuvosa, compreendendo os meses de verão e de outono, e outra, mais comprida, seca, que se estende pelos meses correspondentes ao inverno e à primavera...Tudo corre normalmente, com uma estação de fartura e outra de privações, se não advém a seca. Esta surge quando, com o verão, não vêm as chuvas.”

¹⁵ Segundo Tavares de Melo (1996: 16), estes níveis de pluviosidade definiriam dois domínios climáticos diferenciados na região: o semi-árido, em que as precipitações médias variam de 150 a 500 mm/ano e o sub-úmido seco, em que as precipitações médias vão de 500 a 800 mm/ano.

É esta possibilidade de não chover naquele período em que deveriam ocorrer as precipitações que marca esta variabilidade das chuvas na região. Em virtude desta variabilidade, algumas vezes não se pode tomar unicamente a pluviosidade como elemento para se analisar um “ano de seca”. Pois as chuvas podem se concentrar em um único mês ou tardarem a acontecer, com efeitos negativos na produção agrícola. Da mesma forma, alguns lugares podem registrar baixos índices de pluviosidade, enquanto outros, registrarem chuvas mais abundantes num mesmo ano.

Esta variabilidade levou a definição de vários tipos de seca, que na verdade equivalem a determinadas variações relacionadas com as estiagens ou com fatores edafoclimáticos em geral:

i) seca hidrológica: “quando as precipitações, embora pequenas, são bem distribuídas e suficientes para dar suporte à agricultura de subsistência e às pastagens. Há queda no volume de água acumulada, mas se o ano anterior tiver sido bem chovido, não haverá maiores consequências”.

ii) seca agrícola (também chamada seca verde): “tem lugar quando as chuvas, embora abundantes, são mal distribuídas no tempo e no espaço, dando lugar a veranicos prolongados, provocando perdas sucessivas de plantio. Ocorre também quando o período chuvoso, conhecido no Nordeste como ‘inverno’, vem se desenvolvendo normalmente, mas as precipitações escasseiam na época da floração, causando frustrações da safra, parcial ou total”.

iii) seca efetiva: “quando se conjugam as situações de baixa precipitação com má distribuição temporal das chuvas, frustando a produção agrícola, tornando precária a alimentação das populações e dos rebanhos e impossibilitando a manutenção dos reservatórios de água para o consumo humano e animal”. (Jorge, 1996: 6-7)¹⁶

A insolação média na região semi-árida é muito elevada: 2.800 h/ano. Em alguns lugares, a insolação é de mais de três mil horas por ano. A presença do sol durante a

¹⁶ Uma outra classificação das secas é dada por Tavares de Melo (1996: 18-19): seca meteorológica ou climatológica; seca hidrológica; seca edáfica e seca agrícola. Revelam que este fenômeno, em termos climáticos, também apresenta nuances que devem ser consideradas quando se procura estudar a vulnerabilidade das populações sob risco à seca.

maior parte do ano traz algumas vantagens em termos de produção de algumas culturas agrícolas e poderia até ser aproveitada na geração de energia (o que tem ocorrido de forma ainda muito precária em termos de utilização da energia solar). Por outro lado, no entanto, é responsável pela elevada evaporação registrada na área: de 2.000 mm/ano. E como os níveis de precipitação são bem inferiores aos de evaporação, temos um acentuado déficit hídrico no semi-árido nordestino.

As temperaturas médias ficam entre 23 e 27° C. “Todo o sertão possui clima quente com temperaturas médias anuais em torno de 25° C - que varia de uma estação para outra - e com uma amplitude térmica anual inferior a 5° C, como costuma acontecer nas regiões de baixa latitude” (Andrade, 1986: 45).

Em virtude de sua constituição geológica, uma parcela significativa do semi-árido nordestino não é propícia a formação de lençóis freáticos com boa qualidade de água (exceção para o Estado do Piauí e outras áreas isoladas, onde esta fonte de recursos hídricos ainda é mal aproveitada). Grande parte da água precipitada é imediatamente drenada, o que caracteriza bem o regime de cheias e secas de grande parte dos rios da região. Como não são abastecidos pelos lençóis freáticos, eles secam durante o período em que as chuvas param de cair, enquanto que nos períodos de chuva as cheias são constantes.

* * *

O semi-árido paraibano apresenta, em linhas gerais, as características acima citadas. Em termos do solo, “uma análise global da litologia paraibana mostra uma predominância do complexo cristalino sobre os terrenos sedimentares” (Atlas Geográfico do Estado da Paraíba, 1985: 22).¹⁷

O clima de domínio quente e seco ou semi-árido ocupa a maior parte do território paraibano. Este domínio “é caracterizado por climas secos, em que se registram altas

¹⁷ Os terrenos sedimentares são encontrados principalmente no litoral. Alguns pontos no interior, porém, apresentam este tipo de terreno, na forma de chapadas sedimentares. Destaca-se, ainda, a bacia sedimentar do Rio do Peixe.

médias mensais de temperatura (entre 25° Ce 30° C), baixos índices pluviométricos (entre 300 e 1.000 mm), altas taxas de evaporação acentuadas por uma má distribuição dos totais anuais de chuva, o que interfere, de forma significativa, nos componentes hídricos locais. Isso condiciona a presença de uma vegetação marcadamente xerófita, como a caatinga, de solos secos e de uma drenagem intermitente...” (Atlas Geográfico do Estado da Paraíba, 1985: 28).

O município de Barra de Santa Rosa, na microrregião do Curimataú Ocidental da Paraíba, onde se encontra o assentamento Quandú, locus de nossa pesquisa de campo, se localiza no Planalto da Borborema (com áreas de dissecação - rebaixamento de trechos do planalto), onde se “observam as mais severas condições de clima seco do Estado, dado ao fato de se encontrar no limite máximo de influência das massas de ar que atingem essa área” (Atlas Geográfico do Estado da Paraíba, 1985: 28). O Planalto da Borborema é formado basicamente de rochas cristalinas.

Assim, no município de Barra de Santa Rosa, em virtude de suas características, podem ser encontrados solos com encharcamento temporário em áreas planas e com problemas de salinização (os chamados Planossolos) e solos castanhos ou brunos, pouco espessos e pedregosos (os chamados solos Brunos não cálcicos).

Esta região é caracterizada por regimes bioclimáticos mediterrâneo ou nordestino quente de seca acentuada ou de seca média, variando entre 7-8 meses secos a 5-6 meses secos por ano. Sua formação vegetal é a caatinga, com características comuns no Cariri e Curimataú, do tipo arbustivo-arbóreo. Entre as espécies vegetais, podemos encontrar: mandacaru, facheiro, xique-xique, macambira, caroá, catingueira e jurema.

2.3. As secas numa perspectiva histórica

O registro de ocorrência de secas no semi-árido nordestino remonta ao século XVI, com a chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil. Apesar disso, existem indícios de que as estiagens prolongadas já ocorriam na região no período pré-colonial, levando os índios inclusive a organizarem represamento de água em alguns rios e

adotarem outras estratégias para se confrontar com o fenômeno, como as migrações sazonais.

A primeira seca registrada ocorreu em 1559, na Bahia, de acordo com a História da Companhia de Jesus no Brasil. Em 1583, Pernambuco também sofreu os efeitos de uma estiagem prolongada. E mais uma vez o relato vem de um jesuíta, Fernão Cardin, que afirma ter ocorrido grande fome no sertão, causando o êxodo de 4 a 5 mil índios para o litoral e áreas úmidas. (Jorge: 1996: 07)

No século XVII as secas registradas por Joaquim Alves são seis (1603, 1606, 1614, 1645, 1652 e 1692). As referências existentes sobre estes dois primeiros séculos, no entanto, são pouco confiáveis, haja vista a concentração da população no litoral (zona úmida).

No século XVIII são registradas outras seis grandes secas, com destaque para o período de 1721 a 1727, que parece ter sido a pior seca até então vivenciada: “secaram as fontes, desapareceram as águas, se destruíram os cultivos e morreu o gado. O ano de 1722 foi o da grande seca, em que não apenas morreram numerosas comunidades indígenas, como também o gado e até se encontravam animais selvagens mortos por todas as partes” (SUDENE, 1995: 140).

Os registros são mais abundantes no século XIX: onze períodos de seca, com destaque para a grande seca de 1877 a 1879, que provocou a morte de cerca de 500 mil pessoas, pela fome e uma série de enfermidades, como varíola, febre e outras doenças associadas à desnutrição e falta de higiene (em virtude dos grandes contingentes populacionais que acorreram para as capitais localizadas nas áreas úmidas).

Já no século XX estão registrados 15 períodos de estiagens importantes, dos quais oito se destacam: 1915, 1932/33, 1951/53, 1958, 1970, 1979/83, 1987/88 e 1993. “Destas são consideradas as piores do século as secas de 1932/33, 1979/83 e 1993” (Jorge, 1996: 08).

2.4. Desertificação

A região semi-árida nordestina tem dado sinais nas últimas décadas de um avançado processo de degradação físico-ambiental, em que a ameaça de desertificação que já paira sobre algumas áreas é um dos principais resultados. Há uma relação entre desertificação e seca, já que esta última além de revelar os processos associados à desertificação, contribui com sua intensificação:

“No Nordeste brasileiro, a condição de semi-aridez dominante faz com que se desencadeiem processos naturais de regressão biótica nos períodos de secas prolongadas que associadas à antiga e intensa pressão antrópica, têm levado a formação de núcleos de degradação edáfica e biótica de caráter irreversível.” (Rodrigues, Apud Tavares de Melo, 1996: 21)

Existem mais de 100 definições do conceito de desertificação. Apesar disso, poderíamos afirmar que a desertificação refere-se a processos de empobrecimento de ecossistemas áridos, semi-áridos ou sub-úmidos engendrados a partir da ação antrópica. Em outras palavras, seria a degradação das terras nos ecossistemas secos, resultante de atividades humanas mal controladas. Origina-se da exploração que ultrapassa a capacidade de carga das terras cultivadas, de ecossistemas frágeis ou marginais e de condições adversas; a combinação de um clima adverso e flutuante com uma exploração excessiva. (Tavares de Melo, 1996: 02-03)

Não se deve confundir a desertificação, processo vinculado à ação do homem sobre ecossistemas frágeis, com a aridificação espontânea, ou seja, a expansão espacial da aridez climática, chamada de desertização. (Tavares de Melo, 1996: 04)

A desertificação - um processo muitas vezes irreversível - provoca a destruição dos solos; modificação no balanço hídrico dos solos, reduzindo o rendimento da agricultura; aumento dos processos erosivos; baixa e redução dos lençóis freáticos; empobrecimento da população e desorganização da economia e ampliação das áreas sujeitas a desertificação. (Tavares de Melo, 1996: 04-05)

As regiões que apresentam processos de desertificação são aquelas em que houve perda da cobertura vegetal original, reduzindo biodiversidade e patrimônio genético; perda de solos pela erosão, salinização ou empobrecimento; diminuição na quantidade e qualidade dos recursos hídricos; diminuição da fertilidade e da produtividade do solo; entre outros aspectos. (Tavares de Melo, 1996: 05)

Vários municípios do semi-árido nordestino já apresenta núcleos de desertificação¹⁸, cujos processos variam de muito grave a grave e moderado. Esses municípios se encontram em praticamente todos os estados nordestinos, com exceção do Maranhão.

2.5. Degradação sócio-ambiental

Como vimos, o semi-árido nordestino se configura como uma região bastante heterogênea, mas que ao mesmo tempo apresenta certas características determinantes das regiões semi-áridas do mundo. E em virtude destas características, se apresenta como região limitante ao desenvolvimento humano, seja pela constituição do solo, seja por fatores climáticos, seja pela escassa oferta de água. Estes fatores, no entanto, não definiriam a priori as condições de contínua emergência social vivenciadas por amplas massas populacionais aí residentes, desde que se buscassem alternativas de desenvolvimento sustentável centradas em ações locais, mas integradas ao desenvolvimento regional e nacional.¹⁹ Alternativas que devem criar ainda mecanismos que progressivamente acabem com determinadas práticas políticas, institucionais e culturais que, ao fazer uso político dos limitantes naturais em benefício de alguns segmentos da sociedade regional, potencializa estes limites, produzindo um progressivo

¹⁸ “Os núcleos de desertificação são áreas isoladas cujas condições de degradação da flora e de erosão dos solos (hídrica, eólica e química) denunciam claramente a diminuição de sua capacidade produtiva. Eles podem ser pontuais, lineares e areolares.” (Tavares de Melo, 1996: 13)

¹⁹ Existem exemplos de áreas áridas ou semi-áridas no mundo que conseguiram um padrão elevado de desenvolvimento (Estados Unidos e Israel), ainda que nem sempre haja preocupação com a sua sustentabilidade.

agravamento das condições de vulnerabilidade vivenciadas por grande parcela de habitantes do semi-árido nordestino.

A seca, a escassez de água, de certo modo, é socialmente construída e difundida a partir de uma memória regional dominante, que enfatiza a importância do fenômeno natural na própria construção da região como região da seca. Idéias que são reforçadas pelos discursos políticos, literários, sociológicos e que são reproduzidas pela população, constituindo-se, dessa maneira, num problema político-cultural que leva à desmobilização e à dependência. Nas instâncias oficiais, a seca e os problemas hídricos também são vinculados aos fatores naturais e, desta forma, incontroláveis.

Qualquer política de desenvolvimento para o semi-árido nordestino deve, portanto, levar em conta os fatores naturais e os fatores sociais, bem como a interação destes dois aspectos, em busca de uma alternativa sustentável que garanta a reversão dos processos de degradação da natureza e do homem.

CAPÍTULO III

3. SECA E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

A seca e a elevada concentração fundiária são dois problemas apontados frequentemente como inibidores ou limitantes do desenvolvimento nordestino, especialmente em sua região semi-árida. E os efeitos da seca e da concentração de terras sobre a formação sócio-econômica e cultural da região são frequentemente tematizados e diria até que cristalizados na forma de estereótipos do Nordeste.

As figuras do retirante que foge da seca e da morte em direção ao sul do país ou ao litoral e do coronel que exerce um poder ilimitado sobre seus apadrinhados são bastante conhecidas e divulgadas através da literatura, do cinema e das artes em geral, rivalizando, em termos de popularidade, apenas com os cangaceiros quando se trata de representar o semi-árido nordestino. E se o retirante é a personificação do trabalhador rural que sofre com a falta de água e de alimentos provocada pela estiagem prolongada, o coronel representa o grande proprietário de terra e a forma pela qual o poder se estrutura e se perpetua na região.

Estas duas problemáticas, bem como seus principais personagens, são também alvo de muitas pesquisas e estudos que tentam explicar, a partir das origens, o fraco desenvolvimento alcançado no semi-árido e apontar soluções para a superação dos problemas regionais.

Neste capítulo, tentamos relacionar seca e concentração fundiária na tentativa de argumentar que a elevada concentração de terras no semi-árido nordestino, situação que tem se consolidado a partir da época colonial num quadro de constante incremento, é um dos principais fatores causais do processo que conduz à fragilização social dos pequenos produtores rurais, tornando-os vulneráveis à seca, que deixa de ser percebida como um fenômeno natural e passa a ser compreendida como um fenômeno eminentemente social, tanto em termos de seus efeitos como de suas causas.

Para que este argumento possa ser melhor compreendido, apresentaremos inicialmente o modelo de pressão e liberação (modelo PAR, pressure and release), um modelo desenvolvido para o estudo dos desastres. (Blaikie, Cannon, Davis & Wisner, 1996) É através deste modelo que tentaremos articular concentração fundiária e seca no semi-árido nordestino.

3.1. O modelo de pressão e liberação (PAR)

O modelo de pressão e liberação está baseado na idéia de que “ uma explicação do desastre requer que nós encontremos uma progressão que conecte o impacto de um desastre sobre a população através de uma série de níveis de fatores sociais que geram vulnerabilidade”. (Blaikie et alli, 1996: 47)

São definidos, para este objetivo, três níveis de análise: as causas de fundo, as pressões dinâmicas e as condições inseguras. Desta forma, podemos perceber o processo pelo qual se constrói a vulnerabilidade de determinada população diante de uma determinada ameaça, natural ou socialmente produzida.

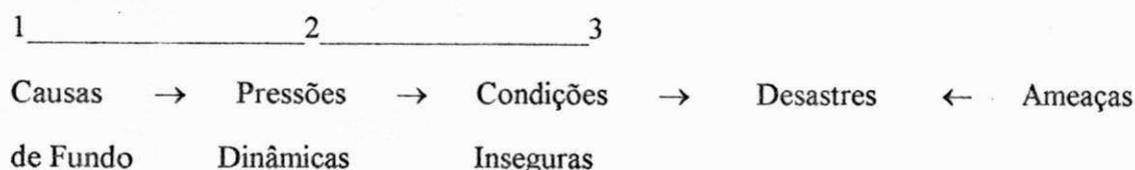
As causas de fundo se referem mais diretamente a processos, notadamente econômicos, políticos e demográficos, que afetam a destinação e distribuição de recursos entre diferentes grupos sociais. Aqui se falam de processos bem estabelecidos dentro de uma sociedade e cristalizados em termos de leis, direitos e valores. Refletem a distribuição de poder nesta mesma sociedade. (Blaikie et alli, 1996:47-49)

Já as pressões dinâmicas são “ processos e atividades que ‘traduzem’ os efeitos das causas de fundo em vulnerabilidade de condições inseguras”. As pressões dinâmicas funcionam como pontes que fazem com que as causas de fundo resultem em determinadas condições inseguras. (Blaikie et alli, 1996: 49)

Finalmente, as condições inseguras são “as formas específicas pelas quais a vulnerabilidade de uma população se expressa no tempo e no espaço junto com uma ameaça”. (Blaikie et alli, 1996: 50)

Podemos representar a progressão da vulnerabilidade através de causas de fundo, pressões dinâmicas e condições inseguras a partir do seguinte esquema:

Progressão da Vulnerabilidade



É preciso destacar ainda que causas de fundo, pressões dinâmicas e condições inseguras são passíveis de mudança, transformação. O modelo pressão e liberação, portanto, não pode ser pensado enquanto modelo estático, mas dinâmico, processual. Se uma ou outra causa de fundo começa a mudar, tem efeitos sobre as pressões dinâmicas que geram condições inseguras para a vida humana. Da mesma forma, a intensidade ou importância de uma ou outra pressão dinâmica pode mudar, sem que as causas de fundo tenham sofrido transformação significativa. E os efeitos deste novo cenário são refletidos sobre a condição de vulnerabilidade de uma população frente a uma ameaça determinada.

Blaikie et alli (1996: 57-72) destacam as relações existentes entre vulnerabilidade e processos globais atuando enquanto causas de fundo. E dentre estes processos, acentuam a importância de alguns em especial: crescimento da população, urbanização acelerada, pressões econômicas globais, degradação ambiental, mudança climática global e as guerras.

Ainda que concordemos com estes autores a respeito da importância de se buscar entender o incremento da vulnerabilidade de grande parte da população mundial²⁰ a partir de causas de fundo que transcendem o âmbito regional ou nacional, aqui procuramos nos deter na caracterização de um processo que mesmo não sendo restrito

²⁰ O incremento da vulnerabilidade pode ser comprovado pelo aumento do número de vítimas e do valor das perdas econômicas e materiais associados a desastres, ainda que eventos associados com ameaças naturais não tenham aumentando significativamente nas últimas décadas. (V. Blaikie et alli, 1996: 57-60)

ao semi-árido nordestino, nesta região assume feições específicas que tentaremos resgatar: a concentração fundiária.

3.2. A apropriação da terra no semi-árido nordestino

A ocupação do semi-árido nordestino pelos colonizadores portugueses data do século XVI e ocorreu de maneira subordinada à economia açucareira que se desenvolvia na zona da mata, seguindo o mesmo padrão desta de concentração da terra nas mãos de um reduzido número de proprietários.

Segundo Manoel Correia de Andrade:

“O Sertão nordestino foi integrado na colonização portuguesa graças a movimentos populacionais partidos de dois focos: Salvador e Olinda. Foram estas duas cidades que se desenvolveram como centros de áreas de terras férteis de ‘massapê’ e, conseqüentemente, como centros açucareiros que comandavam a arremetida para os sertões à cata de terra onde se fizesse a criação de gado, indispensável ao fornecimento de animais de trabalho - bois e cavalos - aos engenhos e ao abastecimento dos centros urbanos em desenvolvimento.” (1986: 147)

Com a distribuição das terras vinculada ao sistema de sesmarias, Portugal objetivava “fundar aqui novas fontes de riqueza com a ocupação e exploração da terra, empresa a que se lançavam os mais audazes representantes da fidalguia lusa” (Guimarães, 1981: 11). A estes “homens de qualidades” eram confiadas grandes extensões de terra, com a única ressalva de que deveriam ser exploradas. Caso contrário, seriam retomadas pela Coroa, o que na prática não acontecia.

A distribuição das sesmarias estava vinculada à produção da cana, que produzia importantes divisas para a metrópole através da exportação do açúcar. Esta fase de exploração da terra através da agricultura fundamentada na monocultura do açúcar destinada à exportação substituiu o período anterior basicamente extrativista e se insere na

estratégia de ocupação da colônia em bases mais sólidas que as proporcionadas pelo extrativismo.

Assim, ocorre “a transformação da terra conquistada em colônia de exploração”, em que as populações indígenas são os primeiros expropriados e escravizados, como resultado da exploração da terra pelos portugueses:

“Sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado e muito menos exercido, é que nasce e se desenvolve o latifúndio no Brasil. Desse estigma de ilegalidade que é o seu pecado original, jamais ele se redimiria”. (Guimarães, 1981: 19)²¹

Existem pelo menos duas explicações conflitantes para a opção pela grande propriedade fundiária no processo de colonização do país. A diferença fundamental entre elas refere-se as características do modo de produção que se estabelece na colônia.

A economia da colônia era baseada fundamentalmente na produção do açúcar para exportação e a esta atividade todas as demais estavam submetidas. Caio Prado Júnior argumenta que em virtude dessa característica essencial da economia colonial, voltada para o mercado externo - característica que se perpetuou até o século XX - pode-se explicar a concentração de terras no Brasil:

“A grande propriedade fundiária constituía a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus.” (1981: 48)

Desta forma, a colonização e ocupação do território se deu desde o início enquanto um empreendimento mercantil.

Já Alberto Passos Guimarães explica a opção pela grande propriedade na colonização brasileira enquanto transposição de um modo de produção feudal - modo de

²¹ Os índios que conseguiram escapar à investida dos colonizadores no litoral refugiaram-se no interior, onde seriam mais uma vez confrontados com as arremetidas em direção aos sertões.

produção ainda dominante em Portugal mesmo que em decadência - mas fortemente influenciado pelo mercantilismo:

“Naturalmente, em um mundo já invadido pelo poder da moeda, o domínio da terra, nobre, místico, absoluto como fosse, não se transformaria em fonte de riqueza sem um complemento indispensável: o capital-dinheiro.” (1981: 23)

Assim, “no sistema de plantação, como aliás no conjunto de economia pré-capitalista do Brasil-Colônia, o elemento fundamental, a característica dominante à qual estavam subordinadas todas as demais relações econômicas, é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção” (Idem, 30-31).

Como já dissemos, a ocupação do semi-árido, chamado de sertão, começou no século XVI, através do mesmo processo de distribuição de sesmarias às pessoas influentes da colônia, só que destinadas a outra finalidade: a pecuária. Desta forma, é criada desde o início a divisão entre zona da mata açucareira e economicamente vinculada ao exterior e sertão pecuário economicamente voltado para o mercado interno.

Além da atividade econômica diferente a que se destinam as terras do semi-árido²², as propriedades se consolidam enquanto fazendas, em oposição aos engenhos da zona da mata. Enquanto estes últimos se constituíam em verdadeiras fortalezas, com suas casas grandes onde moravam os senhores e com várias atividades econômicas relacionadas sendo praticadas dentro da propriedade, constituindo-se numa “unidade produtora autônoma e forte”, a fazenda assume outras características:

a) Os proprietários das fazendas, em sua maior parte, moravam nas capitais - Olinda e Salvador - e não nas casas grandes como os senhores de engenhos. A ocupação das terras era feita “pelos vaqueiros, muitas vezes escravos, e por posseiros que, não dispendo de prestígio em Salvador, nem das habilidades necessárias para obterem concessões de terras nos meios palacianos, não conseguiam sesmarias” (Andrade, 1986:

²² Para Francisco de Oliveira (1993: 46), longe de a criação de gado nos sertões se constituir numa atividade agrária, “a pecuária nordestina (...) podia ser considerada uma atividade extrativista; (...) os rebanhos eram de propriedade privada, e a terra não era propriedade de ninguém, em vastas porções do sertão nordestino”.

148). Segundo Vinhas, 1972: 167) a falta de alimentos na zona da mata, em virtude da crescente ocupação das terras pela *plantation*, em detrimento das culturas de subsistência, fez com que “o deslocamento para as zonas de terras inferiores” fosse “a saída que encontravam as massas famintas para a situação de penúria”. A ocupação dos sertões era, pois, “uma forma de inserção de ‘homens livres na ordem escravocrata’ ” (Oliveira, 1992: 45-46). Já que os escravos eram destinados à cultura do açúcar, de onde se originavam os maiores lucros, abria-se espaço para o “trabalho livre” na pecuária que se desenvolvia no semi-árido nordestino.

b) Como consequência do que foi exposto anteriormente, o arrendamento prosperou na região. Incapazes (e mesmo sem interesse) de controlar diretamente as grandes áreas que lhes tinham sido confiadas pela Coroa Portuguesa, os “fazendeiros” permitiam o estabelecimento de trabalhadores livres em suas propriedades enquanto arrendatários ou posseiros, usufruindo da renda que estes lhes propiciavam. “Reconhecendo o domínio da terra” aos senhores nas capitais, estes trabalhadores tornaram-se seus foreiros, “estabeleciam-se com o curral e as reses no que chamavam de ‘sítio’, pagando anualmente um foro que atingia, em 1710, 10 mil-réis na Bahia. Estes sítios não tinham aquelas dimensões de principados das sesmarias, mas eram formados quase sempre por um lote de uma légua em quadro” (Andrade, 1986: 148). Ao adotar um sistema de arrendamento, e ao contrário do que acontecia na zona açucareira, a pecuária “permitia o acesso à exploração e mais tarde o acesso à propriedade, de homens de menores posses” (Guimarães, 1981: 69)²³.

c) Se na zona da mata açucareira a produção de subsistência era cada vez mais marginalizada, as características pelas quais foi estabelecida a pecuária nos sertões abriu espaço para esta atividade. Manoel Correia de Andrade (1986: 155) explica que “o início da atividade agrícola deve ser contemporâneo do desbravamento do interior e da criação

²³ A ressalva que se faz aqui é que as relações estabelecidas entre proprietários e arrendatários iriam se desenvolver numa forma de semi-servidão, próxima à do modo de produção feudal. E as marcas desta forma de organização econômica evoluíram para o binômio coronéis/apadrinhados bem conhecido do semi-árido nordestino.

do gado. Apenas a agricultura não foi a atividade principal; desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos 'currais' (...) Era feita, porém de uma forma penosa, sendo os pequenos campos cultivados limitados por cercas ou valados que vedavam não só a passagem de bovinos e equinos, como também das 'miunças' - bodes e carneiros". Era uma agricultura que se destinava basicamente ao abastecimento local, estabelecida nos locais úmidos (leitos de rios, lagoas secas), destinadas à produção de mandioca, milho, feijão, entre outros produtos. "As áreas agrícolas constituíam, porém, pequenas manchas, ilhas isoladas na vastidão das caatingas".

Estes fatores, entre outros (separação entre produção e manufatura - no caso do couro; maior ligação com as cidades, em virtude do abastecimento de carne para a crescente população que aí se estabelecia) fazem com que Alberto Passos Guimarães (1981: 69) afirme que neste período a fazenda representava "um passo à frente" em relação aos engenhos.

Por outro lado, no entanto, a fazenda se funda enquanto atividade subsidiária, de menor importância quando comparada à monocultura açucareira e praticada de maneira extensiva. Desta forma, "não podia dar lugar senão a uma estrutura social pobre, pouco diferenciada, cuja posição na estrutura do poder regional não chegava a ser notada" (Oliveira, 1993: 46).

De um lado, a introdução do algodão enquanto cultura comercial e destinada à exportação, produção que é alavancada pelos altos preços que o algodão alcança no mercado internacional e, de outro lado, a decadência dos engenhos do açúcar na zona da mata, que vão passar por um processo de reestruturação que culminará na reconcentração das terras e da produção em torno das usinas, fazem com que no século XVIII se inicie o processo de transferência do poder político e econômico do litoral para o sertão.

De acordo com Oliveira (1993: 46-47), "o 'Nordeste' agrário não açucareiro começará a ser redefinido completamente pela entrada em cena de outro ator: o algodão", sendo o semi-árido propício à produção do algodão de fibra longa (algodão-mocó ou seridó). E desta forma, favorece que se estabeleça na região:

“(...) a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas ‘culturas de subsistência’ do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas.”

O Nordeste do algodão-pecuária substituiu a hegemonia do Nordeste açucareiro e “a imagem do Nordeste (...) em termos da opulência dos ‘barões’ do açúcar (...) começou a ser substituída pela imagem do Nordeste dos latifundiários do sertão, dos coronéis; imagem rústica, pobre, contrastando com a dos salões e saraus do Nordeste ‘açucareiro’. Nesse rastro é que surge o Nordeste das secas.” (Oliveira, 1993: 35)

Ainda que a produção do algodão e a pecuária apareçam como as duas principais atividades econômicas no semi-árido até bem pouco tempo, outras atividades também se desenvolvem, como o sisal e a exploração da carnaúba, com importantes repercussões locais. Apesar disso, a estrutura agrária na qual se assentam estas atividades não apresentam diferenças fundamentais, com a apropriação da maior parte da terra por um pequeno número de grandes proprietários em detrimento de um número crescente de pequenos proprietários e de meeiros, arrendatários, posseiros e demais trabalhadores rurais.

Ao analisar os dados do recenseamento feito em 1950 referente à estrutura agrária brasileira, Caio Prado Júnior (1981: 42) conclui que o que define a estrutura agrária do Nordeste é “o latifúndio absorvente, de um lado; o minifúndio do outro. O que em termos humanos e sociais significa que uma minoria de grandes proprietários concentra em suas mãos a maior parte das terras, deixando à massa da população uma reduzida sobra em que ela angustiadamente se comprime”.

Esta estrutura latifúndio-minifúndio, que passa a ser típica do semi-árido nordestino (Oliveira, 1993: 48) combina algodão, pecuária e culturas de subsistência. Até que a crise do algodão, cuja produção foi praticamente varrida do semi-árido no início da década de 80 em virtude da praga do “bicudo”, chama a atenção para uma

outra possibilidade de desenvolvimento econômico, associado aos perímetros irrigados, no momento em que seus principais produtos - as frutas (manga, uva, goiaba, maçã, melão, entre outras) e os legumes (especialmente o tomate) - aparecem como experiências agrícolas bem sucedidas para a região, vinculadas tanto a uma agroindústria em desenvolvimento como ao mercado externo.

A modernização levada a cabo na agricultura ligada aos perímetros irrigados pode ser melhor compreendida dentro do processo mais amplo de modernização da economia nordestina, projeto que se desenvolve junto com a implantação da SUDENE. Celso Furtado relaciona algumas medidas que deveriam ser tomadas para que se alcançasse este objetivo em relação à atividade agropecuária:

“Criação de uma economia agropecuária resistente às secas, na área do Polígono, através de um grande plano de irrigação nas bacias dos açudes e nas margens do São Francisco, e de melhor aproveitamento das terras úmidas da faixa litorânea, onde deve intensificar-se a produção de alimentos. Incorporação de novas terras úmidas ao Nordeste, deslocando sua fronteira agrícola em direção ao Maranhão. Intensificação dos trabalhos de pesquisa, tanto geológicos como agroecológicos.” (Apud Prado Jr., 1981: 19-20)

Para Caio Prado Júnior (1981: 20) esta posição da SUDENE era equivocada porque percebia os problemas agrários sem incluir “as questões relativas ao próprio fundamento em que assentam as atividades agrícolas e pastoris, a saber, a terra e a sua apropriação”. Ou seja, sem atentar para os homens e para a posição que ocupam nestas atividades, o que, para ele, deveriam ser objeto de intervenção prioritária.

Assim é que apesar de as “políticas estratégicas, apoiadas em projetos hidroelétricos e sistemas ‘fantásticos’ de irrigação” terem transformado “parte do semi-árido nordestino num vale para a produção de frutas e legumes com vínculos fortes com o mercado internacional e setores ‘nobres’ do mercado nacional” (Cavalcanti, 1994: 10) mais uma vez as estruturas agrárias não sofrem grandes transformações na região, principalmente pelas características extremamente localizadas que a agricultura irrigada apresenta. Mesmo que as relações de trabalho nestas áreas tenham avançado em relação

às práticas predominantes no semi-árido e que projetos de assentamento de pequenos proprietários tenham sido levado a efeito nestas áreas, abriu-se espaço também para a grande propriedade, só que agora organizada de maneira mais marcadamente capitalista.²⁴

A área das terras improdutivas no Nordeste é de 45,7 milhões de hectares, para um total de 66,8 milhões de hectares. A área de terras improdutivas, portanto, corresponde a 68,4% das terras agricultáveis da região, percentual que é o segundo mais elevado entre as regiões brasileiras (precedido apenas pela região Norte, onde 79,7% das terras são consideradas improdutivas) e acima da média nacional, que é de 60,7%.²⁵

No caso específico da Paraíba e baseando-se nos dados do Censo Agropecuário de 1985, podemos verificar que a concentração de terras na região semi-árida²⁶ é mais acentuada do que quando tomamos o Estado como um todo. (TABELAS I e II)

Ao compararmos os dados consultados, verificamos que as propriedades com menos de 10 hectares no semi-árido paraibano correspondem a cerca de 46% das propriedades de mesmo tamanho em todo o Estado, enquanto que 78% das propriedades com mais de 1000 hectares da Paraíba se encontram no semi-árido.

²⁴ Para uma avaliação das condições de trabalho nas áreas de agricultura irrigada, cf. o trabalho de Vergolino & Vergolino (1997) sobre o submédio São Francisco: "No caso da área em estudo, o desenvolvimento de técnicas capitalistas modernas de produção aumentou consideravelmente a demanda pelo trabalho agrícola, transformando a região em importadora de mão-de-obra das áreas circunvizinhas, não atingidas ainda pelo processo de desenvolvimento capitalista" (p. 57). Os autores destacam, porém, o caráter localizado deste sistema em Juazeiro e Petrolina. A área de agricultura de sequeiro nestes dois municípios ainda representa 95% da área agrícola total, onde a produção "depende do regime de chuvas, que é bastante curto e sujeito a cíclicos períodos de estiagem. É o segmento atrasado da agricultura local" (p. 78).

²⁵ INCRA - Estatísticas Especiais/Recad.92, posição jun/94. Citado in "Reforma agrária e desenvolvimento rural no Brasil", Revista de Reforma Agrária, ABRA, Vol. 24, 1994.

²⁶ Os dados disponíveis computam informações para a então mesorregião do sertão paraibano, que incluía aquelas microrregiões do semi-árido paraibano.

TABELA I
Concentração de terras na Paraíba

	Estabelecimentos		Área (ha)	
	Menos de 10ha	148.052	72,83%	393.853
10 a menos de 100ha	46.006	22,63%	1.344.471	27,59%
100 a menos de 1 mil ha	8.665	04,26%	2.161.533	44,36%
mais de 1000 ha	541	00,26%	972.236	19,95%
Sem declaração	13	-	-	-
Total	203.277	100%	4.872.094²⁷	100%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1985)

TABELA II
Concentração de terras no sertão paraibano

	Estabelecimentos		Área (ha)	
	Menos de 10ha	67.980	60,17%	227.786
10 a menos de 100ha	37.552	33,24%	1.124.961	29,58%
100 a menos de 1 mil ha	7.006	06,20%	1.714.332	45,08%
mais de 1000 ha	423	00,37%	734.948	19,33%
Sem declaração	13	00,01%	-	-
Total	112.974	100%	3.802.033	100%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1985)

A concentração de terras é ainda mais acentuada quando consideramos unicamente o município de Barra de Santa Rosa (TABELA III), localizado no Curimataú

²⁷ Os números dados pelo próprio IBGE não coincidem perfeitamente quanto a área total, se somarmos as áreas parciais acima, o mesmo ocorrendo com a área total quando consideramos apenas o sertão da Paraíba e o município de Barra de Santa Rosa.

Ocidental paraibano, dentro da zona semi-árida, e onde se localiza o assentamento Quandú, que escolhemos como locus de nossa pesquisa.

TABELA III
Concentração de terras em Barra de Santa Rosa (Pb)

	Estabelecimentos		Área (ha)	
Menos de 10ha	1.257	68,58%	3.813	04,82%
10 a menos de 100ha	452	24,59%	13.329	16,87%
100 a menos de 1 mil ha	108	05,87%	28.099	35,57%
mais de 1000 ha	17	00,92%	33.737	42,71%
Sem declaração	04	00,21%	-	-
Total	1.838	100%	78.981	100%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1985)

Verificamos que mais de 93% dos estabelecimentos rurais no município têm menos que 100 hectares, correspondendo a cerca de 22% da área total (17.142 ha), enquanto que apenas pouco mais de 6,5% dos estabelecimentos contam com mais de 100 hectares, totalizando, no entanto, mais que 78% da área total (61.836 ha). Cabe destacar ainda que menos de 01% das propriedades com mais de 1000 ha correspondem a quase 43% das terras do município.

As experiências de reforma agrária no semi-árido nordestino, especialmente a partir da redemocratização em 1985, também não têm logrado promover transformações significativas na estrutura agrária, onde a concentração fundiária continua a ser o traço fundamental, associada a um grande número de pequenas propriedades que não chegam a ter 10 hectares. A pecuária continua como atividade econômica principal das grandes propriedades, enquanto os pequenos produtores familiares dedicam-se principalmente as culturas do milho e feijão, com caráter fundamental de culturas de subsistência.

Em resumo, podemos afirmar que a estrutura agrária no semi-árido nordestino, especialmente em relação a propriedade da terra, não tem sofrido grandes transformações nos últimos séculos. Ainda que muitos trabalhadores rurais tenham conquistado a propriedade da terra, esta área representa um percentual ainda muito baixo em relação à área ocupada pelas propriedades maiores. Esta situação deve-se ao processo aparentemente contraditório de incremento da concentração fundiária ao mesmo tempo em que aumenta o número de pequenas propriedades. Estas últimas, no entanto, são resultado mais da divisão das propriedades dos pequenos produtores, do que de um aumento da área total destinada as propriedades com menos de 100 hectares.

3.3. Concentração fundiária e vulnerabilidade à seca no semi-árido nordestino

A percepção de que é necessário se reformar a estrutura fundiária do Nordeste, e especialmente da região semi-árida, não é recente. Ainda antes do golpe militar de 1964, o movimento das Ligas Camponesas reivindicavam a distribuição da terra para aqueles que nela trabalham e o acesso dos trabalhadores rurais aos direitos que o Estado deveria lhes garantir.

Mais recentemente, a questão é retomada com a emergência da “Nova República” que lança o Projeto Nordeste em que se define como objetivo central a erradicação da pobreza absoluta na região e que coloca a questão fundiária em destaque, após as tentativas infrutíferas de se atacar a “questão nordestina” através de soluções hidráulicas, ecológicas e desenvolvimentistas:

“(..) o PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural) sempre afirmou que não se pode fazer nada duradouro para o pequeno produtor sem atacar a problemática da terra, ressaltando que a concentração fundiária impede o aumento da produção e produtividade, uma maior geração de emprego e o avanço da modernização e do desenvolvimento sócio-cultural.” (Chaloult, 1988: 85)

Apesar das intenções iniciais, os resultados do programa foram pouco representativos. Depois de três anos, o PAPP havia dado “acesso à terra a menos de 1,0% da população que realmente necessita ser atingida pela reforma agrária. Esse simples dado reflete o limitadíssimo alcance do projeto frente as gritantes necessidades de centenas de milhares de pequenos produtores nordestinos” (Chaloult, 1988: 87)²⁸.

A verificação de que o “atraso da região” não pode ser atribuído às suas condições físico-climáticas, ou pelo menos, não unicamente a elas, também não é recente. Vinhas (1972: 161-163) dá um testemunho ao mesmo tempo pessoal e esclarecedor:

“Muitos de nós pensamos logo - eu assim pensava - que o problema principal é a falta d'água. Certamente este fenômeno existe (...) O que pesa fundamentalmente no Nordeste é a economia agrícola subordinada ao latifúndio (...) Portanto, é a ação do latifúndio, o caráter de sua produção atual, acrescidos aos aspectos desfavoráveis topográficos e a política errônea ao longo dos séculos, que transformaram o Nordeste em região pobre e atrasada.”

Outra constatação é a de que a seca não atinge a todos da mesma forma. Isso é verdade especialmente quando tratamos da população envolvida com a atividade agrícola no semi-árido nordestino. Se os grandes proprietários de terra sofrem prejuízos em anos de seca, eles possuem condições de se prevenir ou de se recuperar de tais prejuízos.²⁹ “Mas em se tratando de seca, todos os camponeses de condições econômicas de pobres e mesmo de médios tornam-se quase marginais e engrossam os contingentes dos migrantes (...)” (Vinhas, 1972: 187).

²⁸ Yves Chaloult (1988) analisa com acuidade as contradições presentes no Projeto Nordeste desde sua formulação e explica, a partir dos resultados alcançados três anos após seu início, as causas que levaram ao esvaziamento das metas iniciais, principalmente por reforçar, “com o aval e apoio dos aparelhos do Estado, o próprio continuísmo e as tendências à concentração/centralização do capital, reproduzindo as relações sociais vigentes” (p. 111).

²⁹ Manoel Correia de Andrade (1986) relata como nos períodos secos os grandes proprietários deslocam seus rebanhos para áreas de refrigério, seja nos “brejos” ou nas margens de rios como o São Francisco.

Apesar de importantes, as constatações acima carecem de um elemento que as interligue numa explicação causal da seca enquanto fenômeno social que tenha como base a concentração fundiária. A partir de agora tentaremos fazer essa conexão utilizando-nos do conceito de vulnerabilidade e do modelo PAR (pressão e liberação).

Como vimos, uma explicação dos desastres, e particularmente da seca, em nosso caso, requer a compreensão do processo de geração de vulnerabilidades, em que podem ser percebidos três níveis básicos: causas de fundo, pressões dinâmicas e condições inseguras.

Que os pequenos produtores do semi-árido nordestino e suas famílias são vulneráveis à estiagem prolongada é uma constatação óbvia tendo em vista o flagelo em que as secas têm se convertido para esta parcela da população ao longo dos últimos séculos, sem que se percebam transformações significativas em relação a esta situação. A cada nova estiagem prolongada, se repetem as mesmas cenas de fome, desemprego, migração e ações emergenciais por parte dos governos federal, estaduais e municipais.

Dado que determinadas condições inseguras foram geradas ao longo dos anos, é preciso conectá-las com causas de fundo e pressões dinâmicas que historicamente têm atuado sobre os pequenos produtores familiares da região.

Vimos que as causas de fundo se referem a processos que afetam a destinação e distribuição de recursos entre diferentes grupos sociais. Entre a população dedicada à atividade agrícola, qual poderia ser o recurso mais importante? Acreditamos que este recurso não pode ser outro que não a própria terra onde se assentam estas atividades. Estes processos devem ser ainda bem estabelecidos. Ora, o resgate que fizemos do processo histórico de concentração fundiária no semi-árido nordestino mostra que ele não apenas está bem estabelecido como tem derivado seus efeitos durante séculos.

Parece-nos conveniente então que ao buscarmos as causas de fundo que podem ser associadas à vulnerabilidade à seca entre pequenos produtores familiares no semi-árido nordestino, identifiquemos a concentração fundiária como a causa de fundo

determinante e mais influente neste processo de conformação de condições de vida inseguras.³⁰

Ao terem negado o acesso à terra, ou a uma área suficiente/sustentável desta terra, os pequenos produtores rurais do semi-árido se tornam mais vulneráveis aos fenômenos físico-climáticos “naturais” da região. Como sua principal atividade econômica se assenta sobre a terra, o fato de não serem proprietários (ou pelo menos não na quantidade ideal) faz com que estabeleçam determinadas relações com os grandes proprietários/pecuaristas que estão na base da situação de pobreza e estagnação típicas da região.

Ao mesmo tempo, esta forma de apropriação da terra (grande propriedade versus minifúndio) contribui para o desenho das atividades econômicas no semi-árido. Os grandes proprietários com sua pecuária extensiva e os pequenos produtores familiares com sua agricultura de subsistência, completamente dependente de condições climáticas favoráveis. É claro que este é um quadro que tende à generalização e, portanto, que omite determinadas heterogeneidades. O que não impede, a nosso ver, a validade da argumentação aqui desenvolvida.

Quais as pressões dinâmicas que partindo desta realidade de concentração fundiária levam a conformação de condições inseguras? Alguns processos sociais e econômicos razoavelmente bem estudados parecem-nos funcionar como estas pressões dinâmicas:

³⁰ Pode-se argumentar que a concentração fundiária ela mesma é resultado da implementação de um determinado modelo de desenvolvimento e que este sim deveria ser indicado como a causa de fundo principal a ser associada com a vulnerabilidade à seca no semi-árido nordestino. Não negamos a veracidade deste argumento, pois já afirmamos anteriormente que os desastres são um problema não resolvido do desenvolvimento. Mas devemos, partindo desta percepção inicial, encontrar as formas pelas quais este desenvolvimento se cristaliza e afeta negativamente as populações vulneráveis. E é neste sentido que buscamos conectar a concentração fundiária no Brasil, e na região semi-árida em particular, com o desastre da seca.

a) o baixo nível de renda dos pequenos produtores rurais, cuja atividade é pouco lucrativa, com forte caráter de subsistência, o que lhes impede a formação de poupança para períodos críticos;

b) a forte dependência política e econômica destes pequenos produtores em relação aos grandes proprietários de terra, resultando nas formas de coronelismo e apadrinhamento;

c) o estrito acesso a políticas que possibilitem o desenvolvimento de suas atividades, já que os recursos são apropriados pelos grandes produtores, com grande influência política. Ex.: construção de barragens e poços em áreas privadas e com utilização particular com a utilização de recursos públicos; o acesso restrito às políticas de crédito agrícola;

d) baixos níveis de educação e saúde, já que se convertem em cidadãos de segunda categoria, além do fato de não ser do interesse dos representantes da classe dos grandes proprietários o desenvolvimento intelectual e humano desta parcela da população.

Outras pressões dinâmicas poderiam ser relacionadas. E aqui não pretendemos esgotar o tema. Voltaremos a este assunto quando analisarmos as transformações possibilitadas no assentamento de Quandú, em que tentaremos conectar a alteração das pressões dinâmicas ocorrida em virtude da desapropriação da área e distribuição de terra junto às famílias beneficiadas.³¹

O quadro de condições inseguras resultante da atuação da concentração de terras e de suas pressões dinâmicas associadas no semi-árido nordestino é bem conhecido e será desenvolvido de maneira mais completa no capítulo seguinte, a partir da experiência das famílias assentadas no Quandú. Nos limitaremos a relacionar algumas destas condições:

³¹ No capítulo seguinte apresentaremos outros fatores que resultam em vulnerabilidade em relação ao desastre da seca, mas que não estão diretamente vinculados a modelo PAR. Estes outros aspectos contribuirão para que se complete o quadro que leva os pequenos produtores familiares à esta condição de vulnerabilidade e as possibilidades de se reverter esta situação.

- a) pequena capacidade de resistir às estiagens prolongadas, em virtude da reduzida reserva de recursos hídricos (ou dificuldade de acesso aos recursos existentes), de alimentos e de poupança;
- b) inexistência de programas efetivos de preparação para o desastre da seca;
- c) incapacidade de mobilizar a sociedade brasileira ou regional em torno dos problemas que vivenciam em sua vida diária (até que estes problemas se convertam em uma calamidade);
- d) condições precárias de saúde e nutrição;
- e) pequena capacidade de organização e mobilização comunitária.

3.4. Explicitação dos objetivos

O objetivo a que nos propomos aqui não foi o de levantar todas as “causas de fundo” que resultam em “condições inseguras” de vida para as famílias de pequenos produtores do semi-árido nordestino. Tão pouco era nosso objetivo descrever de maneira completa como estas causas de fundo, ao se expressarem através de “pressões dinâmicas”, contribuem para a conformação da vulnerabilidade desta mesma população em relação ao risco da seca na região.

Ao descrevermos a forma como se deu a apropriação da terra no semi-árido, as origens históricas da grande propriedade em contraposição ao minifúndio e as relações econômicas e de trabalho que esta forma de apropriação do espaço cria, procuramos argumentar em defesa de uma hipótese central, e a nosso ver, fundamental, para o entendimento dos fatores sociais que provocam a seca enquanto desastre (em termos dos conceitos que temos utilizado) na região: que a concentração fundiária é um fator dos mais importantes no processo de conformação da condição de vulnerabilidade de imensas massas populacionais expostas às estiagens prolongadas que frequentemente se registram no semi-árido nordestino.

E ao argumentar em favor dessa hipótese central, somos levados a afirmar que a menos que se promova uma reestruturação fundiária, uma alteração significativa nas bases

pelas quais se distribui a terra entre os agricultores “sertanejos” , não se poderá combater de maneira eficaz o desastre em que a seca se converte para a maior parte destes agricultores. Da mesma forma que dificulta o planejamento e implantação de uma alternativa de desenvolvimento para este segmento da população do semi-árido nordestino baseada na idéia da sustentabilidade.

CAPÍTULO IV

4. QUANDÚ: ONTEM E HOJE

Quando, do tupi Kuã'du, é um dos nomes dados aos animais mais comumente conhecidos como “ouriços-cacheiros”:

“Nome comum das espécies de gênero coendu, mamífero roedor da família dos coendídeos; o corpo é coberto de espinhos que servem de proteção ao animal; geralmente arborícolas, alimentam-se de frutas. Ocorre em quase todo o Brasil.” (Dicionário Léxico e Enciclopédico ilustrado da língua portuguesa)³²

Os moradores do assentamento, no entanto, não sabem explicar qual a origem do nome da propriedade, mesmo aqueles que trabalhavam há muitos anos na antiga fazenda Quandú. Não é difícil acreditar que estes pequenos animais existissem na área, ainda hoje mantendo uma boa parte da vegetação nativa, mas se há a possibilidade de que tiveram a fazenda como habitat, é certo que atualmente não podem mais ser encontrados no local.

É significativo, porém, que estes animais de aspecto rude, preparados para resistir aos predadores, de alguma maneira estejam relacionados ao assentamento. Quando a área foi desapropriada, não se pensou em renomear a fazenda, como acontece muitas vezes em áreas que passaram por um processo de desapropriação para fins de reforma agrária. Será que os assentados, assim como o pequeno quando, estão preparados para enfrentar as dificuldades? Ou melhor, preparados para assumir seu próprio desenvolvimento?

4.1. Histórico da ocupação e o movimento de desapropriação da Fazenda

Quandú

³² Manoel Correia de Andrade, em sua conhecida obra “A terra e o homem no Nordeste” (1986: 172) registra que “quandus” é o nome dado às carnaubeiras novas. Acreditamos que é que o nome do assentamento tenha derivado desta acepção, já que não existem carnaubeiras nesta região.

Os registros orais de ocupação na Fazenda Quandú datam do início do século. A exploração da área se dava basicamente através da pecuária extensiva ao lado da agricultura de subsistência praticada por moradores e rendeiros. Estes rendeiros se dedicavam à produção do algodão, numa área restrita da propriedade.

Relatório de vistoria do INCRA realizada em 1985 mostra que esta situação não mudou muito ao longo do tempo, a não ser com relação à produção do algodão, extinta no início da década de 80 por causa da praga do bicudo. Neste ano, 400 hectares da propriedade era ocupada por pastagens para o gado e apenas 79,5 hectares para a produção de alimentos, especialmente milho e feijão. Dentro desta área agrícola, no entanto, está incluída uma área destinada à plantação de cajueiros e mais quatro hectares utilizados num consórcio de milho e feijão pelo proprietário.

O conflito na área entre os proprietários históricos da terra e os trabalhadores e rendeiros inicia-se em 1979 quando a viúva do antigo patrão decide colocar à venda a Fazenda Quandú. Alguns agricultores (rendeiros e moradores) procuram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra de Santa Rosa pedindo apoio para um movimento que reivindique o direito de preferência na compra do imóvel, de acordo com o Estatuto da Terra.

A idéia inicial era a de conseguir recursos junto ao Projeto Sertanejo. Para isso, 38 moradores e rendeiros da propriedade são mobilizados pelo sindicato. Uma correspondência é emitida ao então ministro da Agricultura, Antônio Delfim Netto, solicitando crédito fundiário para os arrendatários da Fazenda Quandú. A argumentação utilizada é de que a liberação do crédito evitará o despejo dos agricultores e a formação de mais uma área de tensão social no Estado.

Ainda que o movimento dos moradores e rendeiros do Quandú seja pioneiro na região do Curimataú paraibano e exemplo isolado durante muitos anos ainda, alinhava-se a um movimento generalizado no Estado que no fim da década de 70 registra inúmeros conflitos de terra, especialmente no Brejo e Litoral. A atuação de setores da igreja ligados à uma tendência mais progressista pode também explicar a origem do movimento de luta pela terra entre os trabalhadores da Fazenda Quandú. As principais lideranças do

movimento entre os próprios trabalhadores passaram por grupos de evangelização e conscientização.

Irá desempenhar papel importante neste processo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que na época tem como presidente Roseno de Lima Sousa. Entre os agricultores, destacam-se Zé de Júlio e os irmãos Cosme, que vão sofrer as pressões vindas não apenas do proprietário e das forças de repressão como dos próprios companheiros, muitos dos quais contrários ao movimento.

As investidas junto ao Projeto Sertanejo são infrutíferas. O Sindicato encaminha correspondência ao presidente da República, o general João Batista Figueiredo, chamando atenção para a área e denunciando o responsável pelo Núcleo Regional do Projeto Sertanejo em Picuí, que teria afirmado que “o Projeto Sertanejo não estava atendendo aos trabalhadores sem terra e sim com aqueles que já têm terra, e segundo ele o plano do Governo é valorizar aos grandes proprietários e não ver o lado do trabalhador rural...”.

Em 1980, a propriedade é vendida e alguns agricultores começam a desistir do movimento, provocando seu esvaziamento. Ao mesmo tempo, a repressão aumenta contra aqueles agricultores que continuam na luta. Alguns são presos e outros ameaçados de morte.

A força do movimento vai decaindo, mesmo com a tentativa de conseguir o apoio do governo do Estado e da audiência conseguida no INCRA em Brasília por uma comitiva formada por agricultores sem terra do Quandú e de outras áreas de conflito no Estado.

O novo proprietário intensifica a repressão contra os agricultores que ainda resistem na propriedade, colocando o gado sobre as plantações destinadas à subsistência de suas famílias. Por fim, em 1982, assume nova diretoria no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra de Santa Rosa, que não se interessa em levar a frente o processo de desapropriação.

Em 1985, com a “Nova República”, o processo de desapropriação da fazenda Quandú é retomado. Neste ano, o INCRA realiza um diagnóstico preliminar e uma

vistoria da propriedade que concluem pela viabilidade da desapropriação da área para fins de reforma agrária.

Agricultores sem terra de outras áreas juntam-se aos moradores e rendeiros que ainda insistem na desapropriação. O movimento, no entanto, tem pouca força e respaldo entre os próprios moradores e rendeiros.

Até que em 1989 sai a desapropriação da área e é criado o projeto do Assentamento Quandú. Como muitos dos antigos moradores e rendeiros tinham deixado a região e outros não quiseram se integrar ao assentamento, foram convocados trabalhadores de outras áreas, totalizando 47 famílias assentadas. Estas famílias foram orientadas pelos técnicos do INCRA a procurar áreas para iniciarem a produção agrícola, enquanto se decidia sobre a forma de loteamento da área ou se a área seria loteada.

4.2. Aspectos geo-ambientais e demográficos

O assentamento Quandú está localizado na divisa entre os municípios de Barra de Santa Rosa e Cuité, no Curimataú Ocidental paraibano. Esta região é marcada fundamentalmente por características semi-áridas em seus aspectos ambientais (solo, pluviosidade, vegetação, entre outros). No município de Barra de Santa Rosa, os índices pluviométricos entre os anos de 1982 e 1996 variaram de um mínimo de 177,1 mm em 1993 a um máximo de 1.280 mm em 1985. Outros anos que registraram chuvas escassas foram os de 1982 (191,4 mm), 1983 (291,7 mm) e 1989 (255,0 mm), todos abaixo dos 300 mm/ano³³. Neste período, a pluviosidade média é de 491,9 mm/ano.

O período chuvoso, como em todo o semi-árido nordestino, é bastante irregular. Nos anos mais favoráveis, estende-se de janeiro a junho. No ano de 1997, no entanto, as primeiras chuvas só vieram cair em março. E mesmo neste período de chuvas, é comum ocorrerem períodos secos, com efeitos negativos sobre as plantações.

³³ Não temos os dados referentes aos anos de 1987 e 1988.

O assentamento tem uma área de 1.408 hectares, distribuídos em duas áreas ambientalmente diferenciadas: serra e planície. Na área da Serra do Bom Bocadinho, a produção predominante é a mandioca. Existem ainda muitos pés de fruteiras, especialmente os cajueiros, mas com pequena exploração. Na área plana, concentra-se a maior parte da produção de milho e feijão (as duas mais importantes culturas agrícolas do assentamento). Esta área é dividida ainda em duas partes pelos moradores: o Quandú de Cima (onde se localiza a vila comunitária) e o Quandú de Baixo.

A vegetação encontrada na região é a Caatinga hiperxerófila, com espécies ora arbustivas, ora arbóreo-arbustivas. É uma vegetação de formação relativamente densa, apresentando-se verde na fase rápida das chuvas, enquanto que no verão perdem as folhas e passa a predominar o xerofilismo.

Em termos de hidrografia, destaca-se o Riacho Quandu, de caráter intermitente, que corta o imóvel no sentido leste/oeste. A água subterrânea no Curimataú paraibano é em pequena quantidade e salgada.

Os solos são de regular fertilidade, relativamente rasos e arenosos, em que se notam a presença de cascalhos e calhaus rolados, pertencendo à classe dos Bruno não Cálcicos.

Entre as características do assentamento, é importante destacar a existência de uma área de reserva florestal do IBAMA, de cerca de 400 hectares na encosta da Serra, onde podem ser encontradas espécies vegetais como Jurema, Baraúna, Marmeleiro, Catingueira, Umbuzeiro e Juazeiro, além de plantas rasteiras. Nesta área, não é permitido o desmatamento, podendo ser utilizada unicamente para a criação de animais, especialmente caprinos. Existe ainda uma área de 40 hectares com Algaroba, também de uso comunitário.

* * *

No Quandu, estão assentadas 47 famílias³⁴ e mais cerca de 20 famílias de agregados. A população do assentamento é formada por 54 por cento de homens e 46 por cento de mulheres.³⁵ Esta predominância dos homens em relação às mulheres segue uma tendência da zona rural do município de Barra de Santa Rosa, onde 52% da população é formada por homens, contra 48% de mulheres (IBGE, 1996).³⁶

A distribuição da população do assentamento em termos de faixa etária (QUADRO I) indica que a população local é predominantemente jovem, sendo que os que têm até 21 anos totalizam 62,25%, enquanto que a população de idosos, com idade acima de 60 anos, não representa sequer quatro por cento da população total³⁷.

QUADRO I
Distribuição etária no Quandú

Entre zero e 06 anos	17,61%
Entre 07 e 14 anos	25,78%
Entre 15 e 21 anos	18,86%
Entre 22 e 35 anos	15,09%
Entre 36 e 60 anos	18,55%
Mais de 60 anos	03,45%
Sem informação	00,62%

Em termos da média de moradores por domicílio, os números obtidos em nossa pesquisa indicam que a média do assentamento é de 5,1 pessoas por unidade domiciliar. Este número é bem superior aos dados disponíveis para o município de Barra de Santa Rosa como um todo (4,19 pessoas/domicílio) ou em sua zona rural (4,39 pessoas/domicílio). E mesmo em termos da micro-região do Curimataú Ocidental, onde na zona rural a média de moradores por domicílio é de 4,44 (IBGE, 1996). Foi possível

³⁴ Famílias cujos chefes são os titulares do assentamento.

³⁵ Dados levantados em dezembro de 1996 entre 45 famílias de assentados e outras 17 de agregados, totalizando um universo de 318 pessoas.

³⁶ Os dados referentes à zona rural do município de Barra de Santa Rosa ainda incluem o distrito de Damião, recentemente emancipado. Incluindo este distrito, a população local é de 16.486 habitantes, sendo que cerca de 58,5% na zona rural. Ao descontarmos a população do município recém emancipado, temos um população de 13.146 habitantes.

³⁷ Vale ressaltar que este é um percentual muito baixo se relacionarmos com a população da mesma faixa etária no Estado da Paraíba, que é de aproximadamente nove por cento.

constatar, no entanto, entre os assentados, que nas famílias cujos chefes são os titulares do assentamento, a média é bem superior (5,6 pessoas/domicílio) à média entre as famílias dos agregados (3,8 pessoas/domicílio). Ainda que estas últimas famílias ainda estejam em formação, acreditamos que é possível perceber que o número de indivíduos por família está diminuindo entre os casais mais jovens.

Esta população não está concentrada em um único local. A área que concentra o maior número de famílias é a que os assentados chamam de vila e que integra a área comunitária³⁸, no Quandú de Cima. Neste local já foram construídas mais de 20 casas. Outras casas não fazem parte da vila, mas estão localizadas em suas proximidades. Doze famílias de assentados residem na área da Serra do Bom Bocadinho, onde as moradias não chegam a formar um núcleo habitacional. Finalmente, outras famílias residem na área conhecida como Quandú de Baixo, onde as casas não se encontram concentradas num único local mas foram construídas, em sua maioria, próximas às estradas que cortam o assentamento. Algumas casas, no entanto, são de acesso mais difícil e se encontram mais isoladas, especialmente aquelas localizadas no “pé da serra”.

Em virtude desta forma diferencial de distribuição da moradias, podemos distinguir duas relações básicas entre residência e área de produção: a primeira, em que o local de residência e o local de produção são diferenciados e da qual fazem parte principalmente aquelas famílias que residem na vila comunitária; a segunda, em que as residências se encontram junto ao local destinado à produção agrícola, situação que é comum na Serra do Bom Bocadinho e no Quandú de Baixo, ainda que no Quandú de Cima também ocorra entre aquelas famílias que não se estabeleceram na vila.

Cerca de 46% dos titulares das famílias assentadas já residiam e/ou trabalhavam na fazenda Quandú antes da desapropriação pelo governo federal. Esta ocupação, em alguns casos, ocorreu nas décadas de 30, 40, 50 e 60³⁹. Por outro lado, cerca de 42% destes titulares chegaram na propriedade nos anos de 1989/1990, após desapropriada a

³⁸ Esta área comunitária não está restrita à vila, e inclui ainda a antiga sede do imóvel (hoje sede da Associação dos Pequenos Produtores do Imóvel Quandú), o açude existente no local, uma área destinada ao pasto coletivo e ao projeto de caprinocultura.

³⁹ Em muitos desses casos, a data de ocupação corresponde na verdade à data de nascimento, pois seus pais já residiam e trabalhavam no Quandú, sejam como moradores, sejam como rendeiros.

área. Os outros 12% representam titulares com ocupação tardia ou sobre os quais não dispomos de informação quando à data de chegada ao local.

O perfil das famílias assentadas é predominantemente de trabalhadores no meio rural. No momento imediatamente anterior ao assentamento no Quandú, apenas um entre 19 chefes de família entrevistados desenvolviam atividade ligada à vida urbana, ainda que alguns outros tenham em algum momento de sua vida trabalhado na cidade⁴⁰. Cerca de 37% dos titulares têm experiência com trabalho urbano, atuando na construção civil, em granjas e no setor de serviços. Em termos de trabalho no campo, as trajetórias básicas são de moradores, rendeiros e trabalhadores assalariados rurais. Em todos os casos, têm historicamente residido nos municípios de Barra de Santa Rosa e Cuité⁴¹.

Entre as 19 famílias assentadas da amostra, apenas 05 titulares já eram pequenos proprietários de terra antes da desapropriação da fazenda Quandú. Estas propriedades tinham entre 01 e 02 hectares e foram conseguidas através de herança (03 casos) ou compradas com recursos próprios (02 casos).

Podemos constatar, portanto, que as trajetórias destes assentados são diferenciadas, ainda que basicamente construídas através do trabalho na zona rural. Atualmente, praticamente a totalidade dos assentados e seus dependentes se dedicam prioritariamente, e na maioria dos casos, exclusivamente, à atividade agropecuária na área do assentamento.

Em termos de divisão familiar do trabalho, verificou-se que os homens se dedicam às atividades agropecuárias em geral (lavoura, criação), sendo comum terem a ajuda dos dependentes (adultos ou menores), sejam do sexo masculino ou feminino. Entre as atividades agrícolas, o cuidado da horta é o único em que há predominância do trabalho feminino. A comercialização é atividade exclusiva dos homens (chefes de família), com exceção para os raros casos em que as mulheres são chefes de família. As mulheres combinam o trabalho agrícola com os serviços domésticos.

⁴⁰ Estes dados foram levantados através de questionários aplicados a uma amostra constituída por 19 famílias assentadas em março de 1997.

⁴¹ É importante esclarecer que as ligações sociais e econômicas dessas famílias eram e continuam a ser basicamente estabelecidas com o município de Barra de Santa Rosa, em virtude da proximidade do assentamento da sede deste município, ainda que fique na divisa com Cuité.

4.3. Aspectos sócio-econômicos e de infra-estrutura

4.3.1. Infra-estrutura

O Quandú, após a desapropriação, vivenciou um significativo incremento de sua infra-estrutura. Utilizando-se de recursos oriundos do INCRA, entre os quais se destacam os financiamentos através do PROCERA⁴², os assentados têm logrado uma significativa melhoria das condições de alguns serviços essenciais, especialmente no tocante às condições de abastecimento de recursos hídricos.

a) oferta de água⁴³

Constatamos hoje um aumento considerável na oferta de água no assentamento, especialmente daquela destinada ao consumo humano e animal⁴⁴. Em praticamente 90% das residências já foram construídas cisternas com capacidade para armazenar até 16 mil litros de água. Antes de estarem assentadas, a situação era exatamente inversa: apenas 10% das famílias tinham cisterna em suas próprias casas. As demais dependiam de outras fontes de água para o consumo doméstico, especialmente os barreiros.

No Quandú, estes barreiros ainda hoje desempenham importante papel, pois as famílias combinam cisternas e barreiros coletivos para o abastecimento da água. Na época das chuvas, em que os barreiros estão cheios (existem cinco reservatórios de água comunitários no local, além do açude e de uma cisterna coletiva), estes são as principais fontes de abastecimento doméstico. Quando eles começam a secar e a água fica imprestável para o consumo, recorre-se às cisternas. Anteriormente, as famílias tinham que pegar água em locais com até 12 km de distância nos períodos secos.

⁴² Programa especial de crédito para a reforma agrária, concedido nas modalidades coletiva e individual. Esta modalidade de financiamento oferece redução de 50% no valor do financiamento (que pode chegar a R\$ 7 mil por família para investimento e R\$ 1 mil para custeio agrícola) e dos juros (que são estipulados em 12% mas que podem ficar em 6%) para os assentados que pagarem em dia o empréstimo.

⁴³ Dados levantados a partir da amostra.

⁴⁴ Antes da desapropriação, já havia um açude e três barreiros na propriedade.

O PATAC (Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades) financiou a construção no local, através do STR de Barra de Santa Rosa, de dois barreiros-trincheira. Um destes barreiros, por iniciativa dos agricultores, foi construído próximo aos roçados, para que os trabalhadores tivessem uma fonte de água próxima ao local de trabalho nos períodos secos, quando se refazem as cercas e se prepara a terra para o plantio.

No período da campanha eleitoral em 1996, a Prefeitura patrocinou a construção de 18 pequenos barreiros na área do Quandú, nos lotes individuais. Assim, espera-se um aumento na oferta de água no ano de 1997.

Um poço foi perfurado na comunidade, mas sua água não vem sendo aproveitada, porque é salgada. E há projeto no INCRA de construção de mais um açude no local, projeto que não encontra respaldo entre todos os assentados. Eles defendem a perfuração de poços em áreas distintas do assentamento, com maiores profundidades e utilização de dessalinizadores. Em relação ao novo açude, com capacidade projetada para 30 mil m³ (30 milhões de litros de água), os trabalhadores argumentam que o açude já existente no assentamento e construído em meados da década de 80, ainda antes da desapropriação, nunca chegou a encher em virtude da escassez das chuvas, o que pode acontecer com o novo reservatório.

Estes projetos e propostas respondem a uma demanda ainda não satisfeita em termos de abastecimento de água no assentamento para utilização na produção agrícola. A agricultura no assentamento é basicamente de sequeiro e restrita ao período chuvoso, com uma única safra por ano.

A área da serra do Bom Bocadinho também ainda enfrenta problemas em relação ao abastecimento de água:

“...na serra, na minha opinião, só o que funciona é cisterna. O poço artesiano eu acho que também não dá certo lá. E o poço amazonas é muito complicado. A serra é muito alta e para você conseguir água é com 50 metros.” (Martinho, tesoureiro do STR de Barra de Santa Rosa)

b) moradia

Ao compararmos a quantidade e as condições de habitação dos períodos anterior à desapropriação e atual, verificamos uma melhora significativa nas condições de moradia entre os assentados. O crédito para aquisição de material para moradia foi liberado pelo INCRA em maio de 1991 (na época, CR\$ 105.929,25) para todas as 47 famílias assentadas.

Todos os assentados residem atualmente em casas de alvenaria, ainda que haja significativa heterogeneidade quanto ao tipo e qualidade das habitações. Antes do assentamento, cerca de 30% das casas eram de taipa. A média de cômodos que era de 4,6 por habitação, atualmente é de 6,8.

Cerca de 75% das residências já contam com energia elétrica, enquanto que antes do assentamento este percentual entre os assentados era de 10%. Em termos de saneamento básico, no entanto, a situação quase não tem se modificado. Apenas 20% das casas têm fossa. Nas demais, o esgoto segue em vala a céu aberto. Mesmo porque, há grande deficiência em termos de instalações sanitárias: apenas 30% das residências possuem pia de cozinha; 15% vaso sanitária sem descarga; 60% local próprio para banho e 15% tanque para lavar roupa.

A destinação do lixo é outro problema encontrado no assentamento. Na grande maioria das residências (95% das famílias que compuseram a amostra), o lixo é lançado em áreas próximas à casa. Nas proximidades da vila, há uma espécie de lixão, chamado de “moturo”. Apenas uma das famílias entrevistadas informou queimar o lixo produzido regularmente.

Podemos perceber ainda a evolução do número de equipamentos de uso doméstico na relação entre os períodos anterior ao assentamento e atual (1997), conforme demonstra a TABELA IV. Podemos perceber que estas famílias de pequenos agricultores passam a ter acesso a uma variedade maior de equipamentos domésticos, especialmente em termos de eletrodomésticos, como fogão a gás, geladeira, televisão

(que está presente na quase totalidade das residências das famílias entrevistadas para a amostra), aparelho de som, ferro de engomar, entre outros.

TABELA IV
Equipamentos de Uso Doméstico⁴⁵

	<i>Antes do assentamento</i>	<i>Atual (1997)</i>
<i>Fogão a gás</i>	04	13
<i>Fogão à lenha</i>	18	15
<i>Fogão a carvão</i>	07	15
<i>Geladeira</i>	01	08
<i>Mesa</i>	22	26
<i>Cadeira</i>	85	136
<i>Sofá</i>	05	11
<i>Cama</i>	26	42
<i>Rádio</i>	09	12
<i>Aparelho de som</i>	00	14
<i>Televisão</i>	02	17
<i>Ferro de engomar</i>	03	10
<i>Rede</i>	48	44
<i>Máquina de costura</i>	05	07
<i>Armários</i>	11	23
<i>Antena parabólica</i>	00	05
<i>Ventilador</i>	00	01
<i>Liquidificador</i>	00	06

c) equipamentos para a produção

Graças aos recursos para investimento provenientes do PROCERA, financiados de forma coletiva, o assentamento dispõe atualmente de alguns equipamentos de uso coletivo e administrados pela Associação de Pequenos Produtores do Imóvel Quandú⁴⁶, em que se destaca um trator adquirido em 1994. Além do trator, a associação dispõe de uma máquina forrageira, de um motor diesel e um motor elétrico, ensiladeira, debulhadeira e grade niveladora para uso com o trator, 40 silos metálicos, balança, entre outros equipamentos menores.

⁴⁵ Dados coletados com as 19 famílias entrevistadas para a amostra.

⁴⁶ Nome oficial da associação que reúne os assentados do Quandú e cuja instalação foi estimulada pelo INCRA.

Em termos dos equipamentos para a produção, de propriedade e uso privado das famílias, a TABELA V apresenta a evolução registrada entre as famílias assentadas, através da comparação entre os períodos anterior à desapropriação e atual (1997), conforme dados levantados através da amostra.

TABELA V
Equipamentos para a produção

	<i>Antes do assentamento</i>	<i>Atual (1997)</i>
<i>Ancinho (ciscador)</i>	01	01
<i>Arado - T. Animal</i>	01	02
<i>Carroça</i>	02	19
<i>Cultivador</i>	09	24
<i>Enxada</i>	34	57
<i>Enxadeco</i>	16	22
<i>Foice</i>	20	27
<i>Machado</i>	11	18
<i>Plantadeira Manual</i>	03	19
<i>Pulverizador</i>	01	15
<i>Serra</i>	02	05
<i>Silos</i>	24	142
<i>Xibanca</i>	21	29

Destacamos o incremento registrado em alguns destes equipamentos, como os silos destinados a armazenar a produção (de 24 unidades para 142 unidades, o que significa também um aumento da produção, além da disponibilidade de recursos via financiamento para aquisição destes implementos); as plantadeiras manuais (chamadas de “matracas”) e os cultivadores e as carroças para transportar os produtos.

Além dos pontos trabalhados acima (oferta de água, moradia e equipamentos para a produção), temos que destacar ainda o incremento da infra-estrutura em termos de instalações no assentamento. Neste campo, o destaque fica por conta da construção de uma casa de farinha localizada na Serra do Bom Bocadinho⁴⁷ e destinada ao

⁴⁷ Esta casa de farinha foi construída em 1994, com recursos do INCRA. Tem uma área de 103,73 m², com estrutura em alvenaria, cobertura em madeira e telhas cerâmicas tipo canal. Funciona através de energia elétrica e foi orçada em cerca de R\$ 18 mil. Outra casa de farinha havia sido construída anteriormente, com recursos provenientes da LBA (antiga Legião Brasileira de Assistência), mas nunca chegou a ser utilizada como tal. O galpão construído é utilizado como depósito e sala de aula para alfabetização de adultos através de convênio com o SEDUP.

beneficiamento da mandioca produzida no assentamento e nas áreas próximas. Esta casa de farinha, no entanto, tem funcionado muito abaixo de sua capacidade de produção.

Outras instalações, como grupo escolar, posto de saúde e posto telefônico ainda não foram conseguidas pelos assentados, ainda que sejam consideradas importantes e estejam entre suas prioridades nos contatos com os poderes públicos dos municípios de Cuité e Barra de Santa Rosa.⁴⁸ O que se tem conseguido resulta basicamente da atuação do INCRA no local. Em termos de infra-estrutura para uso das famílias em atividades produtivas, destacamos a construção de galpões (em 55% das residências), cocheiras (em 50% dos lotes individuais), cercas (em 85% dos lotes), currais (em 80% dos lotes) e chiqueiros (em 85% dos lotes), além das cisternas e barreiros já citados⁴⁹.

4.3.2. Produção agrícola e criação de animais

A economia do assentamento Quandú é baseada principalmente na agricultura - sendo o milho e o feijão os principais produtos para comercialização - e na criação de animais - especialmente bovinos e caprinos.

Em 1985, a utilização da terra na fazenda Quandú está expressa no QUADRO II.

QUADRO II
Distribuição espacial do uso das terras (1985)

Área inaproveitável	100,0 ha
Área aproveitável não utilizada	850,0 ha
Área periodicamente inundável	04,0 ha
Área utilizada com culturas	79,5 ha
Área utilizada com pastagem	400,0 ha

Fonte: Vistoria do INCRA.

Neste mesmo ano, 11 moradores ocupavam com mandioca, milho, feijão e algodão um total de 18,9 ha, resultando numa média de 1,7 ha explorado por família. Já

⁴⁸ Tivemos oportunidade de assistir a uma reunião dos assentados com os prefeitos de Cuité e Barra de Santa Rosa, realizada na sede da associação dentro do próprio assentamento, no dia 05 de março de 1997, em que estas reivindicações foram apresentadas.

⁴⁹ Dados da amostra.

os 21 reideiros, que exploravam na época mandioca, milho e feijão, ocupavam apenas 32 ha, numa média de 1,5 ha explorado por família.

Doze anos depois, a área ocupada com a produção de milho e feijão aumentou consideravelmente. Cada uma das famílias no Quandu teve direito a um lote de 18 ha na área plana e mais 02 ha na área da serra. Exceção para algumas famílias que residem na serra e preferiram ter seu lote todo localizado neste local, mesmo que menor que o dos demais assentados.

A média de utilização de terra no ano de 1996 para atividades agrícolas entre as famílias entrevistadas foi de 8,5 hectares, sendo que, em média, 5,1 hectares foram destinados às lavouras temporárias (feijão, milho, fava e outras de menor expressão, como melancia, batata e jerimum), 01 hectare para o plantio da mandioca e 2,4 hectares para o plantio da palma.

A palma é uma das culturas que mais tem crescido nos últimos anos, especialmente com a liberação de crédito para investimento. A liberação de crédito de custeio para as culturas temporárias é outra conquista dos assentados, principalmente porque este crédito é subsidiado para as áreas de assentamento.

No ano de 1996, foram liberados recursos de custeio agrícola através do PROCERA para plantação de 118 hectares do consórcio milho e feijão, totalizando R\$ 21.183,00, liberados através do Banco do Nordeste. Estes recursos são financiados para pagamento em um ano, com descontos de 50% sobre o valor liberado e sobre os juros (fixados em 12% ao ano) para aqueles assentados que mantiverem o pagamento em dia.

Como ponto negativo devemos destacar que o financiamento do custeio agrícola no assentamento poderia ter chegado até R\$ 47 mil, se levarmos em conta o número de assentados e o limite de R\$ 1 mil por assentado que pode ser liberado para custeio. O fato de o montante de recursos liberados não chegar sequer a metade do limite do assentamento deve-se ao fato de nem todos os assentados terem solicitado o

financiamento e de que nenhum dos assentados atingiu o limite de R\$ 1 mil reais a que teriam direito⁵⁰.

Em relação aos recursos liberados para investimento, através do PROCERA, em 1996, a destinação do montante total de R\$ 191.471,00 pode ser conhecida através das TABELAS VI e VII.

TABELA VI
PROCERA - Investimento Individual no Imóvel Quandú
(consolidação da destinação dos recursos em 1996)

<i>Atividades</i>	<i>Unid.</i>	<i>Quant.</i>	<i>Valor Total (R\$)</i>
Aquisição de matrizes bovinas mestiças holandês	CAB	38	30.400,00
Aquisição de boi de serviço	CAB	17	10.200,00
Aquisição de matrizes caprinas mest. pardo alemã	CAB	371	37.100,00
Aquisição de reprodutores capr. mest. pardo alemã	CAB	14	2.100,00
Aquisição de reprodutor caprino anglo-nubiano	CAB	10	1.600,00
Aquisição de matrizes ovinas mestiças Santa Inês	CAB	35	3.600
Aquisição de reprodutor ovino mestiço Santa Inês	CAB	02	300,00
Fundação de palma forrageira	HA	39	30.888,00
Aquisição de pulverizador costal	UNID	09	900,00
Aquisição de cultivador	UNID	11	1.100,00
Aquisição de carro de mão	UNID	06	270,00
Aquisição de carro de boi	UNID	06	2.100,00
Aquisição de geladeira	UNID	02	1.058,00
Aquisição de silos metálicos	UNID	146	5.110,00
Construção de cisterna para 10.000 litros	UNID	08	7.584,00
Construção de cercas c/ 07 fios de arame	KM	18	34.831,00
Recuperação de cercas	KM	10	16.700,00
Total	-	-	185.641,00

Fonte: EMATER - Projeto Técnico-Financeiro

⁵⁰ O custeio foi liberado com atraso e depois de muitos agricultores já terem começado a plantar com recursos próprios. Assim, o cálculo do custeio foi feito excluindo os tratos culturais, que já haviam sido feitos na maioria dos casos. Por outro lado, a área plantada nem sempre requeria os R\$ 1 mil para custear a produção.

TABELA VII
PROCERA - Investimento Coletivo no Imóvel Quandú (1996)

<i>Atividades</i>	<i>Unid.</i>	<i>Quant.</i>	<i>Valor total (R\$)</i>
Construção de cisterna	UNID	02	4.105,00
Aquisição de silos metálicos para banco de sementes	UNID	40	1.400,00
Aquisição de balança roma para 300 kg	UNID	01	190,00
Aquisição de pesos para balança	Terno	01	135,00
Total	-	-	5.830,00

Fonte: EMATER - Projeto Técnico-Financeiro

O PROCERA investimento beneficiou 40 dos assentados do Quandú em 1996. Estes assentados já têm atingido, em sua maioria, o limite de recursos destinados a investimento que é de R\$ 7 mil, somando-se os projetos liberados em 1994 e 1996.

Outras mudanças percebidas na atividade agrícola estão relacionadas à assistência técnica por parte da EMATER, à utilização de trator e de sementes selecionadas e à aquisição de implementos agrícolas antes inexistentes. Por outro lado, ainda não há preocupação com a melhoria ou conservação da qualidade do solo. A utilização de adubos de qualquer tipo, seja orgânico ou inorgânico, não é prática comum entre os assentados. Todos usam defensivos agrícolas de base química, especialmente para o combate às formigas.

Entre as famílias da amostra, 15 utilizam sementes naturais e 07 usam sementes selecionadas⁵¹, havendo famílias que se utilizam dos dois tipos de sementes. Quinze famílias informaram ter recebido algum tipo de orientação técnica da EMATER (antes de estarem assentadas, nenhuma das famílias tinham acesso a esse tipo de assistência). As 19 famílias da amostra combinam tração animal com tração mecânica no trato da terra, enquanto que antes de estarem assentadas, apenas 03 recorriam à tração mecânica e 10 já utilizavam tração animal.

⁵¹ Percentual que parece ter aumentado para a safra de 1997, segundo informou técnico da EMATER, em virtude da vinculação com o custeio agrícola.

A agricultura é organizada com base na mão-de-obra familiar, com pequena utilização de mão-de-obra assalariada, que ocorre basicamente na forma de diárias em períodos específicos do ciclo produtivo, especialmente nas épocas de colheita e preparo da terra. Os produtos agrícolas destinados à comercialização são basicamente o milho e feijão, vendidos a atravessadores do município de Barra de Santa Rosa. A produção da mandioca é destinada frequentemente à produção de farinha, destinada ao autoconsumo. A palma, por sua vez, foi plantada visando a alimentação dos animais em períodos secos.

Das 19 famílias entrevistadas para a amostra, apenas 02 (cerca de 10%) haviam destinado toda sua produção agrícola de 1996 para o autoconsumo, sem o registro de excedente para a comercialização. As famílias restantes, que representam cerca de 90% do universo estudado, destinaram sua produção em 1996 tanto para o autoconsumo como para a comercialização. Destas, cerca de 70% destinaram cerca de $\frac{3}{4}$ da produção para a comercialização; cerca de 25% destinaram metade da produção para a comercialização e apenas 05% comercializaram apenas $\frac{1}{4}$ do que produziu. É preciso destacar que algumas famílias complementam e/ou compensam a pequena produção agrícola com a criação de animais, atividade em que alguns investem a maior parte de sua atenção. E onde há uma maior criação de animais, uma parcela maior de grãos que produzida é destinada à alimentação animal.

O calendário agrícola começa normalmente em dezembro e janeiro com a preparação da terra para o plantio do milho e do feijão. O plantio é feito entre os meses de janeiro e março (dependendo das chuvas), enquanto a colheita acontece entre os meses de maio e julho. É neste período que começa o processo de comercialização e o plantio da mandioca.

Em termos de atividade agrícola destacamos, finalmente, a área de 15 hectares plantada com capim, de uso comunitário. Esta área foi plantada com recursos de investimento provenientes do PROCERA e financiados de forma coletiva. Desta forma, a área pode ser utilizada por todos os assentados, com manejo aos cuidados da Associação.

Assim como a produção agrícola tem registrado crescimento considerável no assentamento, a criação de animais também é uma atividade em expansão no local. Neste sentido, destacam-se os rebanhos de bovinos e caprinos, adquiridos, em grande parte, com recursos do crédito de investimento do PROCERA. Eles são criados de maneira extensiva (caprinos) e semi-extensiva (bovinos).

Este crescimento pode ser percebido através da análise da Tabela VIII, que refere-se aos dados coletados entre as 19 famílias da amostra em relação à criação de animais.

TABELA VIII
Crescimento dos rebanhos no Quandú

	<i>Antes do assentamento</i>	<i>(Atual)1997</i>	<i>Taxa de crescimento</i>
<i>Caprinos</i>	10	382	3.720%
<i>Suínos</i>	14	28	100%
<i>Aves</i>	192	287	50%
<i>Equinos</i>	09	20	122%
<i>Bovinos</i>	23	156	578%

Os percentuais de crescimento dos rebanhos de caprinos (3.720%) e de bovinos (578%) é elevado e devem ser associados com a liberação de crédito através do PROCERA, ainda que não se deva descartar a aquisição de animais com recursos próprios. Os animais na economia familiar funcionam como reserva de valor ou poupança para despesas imprevistas destes pequenos produtores, que investem parte dos lucros obtidos com a agricultura na compra de animais. Percebe-se ainda um crescimento dos animais de trabalho (equinos) e daqueles animais destinados basicamente à subsistência, como são as aves.

É importante ressaltar que na criação de caprinos utiliza-se pastagem natural, com destaque para a utilização da área da reserva do IBAMA para este objetivo, o que é permitido. Desta forma, aproveita-se os recursos naturais destinados à esta reserva.

Além dos rebanhos familiares existentes, devemos destacar ainda a aquisição de animais por parte da associação e o projeto de caprinocultura, a partir do final de 1995.

A Associação dos Pequenos Produtores do Imóvel Quandú possui 03 reprodutores bovinos e dois reprodutores caprinos, para uso comunitário.

Já o projeto de caprinocultura, que inicialmente deveria envolver todas as famílias do assentamento, atende atualmente a apenas 15 famílias, que trabalham de forma comunitária.⁵² Este projeto tem apoio técnico da Universidade Federal da Paraíba (através do campus de Bananeiras) e financiamento do INCRA. O projeto destina-se à produção de leite e espera-se que comece a dar os primeiros frutos dentro de dois anos. Para iniciar o projeto, foram adquiridas 70 matrizes e três reprodutores, além de alguns cabritos. Cerca de 10 matrizes morreram devido a doenças, mas ao término de 96 já se registrava o nascimento de cerca de 50 cabritos, entre machos e fêmeas.

4.3.3. Educação

Os dados referentes à educação no assentamento Quandú não são animadores, como podemos perceber ao analisar o QUADRO III.

QUADRO III
Escolaridade no Quandú (Dez. 1996)

Analfabetos	11,94%
Semi-alfabetizados	23,27%
Alfabetizados	07,23%
1º grau menor incompleto	28,30%
1º grau menor completo	03,14%
1º grau maior incompleto	02,51%
1º grau maior completo	00,31%
2º grau incompleto	00,31%
2º grau completo	00,31%
Crianças (0 - 14 anos) fora da escola ⁵³	22,01%
Sem informação	00,61%

⁵² No próximo capítulo abordaremos os problemas de organização e participação deste projeto.

⁵³ Crianças que nunca frequentaram a escola.

Estes dados gerais sobre os níveis de escolaridade no assentamento Quandú nos permite verificar que ao lado de um elevado grau de analfabetismo (se somarmos os percentuais dos analfabetos e semi-analfabetos - que na prática apenas assinam o nome - teremos um total de 35,21%) verifica-se um percentual muito baixo de pessoas com pelo menos o primeiro grau completo (faixa que representa menos de 01% do total da população local).

Por outro lado, é assustador o número de crianças que nunca frequentaram uma escola, cujo percentual chega a 22,01%. Ainda que um número significativo destas crianças tenha menos de seis anos, o número daquelas com idade maior que sete anos também não é desprezível, como podemos verificar na TABELA IX.

Podemos verificar que 21% das crianças entre 07 e 14 anos nunca frequentaram a escola e que 33,4% delas cursaram apenas a primeira série do 1º grau. Em termos de pré-escola, verificamos que é inexistente, fazendo com que 93% das crianças com idade até seis anos não frequentem a escola.

Por outro lado, o índice de analfabetismo registrado entre a população acima de 14 anos é de 20,78%. Quando somamos a este número, e na mesma faixa etária, aquelas pessoas que sabem apenas assinar o nome e que aqui chamamos de semi-analfabetos, temos um percentual de 48,87%, ou quase a metade da população nesta faixa de idade. Este percentual elevado demonstra as limitações em termos de educação formal da população economicamente ativa do assentamento Quandú. Enquanto que os dados dos com idade até 14 anos não indicam tendência de mudança fundamental neste quadro, a não ser que se invista maciçamente em educação.

TABELA IX
Escolaridade x Faixa Etária (Dez. 1996)

*	Total	00 a 06 anos		07 a 14 anos		15 a 23 anos		24 a 60 anos		+ de 60 anos	
			%		%		%		%		%
00	70	53	93	17	21	-	-	-	-	-	-
01	38 ⁵⁴	-	-	-	-	08	11,6	23	23,5	06	54,5
02	74	03	5,3	21	26	15	21,7	31	31,6	04	36,4
03	23	01	1,7	07	8,6	03	4,3	11	11,3	01	9,1
04	58	-	-	27	33,4	13	18,8	18	18,4	-	-
05	22	-	-	07	8,6	13	18,8	02	2,0	-	-
06	10	-	-	-	-	06	8,7	04	4,1	-	-
07	10	-	-	01	1,2	05	7,3	04	4,1	-	-
08	05	-	-	01	1,2	03	4,3	01	1,0	-	-
09	01	-	-	-	-	01	1,5	-	-	-	-
10	02	-	-	-	-	01	1,5	01	1,0	-	-
11	01	-	-	-	-	-	-	01	1,0	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13	01	-	-	-	-	-	-	01	1,0	-	-
14	01	-	-	-	-	-	-	01	1,0	-	-
S.I.	02	-	-	-	-	01	1,5	-	-	-	-
Total	318	57	100	81	100	69	100	98	100	11	100
Sim	112	04	7	55	68	31	45	21	21,4	01	9,1
Não	205	53	93	26	32	37	53,5	77	78,6	10	90,9
S.I.	01	-	-	-	-	01	1,5	-	-	-	-

* O código numérico da primeira coluna significa:

99 - crianças que nunca frequentaram escola

01 - analfabetos

02 - semi-analfabetos

03 - alfabetizados

04 - primeira série do 1º grau

05 - segunda série do 1º grau

06 - terceira série do 1º grau

07 - quarta série do 1º grau

08 - quinta série do 1º grau

09 - sexta série do 1º grau

10 - sétima série do 1º grau

11 - oitava série do 1º grau

12 - primeira série do 2º grau

13 - segunda série do 2º grau

14 - 2º grau completo

S.I. - Sem informação

Entre os titulares das famílias que foram beneficiadas pela reforma agrária no Quandú, os números são ainda mais expressivos, como demonstra o QUADRO IV.

⁵⁴ Não há informação quanto a idade de um dos entrevistados, que no entanto declarou-se analfabeto.

QUADRO IV
Escolaridade entre os titulares do Quandú (Dez. 1996)

Analfabetos e semi-analfabetos	68,88%
alfabetizados	06,66%
1º grau menor incompleto	22,21%
1º grau menor completo	02,22%

A avaliação que podemos fazer é que mesmo que alguns avanços no campo da educação tenham sido iniciados, ainda falta muito por fazer para reduzir a vulnerabilidade educacional entre os moradores do assentamento Quandú.

Merece ser destacada a experiência mantida pelo SEDUP⁵⁵ e com financiamento do INCRA, através do funcionamento de três salas de aula noturnas para alfabetização de adultos, que em 1996 totalizaram 68 alunos. Estas salas de aula estão localizadas na Serra do Bom Bocadinho, no Quandú de Cima e no Quandú de Baixo, com uma professora para cada sala de aula. Através deste convênio, as professoras recebem reciclagens periódicas e material didática para ser trabalhado com suas turmas, além de merenda. Em 1996, cada uma das professoras recebia R\$ 150,00 mensais.

O programa tem três anos de implantação e seus efeitos ainda não podem ser completamente avaliados. Entretanto, algumas dificuldades podem ser registradas. Em primeiro lugar, a desconfiança que o programa tem junto a determinados setores do assentamento⁵⁶. Em seguida, o número reduzido de jovens que participam das aulas. Como pontos positivos, cabe destacar o papel que exerce no sentido de fomentar uma consciência crítica em seus alunos e de estimular a organização e a participação social.

O assentamento Quandú tem ainda uma escola primária, mantida pelo município de Barra de Santa Rosa. Até o ano de 1996, uma única professora era responsável por todas as turmas, numa sala chamada multi-seriada. O aproveitamento dos alunos,

⁵⁵ Serviço de Educação Popular, sediado no município de Guarabira (PB).

⁵⁶ Tema a ser abordado no capítulo seguinte.

segundo relato da própria professora, era muito baixo e a evasão escolar elevada, principalmente a partir do período da colheita, nos meses de junho em diante.

Em 1997, duas professoras se revezavam entre a alfabetização e as demais séries do primeiro grau menor, nos turnos manhã e tarde, totalizando 61 alunos. A sala de aula foi provisoriamente instalada na garagem de uma das casas, alugada pela Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa, em condições insatisfatórias. As professoras, contratadas pela prefeitura, recebiam no início de 1997 um salário de R\$ 25,00 mensais. Estas professoras residem no assentamento.

Um fato que chama a atenção no assentamento é o pequeno número de crianças cursando o primeiro grau maior (ginásio). Estas crianças têm que se deslocar para o município de Barra de Santa Rosa, o que é difícil em virtude da precariedade dos transportes.

Mesmo que o transporte seja uma dificuldade para quem deseja estudar, acreditamos que o pequeno número de estudantes em séries avançadas deve ser referido a um desinteresse generalizado pela educação entre os assentados. Os jovens, especialmente do sexo masculino, são levados para as atividades agrícolas logo cedo e não vêm a educação como um meio de elevação das condições de vida.

Acreditamos que este é um dos motivos que pode explicar o fato de que as mulheres apresentam um nível de escolaridade maior quando comparados com os índices verificados junto aos homens, como mostra a TABELA X.

Concluimos esta parte sobre educação alertando para o fato de que as mulheres têm um nível de escolaridade mais elevado que os homens, conhecimento, no entanto, que é pouco aproveitado em termos de organização e participação na comunidade, como veremos posteriormente.

TABELA X
Escolaridade x Sexo (Dez. 1996)

*	Homens		Mulheres		Total
		%		%	
00	40	23,2	30	20,5	70
01	27	15,7	11	7,5	38
02	47	27,3	27	18,5	74
03	08	4,7	15	10,3	23
04	31	18,0	27	18,5	58
05	10	5,8	12	8,2	22
06	06	3,5	04	2,7	10
07	01	0,6	09	6,1	10
08	02	1,2	03	2,1	05
09	-	-	01	0,7	01
10	-	-	02	1,4	02
11	-	-	01	0,7	01
12	-	-	-	-	-
13	-	-	01	0,7	01
14	-	-	01	0,7	01
S.I.	-	-	02	1,4	02
Total	172	100	146	100	318
Sim	57	33,1	55	37,5	112
Não	115	66,9	90	61,8	205
S.I.	-	-	01	0,7	01

* O código numérico da primeira coluna significa:

00 - crianças que nunca frequentaram escola

01 - analfabetos

02 - semi-analfabetos

03 - alfabetizados

04 - primeira série do 1º grau

05 - segunda série do 1º grau

06 - terceira série do 1º grau

07 - quarta série do 1º grau

08 - quinta série do 1º grau

09 - sexta série do 1º grau

10 - sétima série do 1º grau

11 - oitava série do 1º grau

12 - primeira série do 2º grau

13 - segunda série do 2º grau

14 - 2º grau completo

S.I. - Sem informação

4.3.4. Saúde e transporte

Não há posto de saúde no assentamento Quandú. Os atendimentos ambulatoriais mais comuns são realizados no hospital/posto de saúde do município de Barra de Santa Rosa. Os casos mais complexos são encaminhados para o município de Cuité. Os casos mais graves, no entanto, são encaminhados para Campina Grande. No

assentamento, há um carro (de propriedade de um dos assentados), que é contratado pela Prefeitura de Barra de Santa Rosa para levar os doentes nas urgências médicas.

Não há programa de prevenção contra doenças em andamento no assentamento, bem como estavam paralisadas no início de 97 as visitas de agentes comunitários de saúde no local.

Em termos de transportes, a situação também é precária. Não há linha regular de transporte que ligue o assentamento ao município de Barra de Santa Rosa. O transporte mais próximo dista 01 quilômetro da vila comunitária, mas as distâncias aumentam consideravelmente para aqueles que residem no Quandú de Baixo e na Serra do Bom Bocadinho. E mesmo esta linha só atende a comunidade até às 15h, no sentido Cuité/Barra de Santa Rosa. Não há, também, transporte para os estudantes, seja durante o dia ou à noite, que desejem continuar seus estudos em Barra de Santa Rosa.

O transporte da produção agrícola e animal é feito através do trator comunitário, que no dia da feira (quintas-feiras) faz várias viagens para a sede do município de Barra de Santa Rosa. O transporte interno no assentamento é feito a pé, de bicicleta ou de moto (alguns assentados já conseguiram adquirir este meio de transporte).

CAPÍTULO V

5. FORMAS E MODOS DE SOCIABILIDADE

A importância da organização e da participação comunitária nos projetos de desenvolvimento local tem sido ressaltada nos últimos anos, chamando a atenção para o papel das ações descentralizadas no quadro do planejamento do desenvolvimento .

Estes conceitos, porém, são utilizados numa ampla diversidade de significados. Para alguns, a participação ocorre quando se consegue mobilizar determinada comunidade em torno de um programa ou projeto elaborado externamente, seja pelo Estado, seja por ONG's. Em outro sentido, a participação que se deseja alcançar está relacionada com a colaboração da população em termos de mão de obra e na disponibilização de determinados materiais e/ou equipamentos. A participação pode ainda estar relacionada mais diretamente com a capacidade de uma comunidade em tomar decisões a respeito de diversos problemas aos quais é confrontada, e que se expressa mais claramente em termos de organização comunitária. E, finalmente, pode significar que determinadas comunidades tenham o poder de dirigir suas próprias vidas individuais e comunitárias. (Anello & Hernández, 1993)

Ao mesmo tempo, a incorporação da organização e da participação social aos processos de desenvolvimento planejado não se dá sem problemas:

“Recentemente, o apoio dos projetos ‘centrados nas pessoas’ se promete inclusive na retórica oficial do planejamento. Mas se faz de tal maneira que reduz a aplicabilidade do conceito aos projetos dos denominados ‘setores sociais’, como são a educação, a saúde, o planejamento familiar, a nutrição, etc. O ponto é que ‘dar primazia às pessoas’, ou, em outras palavras, a preocupação com a organização social como problema central, deve ser reconhecida como de suma importância para todos os projetos e não apenas para aqueles dos setores de serviço social que já mencionamos. Essa primazia deverá reconhecer-se explicitamente como o supremo objetivo dos projetos que apoiam a atividade produtiva, em que a aparente prioridade das variáveis tecnológicas ou econômicas ainda servem como falsa

justificativa para descuidar as variáveis da organização social.”
(Cernea, 1995: 33)

Esta contradição entre a retórica do planejamento e a execução de políticas de desenvolvimento pode ser percebida no caso do assentamento Quandú, com importantes repercussões para a análise da condição de vulnerabilidade à seca entre as famílias assentadas e das possibilidades de um desenvolvimento sustentável no assentamento.

Há uma certa tradição em termos dos estudos sobre a organização dos movimentos que resultaram em assentamentos de reforma agrária, destacando as diversas fases da luta: “luta pela terra, luta pela obtenção de benfeitorias para o assentamento, luta para obter os meios para a produção e comercialização de seus produtos e, muito importante, luta pela obtenção do título de propriedade dos lotes” (Giuliani e Castro, 1996: 141).

Neste capítulo, pretendemos visualizar os processos de organização e participação social, que consideramos mais significativos e exemplares, no quadro da construção do espaço social do assentamento Quandú.

* * *

O processo de luta pela terra levado a cabo na área da fazenda Quandú, em sua fase inicial, repete uma espécie de “paradigma nacional” da luta pela reforma agrária no país. O conflito entre moradores e rendeiros, de um lado, e proprietário, de outro, na fazenda Quandú, tem início no final da década de 70, motivado pela ameaça de expulsão dos agricultores das terras com a venda da propriedade. Ainda que indiretamente, pode ser percebida a influência de setores progressistas da Igreja Católica no processo de conscientização e de mobilização daqueles agricultores que tomam a frente das reivindicações pelo direito à terra. As demandas dos agricultores são assumidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra de Santa Rosa, que articula as ações a serem empreendidas, ou seja, as estratégias da luta. No âmbito estadual, a luta dos

moradores e rendeiros do Quandú se articula com outras áreas de conflito do Estado, mediadas pela FETAG.

Esse histórico corresponde de modo impressionante à síntese de Giuliani & Castro (1996: 138-139) para o período:

“na segunda metade dos anos 70, à medida que as forças democráticas voltavam a se manifestar, espalharam-se por todo o país movimentos de luta de resistência às expulsões. Com a progressiva abertura democrática dos anos 80, essas reivindicações de terras ganharam legitimidade e o Estado começou a desapropriar as áreas em conflito e a transformá-las nos primeiros assentamentos. Os assentamentos rurais começaram a ser implementados no início da década de 1980, principalmente em áreas de conflito entre os proprietários (verdadeiros ou não) das fazendas e os produtores nelas residentes (moradores, meeiros, arrendatários, colonos, etc.)”.

A desapropriação no Quandú, porém, não irá acontecer no período do auge da luta na área. E então a história da organização e da participação entre os moradores e rendeiros começa a diferenciar-se das tendências dominantes a nível nacional. No momento em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está se consolidando no cenário nacional (1984-1985), os agricultores envolvidos na luta pela terra em Barra de Santa Rosa começam a enfrentar as maiores dificuldades em termos de seu próprio movimento. A nível nacional, passam a ser realizadas as invasões das áreas inativas ou improdutivas pelos sem-terra ligados ao MST, uma estratégia de luta pela reforma agrária que tendia a ampliar-se e fortalecer-se. No Quandú, nesse período, o movimento passa por um processo de desmobilização, isolamento e perda de prestígio junto ao STR de Barra de Santa Rosa, ainda que o processo de desapropriação ganhe novo impulso no INCRA a partir de 1985 com a realização de uma vistoria no local⁵⁷. E é este processo que irá se entender até o ano de 1989, quando finalmente é publicado o decreto de desapropriação da área para fins de reforma agrária.

Este “isolamento” e desmobilização verificados entre os agricultores envolvidos na luta pela terra em Barra de Santa Rosa, no longo período de transição ao da

⁵⁷ Resultado tardio das gestões feitas no período anterior, de maior mobilização.

desapropriação, repercutiram em termos da desarticulação e fragmentação do grupo desde os primeiros tempos no assentamento, através de desencontros nas relações entre os participantes do movimento bem como pela inclusão de famílias que não haviam participado da luta pela terra, complementado as 47 famílias que finalmente foram assentadas.

São características que parecem ter deixado marcas no processo de ocupação da área da fazenda Quandú, situação que influenciou na forma como se deu o processo de ocupação da terra após a desapropriação e, possivelmente, no processo de construção deste novo espaço social. Por outro lado, as famílias de trabalhadores rurais que, através de trajetórias diversas, foram reunidos no assentamento, não apresentavam, enquanto grupo, uma forte vinculação com qualquer outro movimento de repercussão regional ou nacional, como a Comissão Pastoral da Terra ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, nem podiam ter entre si um sentimento de identidade que os reunisse para continuarem mobilizados com poder de pressão sobre o INCRA.

Contudo, esta situação parece ter feito com que o assentamento Quandú caísse nas graças de alguns técnicos do INCRA, que percebiam uma grande oportunidade de atuação na área, podendo implantar uma desapropriação ideal de acordo com suas concepções e alinhada com tendências nacionais de transformações propostas para as diretrizes de reforma agrária no país no final da década de 80. Ao mesmo tempo em que poderiam desenvolver um trabalho novo, teriam um razoável controle de todo o processo. O maior exemplo dessa tendência foi o esforço feito para que os trabalhadores optassem por uma forma de organização comunitária da produção, mas que nunca chegou a ser articulada além de uma alocação comunitária em termos de distribuição dos bens de produção, principalmente da terra que de início não foi parcelada. Esta proposta de modelo comunitário haveria fatalmente de enfrentar problemas em sua execução, em virtude da tradição do trabalho familiar/parcelar dos agricultores envolvidos no processo. Voltaremos a este tema posteriormente.

Esta postura reativa, no entanto, não deve ser entendida apenas como um atestado de fraqueza dos assentados em termos de sua organização. Para nós, apresenta-

se antes de tudo como uma estratégia dos assentados baseada na crença de que a “convivência pacífica” com o INCRA, através de seus técnicos e dirigentes, representava um meio seguro de se conseguir os benefícios esperados para o projeto.

Visualizamos ganhos e perdas gerados em todo esse processo. Acreditamos, porém, que algumas perspectivas de ganho não foram aproveitadas e isto faz com que as possibilidades de perdas comecem a se fazer notar, particularmente quando se cobra das famílias beneficiadas habilidades ou capacidades organizacionais e participativas que não desenvolveram ao longo dos últimos anos.⁵⁸

A partir de agora tentaremos nos aprofundar em alguns aspectos essenciais para entendermos a frágil organização e participação comunitárias no Quandú. Decidimos nos deter sobre quatro ângulos que parecem significativos no âmbito desta problemática, tentando relacionar a cada um destes ângulos um exemplo concreto para fortalecer as conclusões a que chegamos com nossa pesquisa. Estes aspectos são os seguintes:

a) relações entre o INCRA e os assentados, em que a organização comunitária é o exemplo típico;

b) dilema entre o comunitário e o individual/familiar, em que o projeto de caprinocultura é o exemplo típico;

c) disputa política e posições conflitantes entre os assentados, em que a divergência na esfera da educação é o exemplo típico; e

d) finalmente, abordaremos o que temos chamado de problema da construção de uma identidade coletiva, apresentado a partir da “questão dos mutirões”.

5.1. Relações entre o INCRA e os assentados

No projeto de assentamento Quandú, as relações entre o INCRA e as famílias beneficiadas têm se desenvolvido sempre num clima de aparente cordialidade, em que os técnicos do INCRA são aqueles que sabem o que deve ser feito e que detêm o conhecimento sobre as regras do programa de reforma agrária, enquanto que os

⁵⁸ E que talvez não tiveram oportunidade de desenvolver.

assentados desempenham o papel daqueles que, por serem os beneficiados, devem tomar nas mãos a execução dos programas e, assim, responsabilizar-se pelos destinos do projeto. Esta relação se cristaliza na seguinte forma: o INCRA decide mas faz parecer que foi a comunidade quem tomou a decisão. E assim, é forte, desde o início, a presença da retórica da organização e da participação comunitária como elemento fundamental no processo de desenvolvimento do assentamento. Pretendemos mostrar, no entanto, que esta relação não ocorre sem conflitos, mas que estes conflitos são submetidos à estratégia maior da boa convivência, que garantiria os benefícios prometidos às famílias assentadas.

Segundo Esterici et alli (1992: 10):

“Negociação e convergência não necessariamente expressam embasamento político-ideológico consensuais, mas estratégias de legitimação, produtividade e maximização de recursos que estão de um lado e de outro.”

Os limites dessa estratégia, porém, já podem ser percebidos e, atualmente, seus aspectos negativos estão sendo evidenciados.

A análise acima é fruto de nossos questionamentos frente ao fato de que ao aprofundarmos nosso contato com as famílias assentadas do Quandú, ficava cada vez mais claro que havia um grave problema em termos de mobilização e capacidade de ação coletiva. Entre os próprios assentados, é muito comum o sentimento de que é preciso melhorar as condições de participação na comunidade. Então, como poderíamos explicar os avanços que foram alcançados na área (ainda que uma análise mais aprofundada nos tenha alertado para as limitações destes avanços) com tão pequena capacidade de pressão e de ação concertada? As respostas a estes questionamentos começaram a surgir quando, em conversas informais, alguns assentados sugeriram que o INCRA queria fazer do Quandú um assentamento modelo. Era uma pista, ainda que não pudesse explicar tudo. Mas chamou a atenção para o importante papel desempenhado pelos técnicos do INCRA nesta área. É sugestiva a afirmação de um dos assentados transcrita a seguir:

“A relação com o INCRA é boa porque o INCRA sempre que pode faz tudo de bom e do melhor pra gente. Tudo que vem para aqui,

tudo de projeto (...) vem com a palavra do INCRA primeiro (...) Tudo que a gente quer vai lá no INCRA e o INCRA consegue. Se for qualquer uma pessoa aqui, e muito embora leve um problema e não tenha solução, o INCRA recebe. Quer dizer, o conceito do IINCRA para nós é muito bom.”

A organização dos assentados através da Associação dos Pequenos Produtores do Imóvel Quandú foi grandemente influenciada pelos técnicos do INCRA, tendo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra de Santa Rosa atuado também nesse processo. Outra presença forte neste campo é a do técnico da EMATER em Barra de Santa Rosa. O papel deste último, e dos diretores do STR, no entanto, parece subordinado à atuação dos técnicos do INCRA.

Uma das principais lideranças da comunidade confirma essa situação:

“...o pessoal do IINCRA fez uma força prá eu ficar um pouco na frente. Botou o Sindicato para encaminhar as coisas, ficar mesmo na frente do assentamento e daí eu decidi tirar também o meu lote lá, que era um desejo muito grande que eu tinha.”

“É, essa coisa (criação da associação) veio de cima pra baixo, porque as comunidades nunca tinham trabalhado com associação e logo que houve a desapropriação veio o incentivo (...), o pessoal do INCRA foi quem incentivou a criar a associação. Porque a gente não tinha conhecimento de trabalho de associação e o assentamento exigia que se fizesse uma associação prá poder encaminhar melhor os projetos, receber as ajudas.”

Até então, os trabalhadores não estavam organizados institucionalmente. No início da luta, as reivindicações eram feitas através do Sindicato. Assim, é o INCRA e a implantação do assentamento que levam estes trabalhadores a um processo de organização formal. Porém, como temos constatado, as bases para esta iniciativa ainda eram embrionárias.

Na ata da assembléia realizada em junho de 1989 para criação da Associação dos Pequenos Produtores do Imóvel Quandú já está presente a questão da organização e da participação, quando se registra que a entidade foi criada com a “finalidade de todos

unidos trabalhem em prol da comunidade”⁵⁹. As atas dessas assembléias são um rico material para entendermos toda a trajetória em termos de organização e participação e serão grandemente utilizadas por nós neste capítulo.

Já na assembléia seguinte, realizada em agosto de 1989 com o objetivo de aprovar os estatutos da recém-criada associação, informa-se que “o estatuto foi elaborado pela diretoria junto à equipe do INCRA”, sendo aprovado por unanimidade. O referido informante, no entanto, explica melhor como isso aconteceu:

“A gente já recebeu o estatuto já programado, só fez aprovar sem ter nem conhecimento. Isso eu acho que é uma causa que talvez não funciona melhor hoje porque o pessoal não tem conhecimento de associação. As coisas que são criadas de cima prá baixo, sem o pessoal sentir a necessidade, acho que não funcionam muito bem..”

“Trouxeram o estatuto e a gente só fez uma assembléia para aprovar, sem muito aprofundamento. Foi um pouco vazia, a criação da associação foi um pouco vazia..”

Os trabalhadores, inexperientes em relação ao trabalho associativo, não tinham outra alternativa senão seguir as orientações vindas de fora. E, desta forma, não puderam desenvolver uma maior compreensão daquele processo ao qual estavam se atirando (ou sendo atirados). Os objetivos da associação não parecem claros até os dias de hoje entre os assentados.

A divisão de funções entre técnicos do Incra e trabalhadores assentados, da qual podemos inferir o binômio decisão/aprovação, respectivamente, é bem adequada à descrição acima. Em outra assembléia, ainda no ano de 1989, um dos agricultores cadastrados no projeto estava causando alguns problemas. A ata desta assembléia registra o caso da seguinte maneira:

“A seguir o Sr. (técnico do INCRA) levou ao conhecimento da assembléia o caso por todos já cientes do Sr. (...) que expulsou da residência toda a família, composta de 13 filhos e esposa. A comunidade por unanimidade aprovou que a parcela rural destinada ao Sr. (...) passasse para o nome da sua esposa (...) Finalizando os trabalhos foi

⁵⁹ Todo o material transcrito a partir das atas da associação foi revisado para que, na medida do possível, sejam evitados os erros gramaticais e ortográficos que, a nosso ver, não teríamos que manter em nossas citações, já que não contribuem para o esclarecimento das questões que estamos tratando.

dada mais uma orientação aos presentes de que as possíveis substituições doravante deveriam ser comunicadas antecipadamente ao Incra que indicaria os candidatos cadastrados, seguindo sempre pela ordem de número obtido mais a amênia da comunidade.”

Percebe-se aqui a preocupação de legitimar todas as ações com a aprovação da comunidade. Outro exemplo, registrado numa ata de assembléia realizada em 1993, refere-se a aquisição do trator e da debulhadeira através de crédito do PROCERA:

“O Dr. (técnico do INCRA) trouxe a notícia do Projeto Procera e sugeriu que os posseiros⁶⁰ comprassem um trator e uma debulhadeira e os posseiros o apoiaram.”

As ações dos técnicos do INCRA são claramente paternalistas⁶¹. Neste sentido, combinam-se autoridade e proteção. As atas das assembléias registram alguns exemplos deste tipo de atitude:

“(…) ficará um posseiro responsável em levar os nomes dessas pessoas para o Sindicato para que o Incra tome conhecimento para ele tomar uma decisão contra aqueles que causaram problemas.” (18/03/90)

“(…) os posseiros decidiram em assembléia retirá-lo da terra, ficando assim desistente por não obedecer as leis do Incra.” (31/01/93)

“Também foi tratado o assunto do poço, o qual foi cavado mas está sem ser utilizado por falta do motor, mas (o técnico do INCRA) falou que vai ver o que pode fazer pra nos ajudar com relação ao motor pra ser colocado no poço.” (31/03/93)

“(…) o posseiro (...) tinha falado com o presidente para morar na casa grande da fazenda porque assim ele a zelava e cuidava dos animais dele mais fácil e também ficaria assim como um vigia, mas o presidente levou o assunto aos outros posseiros e uns cordaram e outros não. E ficou pra se falar com o Incra.” (19/07/95)

⁶⁰ Os assentados chamam de “posseiros” aos membros titulares do assentamento Quandú.

⁶¹ “Um indivíduo que exerce um modelo paternalista de liderança pode sinceramente desejar o bem-estar dos outros membros do grupo e estar motivado por um verdadeiro sentimento de carinho para com os outros. Ele pode tratar aos outros membros, portanto, como um pai trataria a seus filhos, ou melhor, como um pai super-protetor trataria a seus filhos. Ele cuida deles, os protege, retira todos os obstáculos de seu caminho, faz coisas para eles e lhes diz que não se preocupem porque ele já tem resolvido tudo para eles. As vezes pode perguntar aos membros do grupo suas opiniões e dar uma impressão externa de ser um líder democrático, mas ao final é ele quem realmente toma a decisão. O líder paternalista não ajuda aos membros do grupo a desenvolverem suas próprias capacidades. Provavelmente não pensa que eles tenham muitas capacidades. E ele sente satisfação em saber quão é necessário para os outros membros do grupo.” (Anello & Hernandez, 1996: 42)

“ (...) o mutirão está muito fraco, essa terra tem 47 famílias enquanto eu contei 10 pessoas no mutirão e isso é uma vergonha. Essa semana eu vou a João Pessoa e vou falar com o Dr. Márcio sobre esse problema. Mas depois de muita conversa chegou-se a um consenso para tentar resolver este sério problema (...)” (03/03/96)

A partir dos trechos acima, retirados de atas de assembléias realizadas em vários momentos do processo de conformação do assentamento, podemos perceber que o Incra desempenha algumas funções especiais: árbitro para os conflitos internos, detentor do conhecimento das leis e das regras que devem ser seguidas por todos e mantenedor da ordem.

Um dos exemplos mais ricos em termos da apreensão da relação Incra e assentados no Quandú é o da definição da forma de exploração da área desapropriada. Quando saiu a desapropriação da fazenda em 1989, buscava-se em âmbito nacional alternativas de organização da produção nos assentamentos que pudessem superar os problemas que já vinham sendo detectados nos projetos mais antigos em termos de produtividade e desenvolvimento das famílias beneficiadas.

A organização coletiva da produção foi uma das alternativas que surgiu com maior força e empatia entre intelectuais, movimentos de sem terra e dentro do próprio INCRA, ainda que oficialmente a organização familiar/parcelar da produção fosse recomendada. Muitas vezes, porém, estas iniciativas não eram pautadas em um plano de ação bem debatido e estruturado, em que a participação dos assentados nas discussões tivesse sido garantida. Não se levava em conta também a diversidade das origens sócio-políticas destes assentados, diversidade que se expressa tanto em termos de trajetória como de experiência com o trabalho cooperado. (Cazella, 1995)

No Quandú, os técnicos do Incra apostaram num tipo de organização comunitária, como registra ata de assembléia de 21/10/90:

“Aberta a reunião pelo sr. (técnico da EMATER) que explicou o objetivo da respectiva reunião, pois nós estamos sabendo que o superintendente do Incra fez uma visita neste Projeto e gostando muito dos serviços que já existem na área, o mesmo fez uma proposta para os posseiros que reunissem para ser discutido o problema de como fazer a

distribuição das terras. Disse ele que seria o melhor para todos aqui as terras ficassem toda comunitária, pois as possibilidades de trabalho com a área comunitária oferece mais condições para se trabalhar ou mesmo para conseguir projetos que venham beneficiar todos os posseiros que na área estão trabalhando. Então eu pergunto: todos os posseiros estão de acordo que o projeto venha a ser comunitário? Havendo propostas contrárias, foram colocadas em votação as duas propostas: 1. se o projeto, digo, quem concordar a proposta do projeto ficar comunitário levante a mão, votaram 49 posseiros a favor; a 2. era de que quem concorda do Projeto ser dividido em parcelamento levante a mão, apenas um concordou.”

A idéia, no entanto, não parece avançar em termos de organização da produção, mas restringe-se à distribuição da terra. Tanto é que desde o início as famílias foram incentivadas a trabalhar cada uma em sua área, ainda que não houvesse sido feito loteamento da terra. Algumas iniciativas de trabalho comunitário foram implantadas, como a destinação de uma área de pastagem coletiva, com recursos do Procerá.

Outro aspecto importante a ser destacado é que desde o início a idéia do trabalho comunitário provoca polêmica entre os assentados. Ainda que o resultado de 49 a 01 possa levar a crer num consenso quase absoluto em torno da questão, a frequência com que o assunto passa a ser discutido nas assembléias seguintes nos fazem afirmar que os conflitos eram maiores do que aparentavam.

Mas como explicar tão amplo resultado em favor da exploração comunitária? Respondemos esta questão com a hipótese da estratégia de convivência cordial com o Incra. Ora, se os técnicos do Incra achavam que essa era uma forma melhor, por que não acreditar neles? Por que não fazer-lhes esta vontade, em troca dos projetos e demais benefícios que poderiam advir dessa posição?

Na mesma assembléia mencionada acima, de 21 de outubro de 1990, registra-se logo após confirmada a decisão pelo comunitário:

“A Srta. (que acompanhava o técnico da EMATER) explicou para os presentes que há uma possibilidade de que o Projeto ficando comunitário os posseiros recebam o título da terra no mês de dezembro, pois o senhor Luis de Andrade, superintendente, falou que na Paraíba

vão ser distribuídos 500 títulos e Quandú só pode receber os títulos se passar a ser comunitário como já foi aprovado por unanimidade.”

Em 19/09/93, o tema volta à pauta da assembléia da Associação. Apesar da definição tomada anteriormente, a situação ainda era indefinida. As divergências em relação à divisão ou não da terra devem ter aumentado até que chegasse a assembléia. A ata deste reunião registra:

“O presidente falou das dificuldades da terra dividida e quais as melhorias que obtemos com a terra comunitária. O assunto virou diálogo e todo mundo comentou e chegaram a conclusão de que poderia ficar como está, isso é, comunitária. Com a palavra o vice-presidente (...) também teve a oportunidade de falar e reforçar as palavras do presidente e por 39 votos ficou assim decidido que ficaria comunitário e teve 02 votos contra que queria a demarcação da terra.”

Cabe destacar aqui a posição das lideranças do assentamento em defesa da opção comunitária. E que mais uma vez esta opção tem a ampla aceitação dos assentados. A situação, parece-nos, no entanto, insustentável. Quatro anos depois de efetivada a desapropriação, a produção se organiza prioritariamente em forma familiar. As iniciativas comunitárias são poucas e principalmente reservadas para as áreas de infra-estrutura coletiva do assentamento. A partir de um tal modo de organização produtiva, como justificar que as terras não fossem loteadas?

Analisando os conflitos gerados em um outro assentamento⁶² onde foi implantando um processo de organização coletiva da produção, Ademar Cazella (1995: 12) constata que a produção agrícola familiar “ao invés de complemento do coletivo passou a ser prioridade e garantia de uma certa autonomia”, em detrimento da própria organização coletiva. E explica:

“Como não poderia ser diferente, o encontro da proposta de trabalho coletivo com as diferentes trajetórias de vida, com as diferentes mediações políticas e com o dinâmico processo de formação e transformação de identidade dos agricultores assentados resultou em novos espaços de conflitos, acentuou conflitos existentes e/ou secundarizou outros. Revelou, também, as divergências entre os

⁶² Assentamento 30 de Outubro, em Santa Catarina.

interesses estratégicos construídos pelos mediadores e lideranças, e os interesses dos agricultores. Essas questões são perceptíveis na análise dos problemas surgidos a partir do referido projeto, com destaque ao rompimento da identidade de grupo por um número significativo de agricultores.” (Cazella, 1995: 09-10)

É importante destacar da citação acima as divergências entre os interesses estratégicos dos mediadores e lideranças e os interesses dos próprios agricultores. As trajetórias dos agricultores assentados no Quandú indicam predominantemente uma completa falta de experiência no trabalho coletivo ou comunitário. Mesmo entre as lideranças, este aprendizado ocorreu no processo de desenvolvimento do próprio projeto. Esta inexperiência poderia ter sido contornada se se tivesse empreendido no local um processo planejado de acompanhamento dos assentados e de estímulo à participação social efetiva para o fortalecimento da opção pela organização comunitária, o que não ocorreu.

O descompasso entre as práticas coletivas e as práticas individuais/parcelares serão tratadas ainda neste capítulo. Aqui, cabe ressaltar que a feição atual do assentamento, em que áreas de equipamentos e serviços de uso comunitários (área urbana, pastos coletivos, barreiros e açude, reserva florestal) convivem com lotes individuais/familiares começa a se conformar em 1995, quando ata da assembléia realizada em 10 de maio registra visita de um técnico do INCRA encarregado de fazer o parcelamento da área. Uma assentada fala sobre esta mudança:

“A primeira reunião que eles fizeram foi o seguinte: O Incra disse ‘vai ficar comunitário. Todo mundo comunitário, quer dizer, não vai se dividir a terra.’ Isso aí está em ata. Depois o Incra veio de novo e disse: vamos dividir, vamos lotear. Então resolveram lotear, fizeram mapa, tiraram picada, fizeram tudo direitinho.”

Ainda assim, a área do assentamento localizada na Serra do Bom Bocadinho é vista como problema, pois alguns assentados querem receber todo seu lote nesta região, já que historicamente têm se estabelecido neste local, mesmo antes da desapropriação.

O trabalho de loteamento da área, no entanto, só vem a ser realizado no início de 1997, sem que os critérios de demarcação tenham sido bem debatidos entre os assentados, o que causou o descontentamento de alguns deles. O fato de o técnico responsável pela demarcação ter apresentado os critérios a serem utilizados, no entanto, fez com que estes conflitos (que na verdade são internos) fossem submetidos a uma autoridade externa, reduzindo as tensões:

“Era para a gente mesmo parcelar. Mas a gente viu que ia dar um rolo muito grande, eles não acreditam na gente. Se a gente fosse parcelar ia dar briga. Ai a gente pagou ao Interpa para ele parcelar, porque com o pessoal de fora tudo é diferente. E com a comunidade, a coisa muda de figura (...) E assim mesmo ainda tem posseiro ai que ainda está brigando porque queria ficar num lote e não ficou..”⁶³ (presidente da Associação na época do loteamento)

5.2. Dilema entre o comunitário e o familiar/parcelar

As negociações em torno do Projeto de Caprinocultura⁶⁴ começaram em 1995 e envolviam os assentados, o STR de Barra de Santa Rosa, o INCRA e a Universidade Federal da Paraíba, através do campus de Bananeiras, que era a entidade proponente. Desde o início, foi criada uma grande expectativa em torno do projeto, que para alguns era a “redenção do agricultor”.

A caprinocultura, voltada para a produção de leite, foi vista sempre como alternativa econômica para os assentados, que poderiam através do projeto multiplicar a renda familiar, numa atividade adaptada às condições naturais da área.

⁶³ Refere-se especificamente ao parcelamento da área na Serra do Bom Bocadinho. Em relação ao restante, ele afirma: “O parcelamento já veio diretamente do Incra. Ele contratou aquela firma (...) A Interpa veio diretamente parcelar a terra. Chegou aqui, os parceiros (...) acompanharam o parcelamento.” Parece-nos que a lógica é a mesma para todo o assentamento: uma decisão do Incra ou do técnico da Interpa evita ou desacredita as divergências.

⁶⁴ Falamos sobre o projeto no capítulo anterior.

O projeto tem sido, no entanto, locus em que vários conflitos presentes na comunidade têm se revelado. Estes conflitos se expressam basicamente em termos da dualidade trabalho coletivo versus trabalho familiar/parcelar.

Desde o início, os técnicos ligados à universidade desejavam implantar um projeto coletivo de criação das cabras. Esta intenção foi registrada em ata da assembléia realizada em 25 de julho de 1995:

“Ainda continuou, jogando uma idéia, para que todos trabalhassem em conjunto; ou seja, o projeto comunitário daria mais lucros e seria bem melhor até para cuidar do rebanho. Mas surgiu uma grande polêmica: uns aprovaram a idéia, outros não (...) É importante salientar, diz o professor, existem 200 pessoas, ou seja, 200 crianças se alimentando com leite de cabras, na comunidade de Solânea; elas são filhas de pais pobres, mas mesmo assim tomam conta dos animais e dão conta. Será que vocês não são capazes de fazer o mesmo?”

A escolha do assentamento Quandú como local para implantação do projeto parece estar diretamente relacionada à possibilidade de que o trabalho fosse organizado de forma comunitária e de se conseguir financiamento através do Incra.

Em assembléia no dia 08 de outubro de 1995, muitos agricultores expressaram seu descontentamento em relação ao projeto e decidiram que não iam participar. A ata desta assembléia registra o motivo dado por cada um⁶⁵ para se recusar a se integrar ao projeto da caprinocultura:

“(A01) não quer porque é sozinho e não tem condições de lutar com esses bichos. (A02) não quer porque o povo aqui não são iguais. (A03) não quer porque não tem condições e tem outros compromissos. (A04) não quer porque tem muitas ocupações e não pode vir. (A05) não quer porque até hoje não ficou nada decidido. (A06) não quer porque já está velho. (A07) não quer porque é sozinho com a mulher e duas crianças, não tem condições de lutar com os animais. (A08) não quer porque está velho e cansado e não aguenta mais o rojão. (A09) não quer porque mora longe e não dá certo. (A10) não quer porque tem muitas ocupações, mas o projeto é muito bom. (A11) não quer porque mora na serra e não posso deslocar de lá pra cá. (A12) não quer porque só

⁶⁵ Os nomes dos assentados foram substituídos pelos símbolos entre parênteses, em que A01 significa assentado 01 e assim por diante.

queria se fosse individual. (A13) não quer porque sou sozinho e além disso sou doente. (A14) não quer porque é sozinho e os filhos moram longe, mas ficou pra pensar e mandar a resposta até o dia 11 do corrente mês. (A15) não quer porque as condições são poucas mas o projeto é bom demais. (A16) não quer porque mora na serra e só se faz o que pode. (A17) não quer porque nao tem sorte com bodes e outra que mora longe. (A18) não quer porque disse que não queria e não quer mesmo. (A19) só queria individual. (A20) não quer porque os homens de Bananeiras disseram que seria individual e depois chegaram dizendo que é comunitária, por isso eu não quero. (A21) não quer porque não quer mesmo. (A22) não quer porque é sozinho. (A23) não quer porque vai ver se dá conta do que já arrumou, porque quem corre atrás do muito fica sem nada.”

É preciso refletir sobre os motivos apresentados como recusa ao projeto, no âmbito de um quadro explicativo complexo⁶⁶. Ainda que em poucos casos se coloque abertamente que não se está aceitando participar da caprinocultura porque não é familiar/parcelar, verifica-se que na maior parte das justificativas os agricultores estão priorizando suas atividades agropecuárias, e estas são desenvolvidas dentro do padrão da produção familiar. E a criação de animais faz parte deste padrão familiar nas áreas semi-áridas. Nos projetos de investimento individual através do Procera, a aquisição de animais foi amplamente privilegiada e o rebanho de cabras é o maior do assentamento, segundo resultados de nossa pesquisa apresentados no capítulo anterior. E o projeto foi apresentado como um investimento que traz grandes lucros: “para vocês verem, um litro de leite de cabra vale mais do que um saco de farinha e isso faz a diferença” (opinião de um sindicalista).

Contudo, o maior motivo de recusa pode ter sido o descrédito dos agricultores em relação ao projeto comunitário proposto, e o projeto tem enfrentado inúmeros

⁶⁶ A localização das instalações do projeto de caprinocultura é um dos motivos mais citados para a desistência, já que privilegiaria alguns (os que moram perto) em detrimento de outros (os que moram longe). Parece-nos ser um motivo compreensível, mas que acreditamos também estar relacionado com determinados conflitos internos existentes no Quandú. As instalações estão próximas ao núcleo urbano (área de maior concentração da população assentada). As lideranças formais residem no local. Os assentados residentes na Serra do Bom Bocadinho seriam os que teriam maior dificuldade de deslocamento.

problemas desde sua implantação exatamente nas questões relacionadas ao trabalho coletivo. Dos 25 assentados que começaram o projeto, 10 já o abandonaram como resultado de inúmeros conflitos relacionados com a distribuição do trabalho e das responsabilidades.

Sobre a questão, uma das principais lideranças da associação afirma:

“O pessoal é muito individual. Com essa coisa mais para o seu lado. A prova disso que a gente, o Incra conseguiu um projeto de caprinocultura para as 47 famílias e o pessoal não quis não. Só porque tinha critérios, tinha que rabalhar a questão dos mutirões, tinha que cada um cuidar dessa criação um dia. Então o pessoal não quer essa coisa do comunitário...”

A ata da assembléia de 02 de novembro de 1996 registra avaliação feita pelo técnico da UFPb/Campus de Bananeiras que coordena o projeto:

“Para mim é motivo de satisfação estar aqui outra vez e infelizmente por um único motivo: tentar mais uma vez fazer valer o coletivo. Eu entendo o lado de vocês se vocês querem o individual. Eu respeito suas posições. Gente quando as parcerias olharam pra vocês de Quandú, olharam sempre como um grande grupo que era unido. Quando esse projeto caprino veio pra cá foi pensando na mulher, filhos e principalmente em cada um de vocês. Esse sonho que eu tive acordado virou um grande pesadelo. Mas nós temos que ter esperanças. Nós estivemos no PATAC e lá tem um projeto de apicultura, mas eu nem sei se posso trazer pra vocês na situação que estão aqui. Gente, vocês são privilegiados e não sabem dar valor. Se fizermos uma pesquisa não sei se estão melhor ou pior do que quando chegaram aqui. Infelizmente, eu tenho que dizer: vocês estão acostumados a receber tudo fácil demais. O importante é quando se erra e tem conserto e luta para corrigir o seu erro (...) Nós somos culpados por essa situação que ai está. Mas a responsabilidade da universidade era implantar o projeto, os cereais, os plantios de palma, leucena e capim e isso nós fizemos e acompanhamos direitinho. Eu respeito a decisão de vocês quando decidiram por comunitário e cada um de vocês se responsabilizaram pela comida dos animais e os tratos. Nós estivemos aqui e demos dois cursos de caprinos para vocês. Então está no fim o trabalho da universidade. O restante é obrigação do INCRA. Eu vou falar com (um técnico do INCRA) e nos reunir no INCRA ainda essa semana para decidir o que fazer. E se vocês não cumprem com sua parte como podem cobrar? Eu vejo a liderança

fazendo das tripas coração e um grupo querendo derrubar. Eu proponho que para resolver de imediato parte deste problema tiremos uma comissão para ir ao Incra. Aprovado. Vamos fazer um mini-estatuto e registrar em cartório. A partir de amanhã todos têm que contribuir com a alimentação dos animais. Todos irão doar 10 kgs de milho.”

Este trecho é elucidativo sobre o encaminhamento do projeto pelos técnicos e sobre os problemas internos entre os assentados sobretudo no que se refere à organização e à participação.

Neste ponto, é importante ouvir também outras pessoas envolvidas com o projeto e os motivos que apresentam para todos os problemas que tiveram que enfrentar:

“(...) eu tenho acompanhado desde o início o projeto de caprinocultura da universidade, que é coletivo. Em termos de coletividade, de trabalho de mutirão, eles estão muito devagar ainda. Porque começou com 40 famílias o trabalho e atualmente só tem uns 10⁶⁷. Os outros desistiram porque não podiam. Era para trabalhar com as cabras tudo dividida e eu mesmo fui contra. Que eu ficaria para todos, para dar um exemplo de trabalho de mutirão. Não devia ser dividido, então fizemos reunião com o pessoal da universidade, com eles, fizemos um estatuto só para aquelas criações. A partir de agora vai ser assim, quem não cumprir será desligado do projeto, e depois dessa reunião melhorou sensivelmente.” (técnico da EMATER)

“O pessoal foi desistindo porque nao queria assumir o compromisso (...) Ai o pessoal foi se desgostando e terminou achando melhor deixar de mão e ficar pensando só o seu lado. Isso é muito negativo, não é? (...) E só se daria esse exemplo se a gente mostrasse também esse espírito de comunidade, mas realmente é muito difícil trabalhar a questão do comunitário, é muito difícil.” (assentado)

O caminho encontrado para contornar os problemas foi a definição de determinadas regras, registradas enquanto regimento interno do projeto de caprinocultura, na tentativa de normatizar o trabalho coletivo. Estão previstas punições para aqueles que não cumpram seus “deveres”, inclusive a possibilidade de desligamento.

⁶⁷ Na verdade, dos 25 que começaram, 15 ainda continuam no projeto.

5.3. Diferenciação social e espaços de conflito entre os assentados

O assentamento Quandú, como os assentamentos em geral,⁶⁸ não forma um todo social homogêneo. Ainda que a luta pela terra (luta que se dá em várias modalidades) seja um fator que unifica as famílias, a convivência gerada com a ocupação da área desapropriada, e que se dá nas esferas da produção, da política e da cultura, acaba por revelar grupos de interesses distintos, com uma diversificada percepção da realidade:

“(...) em se tratando da organização social do campesinato, é relevante considerar as interações políticas entre as diferentes ‘facções’ presentes nas sociedades camponesas. O faccionismo nada mais é do que a sociedade camponesa dividida em grupos políticos com diferentes lideranças. Essa divisão perpassa os limites das classes de forma vertical e, em geral, não ocorre por diferenças ideológicas, mas pela luta com vistas a controlar os recursos, o poder e o status local. As facções emergem em períodos de conflito, e conformam enquanto grupos políticos e travam embates no tocante ‘aos usos do poder público’, não são permanentes e se organizam em torno de uma liderança.” (Cazella, 1995: 09)

No Quandú, podemos perceber a presença destas facções, ainda que elas não possuam feições diferenciadas muito nítidas, em que estejam presentes lideranças antagônicas bem estabelecidas. Podemos perceber ainda uma certa fluidez, em que as facções vão se conformando diferentemente de acordo com os problemas que devem ser enfrentados.⁶⁹

As eleições municipais de 1996 foi um dos momentos em que as divergências internas existentes afloraram, quando os assentados dividiram-se no apoio aos dois candidatos à prefeitura de Barra de Santa Rosa. As divergências não são ideológicas

⁶⁸ “Na verdade, a tensão (*nos assentamentos*) não permeia somente as relações entre agentes do aparelho estatal e trabalhadores. Ela se estende também às relações entre as lideranças e os dirigentes dos movimentos e os trabalhadores, entre estes e as denominadas entidades de apoio.” (Esterci et alli, 1992: 06)

⁶⁹ O objetivo deste trabalho não é o de caracterizar precisamente as interações políticas existentes no assentamento Quandú. Consideramos, no entanto, que uma análise da organização local não poderia desconsiderar esse importante aspecto da vida social. Por este motivo, ainda que não possamos indicar conclusões precisas sobre este tema, tentaremos apresentar algumas impressões retiradas de nossa convivência no assentamento, das entrevistas e das conversas informais que mantivemos.

mas, como afirma Cazella, em termos da luta por status e poder local. O grupo que apoiou o candidato vencedor terá quatro anos de comunicação privilegiada com o poder público municipal, em detrimento do grupo da oposição.

Deve-se ressaltar que os assentados do Quandú parecem desempenhar importante papel político no município de Barra de Santa Rosa. O presidente do STR do município é assentado no Quandú. O assentamento tem tido desempenho econômico de destaque na região e tem sido alvo de vários projetos e de atenção externa ao município.

A expectativa em relação à mudança no executivo municipal era grande no local porque o antigo prefeito não via o assentamento com bons olhos. Ainda assim, financiou a construção de mais de uma dezena de pequenas barragens para alguns assentados no período eleitoral, com vistas a angariar apoio para o seu candidato, que acabou ganhando a eleição.

Entre os próprios membros da diretoria da Associação houve divergência no apoio aos candidatos. E eles eram os principais “cabos eleitorais” dos candidatos no assentamento. As opiniões são divergentes quanto ao alcance destas divergências políticas:

“(...) eles teriam tudo para ocupar um lugar de destaque (no município de Barra de Santa Rosa). Mas ali tem muita picuinha entre os trabalhadores. Eles brigam muito (...) Eu acho que aquela vila ali foi muito ruim porque concentrou todas as famílias naquele local (...) Há um racha ali muito grande. Ai mistura a questão política. Eles deveriam não misturar a questão política, mas aí estão separados politicamente também (...) Eles deveriam ter, como outras áreas de assentamento têm, uma luta bonita e têm um assentamento hoje com produção e com riqueza feita pela própria mão dos trabalhadores. Mas ali no Quandú o que eu vejo é muita desunião, muita briga, muita picuinha entre eles mesmos. E eles deveriam trabalhar para acabar com aquilo. Para que realmente o assentamento do Quandú fosse para frente. Porque da forma que está não vai crescer mesmo.” (secretário de Educação do município e ex-presidente do STR de Barra de Santa Rosa)

“Passou a política, quando o negócio esfria, a política, aí todo mundo é amigo, todo mundo se ajuda. Não tem esse negócio aqui não (...) Só existe a política partidária mesmo quando é na época da política. Ai eles se dividem muito.” (assentada)

As diferentes relações a serem cristalizadas com o poder público municipal a partir de agora, serão importantes em termos das constantes redefinições dos grupos de interesse internos, inclusive porque além do poder político associado com um bom relacionamento com o executivo municipal (poder local), resulta ainda em vantagens econômicas⁷⁰, o que determina um outro fator de diferenciação interna. O recente interesse demonstrado pelo prefeito de Cuité pela área do assentamento Quandú⁷¹ poderá dar contornos mais complexos a estes grupos de interesse, dependendo da intensidade com que passe a atuar no local e das relações que venham a estabelecer.

Outro ponto de divisão no assentamento está relacionado com a localização das casas. Os interesses das famílias que residem na vila nem sempre são os mesmos daqueles que moram em outras áreas do assentamento. O nível de vida também não é o mesmo entre todos os assentados, o que tem criado uma certa diferenciação social:

“Eu acho que existe a discriminação aqui (...) Todo mundo recebeu benefícios iguais. É que existem as pessoas que trabalham mais, têm mais atividade, como diz assim, mais coragem de pegar no duro do que outras pessoas. (...) Não é o fato de discriminar porque ele é pobre.”
A assentada que concedeu esta entrevista afirma em seguida, contradizendo o que havia dito antes: *“Existem aquelas pessoas, você sabe, em todo canto existe esse problema de discriminação, aqui não é diferente. Tem a discriminação também. Tem pessoas aqui que acham que porque usam uma camisa melhor, tem um sapato melhor, tem mais um troço em casa, se sente mais elevado que as outras pessoas.”*

Pudemos perceber a existência desta diferenciação na conversa informal, inclusive com as crianças, que refletem mais espontaneamente o que apreendem em suas casas ou na comunidade. Entre aqueles que não moram na vila, também se denuncia determinados privilégios daquela parcela dos assentados: a energia elétrica que chegou antes, o interesse em realizar mutirões para fazer cercas que apenas lhes beneficiariam. Falando sobre os mutirões, um filho de assentado afirmou:

⁷⁰ Através de pequenos serviços contratados pela Prefeitura, como o aluguel de um galpão para o funcionamento da escola, do frete de um carro para transporte de doentes do assentamento, entre outros.

⁷¹ Numa tentativa de passar a influir politicamente no local, que historicamente esteve sempre mais ligado ao município de Barra de Santa Rosa.

“Por uma parte é bom para eles lá, porque ficam com os bichos trancados, não afetam ninguém. Mas para mim não acho muito bom não, porque meus bichos ficam para cá, não vou botar lá.”

As disputas internas no assentamento têm ainda um outro campo para se expressarem: o da educação. As escolas municipal (para as crianças) e do SEDUP (para alfabetização de jovens e adultos) definem territórios de influência e status dentro do assentamento e opõem interesses desencontrados, definidos principalmente como campo em que os conflitos envolvem as mulheres.

As mulheres são aquelas que detêm um maior grau de escolaridade e quem tradicionalmente atuam como professoras no assentamento. Assim, a esfera da educação é um campo onde os conflitos entre elas podem se manifestar. Estes conflitos têm como principais personagens as professoras da escola municipal e do SEDUP.

Podemos perceber que estes conflitos estão bastante relacionados a posições políticas diferenciadas das quais já tratamos. Mas existem também outros aspectos diferenciais: a grande disparidade entre os salários pagos e a diferença de métodos utilizados.

A estratégia de ambos os lados é a de desconsiderar alguns aspectos do trabalho do “outro”, sem que se deixe de apontar pontos positivos nos dois lados. A mudança do local da escola municipal ocorrida no início do ano colocou os dois grupos em oposição: de um lado, os que apoiavam o novo secretário de Educação de Barra de Santa Rosa em sua decisão de transferir a sala de aula da sede da associação para um galpão alugado de um dos assentados; de outro, as defensoras da permanência da escola na sede da associação, que é um local maior e comunitário⁷².

Gostaríamos de ressaltar que ações no sentido de promover ou intensificar os aspectos de mobilização e participação na comunidade não podem desprezar as fragmentações e os conflitos internos existentes no assentamento Quandú, que de qualquer forma fazem parte da dinâmica democrática de todo grupo concreto. Neste

⁷² Não pretendemos analisar as qualidades e defeitos dos dois lados, mas registrar as divergências em um setor tão importante, na medida em que esta divisão implica ou acentua a dificuldade em se reverter o dramático quadro da educação no local, de que tratamos no capítulo anterior.

sentido, a diferenciação interna e os conflitos não podem ser tomados como impedimento para que se alcance estes objetivos, desde que articulados num campo de interesse comum para os assentados.

5.4. Identidade coletiva

Um último aspecto que nos propomos abordar é o da consciência ou identidade coletiva.⁷³ O sentimento de pertencer a uma comunidade, de fazer parte de um espaço social diferenciado dos outros, ainda não logrou alcançar um desenvolvimento satisfatório no Quandú. A organização e a participação, como instrumentos de direcionamento a interesses e metas comuns, estão avançando muito lentamente. A busca de identidade, de elementos de aglutinação e de construção desse espaço social está ainda em sua fase inicial.

Uma prova disso é a incapacidade ou o desinteresse em se pensar o desenvolvimento coletivo das famílias assentadas e do assentamento como um todo. Os trabalhadores não têm sentado juntos para pensar nos problemas que afetam a comunidade e nas alternativas de redução ou minimização destes problemas. Se de um lado podemos inferir este fato a partir da frágil organização no assentamento e às relações dependentes que se estabeleceram com o INCRA e demais mediadores (Sindicato, EMATER e outros), por outro lado acreditamos que tem muito a dever à fragilidade do que podemos chamar de “identidade de grupo”.

É possível perceber esta fragilidade quando nos detemos no “problema” dos mutirões. Os mutirões começaram a ser organizados entre os trabalhadores ainda na fase de luta pela terra, com o objetivo de resistir à expulsão da propriedade:

“(...) Na época o proprietário queria que as cercas fossem abaixo pro pessoal ir desestimulando e deixando suas áreas. e a gente

⁷³ “Embora alguns trabalhos remetam à discussão política sobre os ‘assentados’ ao conceito de ‘classe’, a maioria parece preferir trabalhá-la por meio da noção de identidade e da busca de indicação de projetos comuns acaso existentes. Neste sentido, os autores estão sempre preocupados, por um lado, em como relacionar heterogeneidade e diferenciação que ocorrem entre os grupos de ‘assentados’ e, por outro lado, expressam a preocupação com a viabilidade da constituição de uma unidade de interesses que permita sua organização enquanto grupo de pressão.” (Esterci et alli, 1992: 09)

formava a comunidade de Santa Rosa, com o pessoal do Quandú, outro pessoal dos Garis. Era um momento que era muito forte o trabalho de mutirão aqui na área. A gente juntava um domingo lá, um domingo em Santa Rosa, nos Garis. E o serviço do Quandú era a gente fazendo as cercas dos trabalhadores para que eles não abandonassem a área, para segurar a luta do Quandú. E teve momento que o pessoal ficou muito desanimado. E a gente ficou de fora dando esse apoio para segurar a luta.” (assentado)

Grande parte dos assentados, porém, não chegaram a participar dessa experiência, já que vieram a se integrar ao grupo inicial quando da desapropriação da área. Alguns deles, inclusive, se opunham ao movimento de luta pela reforma agrária.⁷⁴

Com a desapropriação e estimulados a atuarem de forma comunitária, os assentados foram estimulados (e mesmo era necessário) a trabalharem através de mutirões para que alguns serviços de interesse coletivo fossem levados a cabo. A participação nestes mutirões, no entanto, foi sempre problemática.

As atas das assembléias da associação, em diferentes momentos, refletem este problema:

“O presidente fez mais uma vez apelos aos sócios presentes que participassem dos mutirões; o presidente explicou que cada um é responsável pela propriedade, que não é só de um mas de todos que nela moram e trabalham. Também que quando vierem para os mutirões, tragam as ferramentas de trabalho. O posseiro (...) falou na assembléia que não participa dos mutirões porque os direitos aqui não são iguais e também o mesmo paga suas mensalidades em dia. O associado ainda disse que: pago tudo direitinho, eu já estou pagando os meus direitos.” (03/10/95)

“E (uma das lideranças) começou falando o seguinte: o mutirão está muito fraco. Essa terra tem 47 famílias enquanto eu contei 10 pessoas no mutirão e isso é uma vergonha (...) Mas depois de muita conversa chegou-se a um consenso para tentar resolver este sério problema e eu, secretária (...), sugeri que a gente podia dividir essas 47 pessoas e mais os filhos de posseiros, criadores ou não, e os que já são chefes de família para se dividir em grupos para fazer cercas e que esses

⁷⁴ Deve-se ressaltar também que os vários anos de desmobilização antes da desapropriação da área tiveram efeitos em termos da desagregação do grupo que atuou com forte motivação no início da luta pela terra.

grupos têm um responsável para cada grupo e a sugestão foi aceita (...)"
(03/03/96)

"(o presidente da associação) continuou mostrando os trabalhos dos mutirões em grupo, sendo que não teve sucesso absoluto, mas foi bem e pediu aos responsáveis pela lista de frequência dos mutirões que guardem as listas de frequência para no final do ano fazer um balanço dos trabalhos em mutirões e outra que esta lista vai servir de documento na medição da terra."

"Como eu acho que esse assentamento é de todos, que todos tenham o dever de remontar as cercas. Nós sempre queremos os nossos direitos, e nossos deveres, onde ficam?" (27/10/96)

Um aspecto a ser destacado nos excertos acima é que o problema do trabalho coletivo é tematizado a partir da questão dos direitos e dos deveres e não do pertencimento a um único grupo, com objetivos e metas comuns e trabalhando juntos para o desenvolvimento da comunidade. O fato de os mutirões terem se restringido à conservação das cercas demonstra os limites deste tipo de ação entre os assentados, ainda que outros trabalhos sejam feitos através de mutirão, como limpeza da sede da associação (que reuniu as mulheres) e limpeza dos reservatórios coletivos de água.

Há o agravante das divergências quanto à necessidade e responsabilidade do mutirão:

"Era importante todo mundo trabalhar comunitário. Quando chamasse para trabalhar no mutirão, todo mundo participasse. Mas quando você convida para fazer uma cerca comunitária, aparece três, quatro, cinco, seis. Ao o pessoal desiste do trabalho comunitário. É um serviço que vai beneficiar a todos. Ai vão quatro para dar cobertura aqueles outros que não vêm. O pessoal fica todo revoltado por causa disso. As vezes chama e eles vêm com zoadá, que não está precisando disso, vai criar no lote dele e ai por diante (...) É difícil trabalhar comunitário. Porque só quem trabalha comunitário é esse pessoal aqui da agrovila. o pessoal que está fora daqui só quando vem um dia só trabalha meio dia e não vem mais." (assentado)

Percebemos que a falta de uma identidade coletiva (ou o fato de não perceberem as vantagens do trabalho na perspectiva do grupo e dos próprios interesses) tem dificultado o desenvolvimento de processos sociais participativos que poderiam evoluir

para ações mais integradas e complexas e que resultariam na melhoria da qualidade de vida da população assentada, além de construir uma identidade de grupo. O assentamento ainda carece de serviços e de infra-estrutura considerados essenciais pelos próprios assentados, como posto telefônico, atuação no local de agentes comunitários de saúde, transporte para estudantes, entre outros. Mas falta a capacidade de uma ação concertada para que estes problemas sejam alcançados e resolvidos os problemas internos.

Os próprios assentados, porém, têm tentado transformar e/ou adequar a forma de organização e de participação no local. Neste sentido, a experiência mais promissora é a formação de comissões temáticas que ficariam responsáveis por assuntos como educação, saúde, gestão da infra-estrutura comunitária, entre outros. A primeira comissão formada foi a chamada “comissão do trator”, que é responsável pela administração do trator, a principal fonte de renda da associação e que deve ser pago nos próximos anos. Outra perspectiva, que tem o apoio do Sindicato, é a de levar a experiência do regimento no projeto de caprinocultura para a associação. Os diretores da associação já participaram de cursos a este respeito e o assunto já foi tratado em assembléia, mas não tem evoluído.

CAPÍTULO VI

6. VULNERABILIDADE E SUSTENTABILIDADE: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NO ASSENTAMENTO QUANDÚ

O assentamento Quandú, enquanto espaço social em construção, se constitui a partir de uma multiplicidade de situações que se traduzem numa complexa rede de inter-relações. Segundo Bettanin (Apud Souza e Trigueiro, 1987), todo espaço físico permanentemente ocupado é um espaço que se transforma pelo vivido, pelo coletivo, pelo conjunto das relações que o constituem. Portanto, o espaço social, com todas as suas dimensões, é o lugar privilegiado em que os valores são produzidos e reproduzidos na dinâmica de sua construção e de sua organização.

Neste sentido, podemos perceber que este espaço social do assentamento Quandú começa a ser construído no final da década de 70, quando os rendeiros e moradores da propriedade iniciam o movimento pela sua desapropriação. Ele não começa a ser construído do zero, mas enquanto uma nova dinâmica que se dá no quadro social que se desvenda a partir da implantação do assentamento.

No caso do assentamento Quandú, este espaço social passa a ser formalmente instituído a partir da desapropriação dos 1.408 ha da propriedade pelo INCRA, que define seus limites geográficos e exerce forte influência na rede de inter-relações que passa a existir.

De um lado, o movimento de luta pela terra empreendido por rendeiros e moradores historicamente vinculados à Fazenda Quandú e, por outro, o processo de desapropriação desencadeado pelo INCRA e que resultou no assentamento de 47 famílias de trabalhadores rurais, marcam o início de uma nova dinâmica da qual falamos acima em relação à este espaço social em construção.

E é no campo desta nova dinâmica de construção de um espaço social que pretendemos analisar a vulnerabilidade à seca e a sustentabilidade do desenvolvimento local no assentamento Quandú. A perspectiva processual de espaço social permanentemente em construção adequa-se à noção igualmente histórica e processual inerente aos conceitos de vulnerabilidade e de sustentabilidade.

Ao avaliarmos como o processo de construção do espaço social do assentamento Quandú tem influenciado em termos da redução ou não da vulnerabilidade à seca das famílias assentadas, optamos por relacionar duas variáveis: espacialidade e temporalidade. Mesmo porque a recorrência de um desastre está necessariamente referenciada a um espaço e um tempo determinados.

Quando falamos de vulnerabilidade, estamos falando não apenas de pessoas ameaçadas e de locais inseguros, mas de um processo historicamente engendrado. E da mesma forma que a geração de condições que influenciam na conformação de vulnerabilidades ocorre ao longo do tempo, o processo contrário de redução ou mitigação destas vulnerabilidades terão que ser referidos a processos socialmente estabelecidos.

E ao tematizarmos a sustentabilidade do desenvolvimento associado ao espaço social do Quandú, assentamento localizado em área de risco à seca, teremos que pensar em suas potencialidades e fragilidades na perspectiva do grau de vulnerabilidade a este fenômeno potencialmente destrutivo em termos sócio-econômicos e ambientais. Em outras palavras, podemos afirmar que quanto mais elevado o grau de vulnerabilidade ao fenômeno das estiagens prolongadas no semi-árido nordestino, menores serão as possibilidades de um desenvolvimento sustentável para as populações rurais desta região.

6.1. Potencialidades e fragilidades

Como afirmamos acima, o processo de transformação da Fazenda Quandú num assentamento de reforma agrária pode ser tomado como uma nova dinâmica em termos da construção deste espaço social. O movimento, a mobilização, a injeção de recursos, as

parcerias e as relações engendradas neste processo têm aberto novas oportunidades de desenvolvimento para as 47 famílias assentadas, novas oportunidades de transformar o espaço local.

Nos capítulos 04 e 05 procuramos apresentar alguns aspectos desta nova dinâmica, especialmente em termos econômicos, históricos, geo-ambientais, educacionais, participativos e organizacionais, entre outros. Nos interessa agora analisar esta dinâmica de construção de um “novo” espaço social em termos de sua sustentabilidade, o que implica a redução das vulnerabilidades, ou seja do grau de vulnerabilidade destas famílias assentadas ao desastre da seca.

Ao atacar uma das principais causas de fundo geradoras de vulnerabilidade no semi-árido nordestino, a distribuição de terra entre as 47 famílias de agricultores beneficiadas pela desapropriação da Fazenda Quandú cria condições favoráveis para a reversão do alto grau de vulnerabilidade à seca deste segmento populacional. Poderíamos afirmar, então, que o processo de incremento de condições de vulnerabilidade entre as famílias assentadas no Quandú estaria experimentando um efeito de refluxo, em que as antigas tendências do desenvolvimento local estariam dando sinais de transformação em direção a uma situação de maior “segurança” para estes trabalhadores rurais em relação à ameaça de estiagem prolongada. Neste sentido, acreditamos ser possível afirmar que o acesso à terra, enquanto recurso natural e meio de produção e reprodução social, atua, pelo menos potencialmente, como fator de redução da vulnerabilidade à seca e, em contrapartida, como base para se iniciar um desenvolvimento sustentável neste espaço local.

A reforma agrária, enquanto política pública e ação de desenvolvimento, representa novos desafios e novas perspectivas para as famílias assentadas, colocando-as em novas relações com o poder público, com os órgãos de apoio governamentais e não-governamentais e com a própria sociedade civil local. E, pensamos, estabelece novos parâmetros em seu relacionamento com o meio ambiente. O problema é saber como têm aproveitado estas perspectivas de desenvolvimento e em que medida não têm sido capazes de enfrentar os desafios colocados.

É importante perceber que cada perspectiva que se abre de desenvolvimento local sustentável está associada a um desafio que deve ser enfrentado e/ou respondido pelas famílias assentadas. Assim, um único aspecto pode aparecer tanto como potencialidade quanto como fragilidade. Em outras palavras, tanto como fator de redução de antigas vulnerabilidades quanto como indutor de novas vulnerabilidades. Esta característica ao mesmo tempo em que complexifica o quadro do desenvolvimento local, dificulta a análise a qual nos propomos.

Neste sentido, o acesso à terra, como aspecto imediato e de reorganização do espaço local, nos leva a imaginar que um processo de redução da vulnerabilidade à seca se instala entre os assentados do Quandú. Ao levarmos em conta a variável tempo, porém, é preciso ter mais cautela em termos desta análise. A médio e longo prazo é importante estar atento para o perigo de se registrar um intenso processo de minifundização a partir das subdivisões sucessivas dos lotes (atualmente de 20 ha). No Quandú, já se verifica a utilização de um mesmo lote por duas ou mais famílias, resultado da incorporação de agregados (geralmente filhos que constituem família ou que trazem suas famílias já constituídas para o lote paterno). O impacto destes agregados ainda é pequeno, em termos da renda agropecuária, em virtude da área utilizada para a agricultura e criação de animais não ter logrado ocupar toda a terra destinada para cada família assentada. No entanto, a área explorada tem crescido ano a ano e deve alcançar em breve seus limites, ao mesmo tempo em que deve crescer o número de agregados.

Alguns caminhos podem ser trilhados com o objetivo de garantir a continuidade de padrões sustentáveis de desenvolvimento. São necessárias ações que limitem o número de agregados e que impeçam a pulverização dos lotes em minifúndios. Algumas medidas complementares também podem ser vislumbradas, tais como a adoção de culturas de uso mais intensivo da terra e de maior valor agregado, que possam conviver com as tradicionais culturas de milho e feijão; a introdução de atividades econômicas subsidiárias à atividade agropecuária e/ou não agrárias como alternativas de geração de renda e um melhor uso econômico e ecológico das áreas comunitárias, inclusive da reserva do IBAMA, ação que teria necessariamente que ser adotada de maneira coletiva.

Para que tais medidas sejam tomadas, no entanto, é preciso que exista na comunidade um nível razoável de mobilização, expresso em termos de organização e participação comunitária. Da mesma forma que o acesso a terra e os demais aspectos que pretendemos analisar, a organização e participação no assentamento Quandú apresentam possibilidades de desenvolvimento bem como problemas que limitam ou ameaçam a sustentabilidade deste mesmo desenvolvimento.

Como vimos anteriormente, e mesmo que de maneira embrionária, o movimento de luta pela desapropriação da terra envolve alguns dos rendeiros e moradores da Fazenda Quandú numa causa comum, num movimento que busca estabelecer novas relações sócio-econômicas a partir da conquista da terra. Com a desapropriação levada a cabo pelo INCRA, as famílias assentadas são inseridas num espaço social formalmente delimitado e estimuladas a adotar determinadas formas de organização (criação da Associação dos Pequenos Produtores do Imóvel Quandú) e de participação comunitária (assembleias, mutirões, alfabetização de adultos) que vão se constituindo num patrimônio e num processo de aprendizagem política, de aprimoramento das capacidades de liderança, de mobilização, de negociação.

A existência de determinadas estruturas ou instâncias de representação e de ação comunitária, mesmo com os problemas que vimos no capítulo 05, pode ser vista como um importante aspecto potencial na redução da vulnerabilidade à seca e na garantia da sustentabilidade do desenvolvimento local. São estruturas e instâncias que muitas vezes inexistem em outras comunidades e que podem atuar como locus para se pensar o desenvolvimento coletivo do assentamento.

Mas se por um lado há potencialidade, de outro existem fatores preocupantes quanto à questão da participação e da organização. A apatia que se percebe atualmente, a descrença em ações coletivas de desenvolvimento⁷⁵, a pequena participação das mulheres e dos jovens nas decisões comunitárias, a incapacidade e o desinteresse de se pensar e encaminhar alternativas de desenvolvimento local, entre outros aspectos, põem em risco a unidade do assentamento enquanto único espaço social e limitam a atuação

⁷⁵ Cf. pequena participação no projeto de caprinocultura.

concertada para se alcançar determinados objetivos. Em termos do risco da seca, não há certeza de que sejam capazes de traçar e executar estratégias comuns de enfrentamento das estiagens prolongadas.

Cabe ressaltar que a organização e participação comunitária têm sido colocadas como fatores cada vez mais importantes nas políticas de desenvolvimento local e que, em última instância, seriam elas que poderiam garantir a sustentabilidade deste mesmo desenvolvimento. No contexto dos assentamentos de reforma agrária, estes dois aspectos são atualmente problematizados com a implementação do Projeto Lumiar⁷⁶, que pretende introduzir nos assentamentos algumas inovações na concepção e implementação das políticas públicas. Este projeto reafirma a necessidade da participação dos assentados na tomada de decisões (num processo educativo construtivista) e abre a possibilidade de contratação de serviços de assistência técnica pelos assentados, “através de suas organizações, junto a instituições públicas, cooperativas de trabalho e ONG’s, através de um processo de credenciamento”, de modo que o gerenciamento e a supervisão do Projeto sejam “compartilhados com as organizações dos trabalhadores rurais e entidades governamentais e não-governamentais parceiras”. Estaria sendo criada uma nova concepção de assistência técnica, que se desenvolva e se implemente como afirmação de processos educativos, participativos e organizacionais. (Moreira, 1997: 166-167)

De acordo com Moreira (1997: 168), “se levada a sério, esta questão da organização pode ser colocada como um dos elementos da seleção dos assentamentos beneficiários do Projeto Lumiar, favorecendo certamente aqueles que já têm uma cultura de associativismo, ou que se disponham a desenvolvê-la para serem beneficiários do

⁷⁶ Projeto proposto pelo MEPF/INCRA que pretende introduzir uma nova filosofia em termos de assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do país. Cada equipe local de execução será composta por um técnico de nível superior que, além de outras, deverá ter competência específica para apoiar a gestão e a organização da comunidade; um técnico de nível superior na área agropecuária e dois técnicos de nível médio, preferencialmente na área agropecuária. Esta equipe tem, entre outras, as seguintes atribuições: realizar diagnóstico participativo, apoiar a organização do assentados em processos de aprendizagem coletiva, promover processos de decisões coletivas, acompanhar e assistir os planos de créditos necessários ao desenvolvimento das atividades dos assentados e de suas organizações, e treinar uma equipe de assentados para cuidar da contabilidade e dos aspectos administrativos da associação. (Moreira, 1997: 169-170)

Lumiar. Se não for levada a sério, ou seja, se for apenas uma peça de discurso, o problema organizacional poderá inviabilizar o sucesso do Projeto, pois os aspectos participativo, educativo e organizacional acalentados pelo Lumiar não terão como se realizar”.

Acreditamos, assim, que as famílias assentadas do Quandú devem encarar a questão da organização e da participação como elemento fundamental de uma estratégia de desenvolvimento local, num esforço de envolver um maior número de pessoas (com atenção especial para as mulheres e os jovens) nas decisões coletivas e de instaurar instâncias de ação comunitária. E neste particular, é importante repensar suas relações com os mediadores que atuam no local, sejam do STR de Barra de Santa Rosa, sejam do INCRA, da EMATER, a Universidade Federal da Paraíba ou de ONG's como o SEDUP e o PATAC.

Um desenvolvimento maior da capacidade de organização e de participação da comunidade teria potencializado muitos dos avanços já registrados no assentamento, além de reorientar e aproveitar determinadas oportunidades de desenvolvimento. Haveria possibilidade de desenvolver a criatividade e reduzir a dependência das idéias e dos projetos que são apresentados aos assentados pelos agentes externos que atuam no local. Percebemos que a falta de um amadurecimento destes dois aspectos pode ser percebida na análise que faremos a seguir.

Um dos campos que consideramos de grande importância no sentido de reduzir a vulnerabilidade à seca no assentamento é o investimento feito no incremento das reservas de água para consumo humano e animal. O aumento da oferta de água no local decorre principalmente da construção de cisternas nas residências, aproveitando o financiamento do PROCERA. Além das cisternas, os pequenos barreiros construídos também contribuem neste sentido. O grande projeto de construção de um novo açude no local, no entanto, não encontra respaldo entre todos os assentados e aqui a fragilidade da organização e da participação resulta na incapacidade de encontrar soluções alternativas para resolver o tão importante problema da água no semi-árido.

Ainda que o estoque hídrico tenha aumentado, não se tem demonstrado grande preocupação quanto a qualidade da água consumida. Na maioria das casas, a água é utilizada sem qualquer forma de tratamento, o que pode ter efeitos negativos em termos da saúde no assentamento. Da mesma forma, não há uma preocupação forte quanto ao melhor aproveitamento dos recursos hídricos acumulados no período das chuvas. Reservas que acabam evaporando, o que fazem com que os barreiros estejam secos ou imprestáveis para consumo após três meses do término do “inverno”.

Quando pensamos na sustentabilidade do desenvolvimento local, numa área marcada pela irregularidade das chuvas e pelas estiagens prolongadas, não se pode deixar de planejar as atividades em relação a disponibilidade e aproveitamento dos recursos hídricos existentes. De outro modo, não se reduz a condição de vulnerabilidade das atividades agropecuárias e da própria vida humana em relação ao risco da seca.

Um outro aspecto relacionado à questão da água é o tipo de atividade econômica que se desenvolve. As famílias assentadas no Quandú, com projetos de investimento e custeio preparados com a intervenção de técnicos da EMATER e aprovação dos projetos pelo INCRA, aproveitaram os financiamentos do PROCERA para incrementar a criação de animais e as culturas do milho e feijão, principais produtos comerciais do assentamento. Estas duas atividades apresentaram durante os últimos anos um significativo crescimento entre as famílias assentadas, com utilização predominante da mão-de-obra familiar. (Cf. Capítulo 04)

O crescimento da atividade agropecuária tem sido beneficiado não apenas pelos financiamentos subsidiados, bem como pela sequência de anos favoráveis em termos das chuvas (1994, 95 e 96). Este tipo de agricultura, no entanto, é basicamente dependente da regularidade das chuvas. No ano em que as chuvas são escassas ou irregulares, as perdas podem ser totais em termos de produção agrícola. Especialmente quando não existe a possibilidade de irrigação caso ocorra uma estiagem prolongada. Mesmo a criação de animais depende das chuvas para garantir a alimentação. Um avanço neste aspecto é o investimento na cultura da palma, de caráter permanente e resistente aos períodos de estiagem. Uma outra capacidade que tem sido aproveitada é a da criação de

caprinos, o maior rebanho do assentamento, em que se aproveita os recursos da reserva florestal do IBAMA para alimentação destes animais, criados de maneira extensiva.⁷⁷

A análise que fazemos é de que a vulnerabilidade da atividade econômica em relação ao desastre da seca ainda é grande. Os agricultores do Quandú demonstram preocupação com as perdas que podem advir num ano de seca, mas não têm logrado desenvolver atividades alternativas e complementares às culturas do milho e feijão, que, de um lado, garantam um acréscimo à renda familiar e, de outro, possam ter continuidade em anos mais secos. Aqui, percebemos mais uma vez os efeitos da fragilidade em termos da organização e da participação comunitária e a dificuldade de se planejar o desenvolvimento coletivo do assentamento, atividade que não tem sido encaminhada pela associação e pelas lideranças locais. Ao mesmo tempo pode ser questionada a atuação dos técnicos do INCRA e da EMATER, que se preocupam em garantir um aumento da produção do assentamento mas que não estão alertas para a fragilidade da atividade que procuram privilegiar entre os assentados.

Uma outra dificuldade, a médio prazo, é quanto ao acesso ao crédito, com a possível emancipação do assentamento. As famílias assentadas terão que estar preparadas para uma atuação concertada, talvez na forma de cooperativa de pequenos produtores familiares, para inserção no mercado. E têm que pensar também com que produtos e através de que canais de comercialização poderão se vincular ao mercado. E neste ponto, mais uma vez, a cultura do trabalho associativista pode fazer falta. Certamente, a inserção ao mercado de cada família individualmente será bem mais difícil.⁷⁸

Os caminhos que vislumbramos no sentido de modificar esta situação indicam para uma revisão das prioridades em termos das atividades econômicas, no sentido de manter a produção de milho e feijão, associadas à mandioca e à criação de animais, mas abrindo espaço para culturas de ciclo mais curto e melhor adaptadas às áreas semi-áridas

⁷⁷ Exceção para os caprinos do projeto de caprinocultura, criados de maneira semi-intensiva e com outras fontes de alimentação, como a leucena e a palma.

⁷⁸ É importante ressaltar aqui que os canais de escoamento da produção no assentamento Quandú estão restritos basicamente aos atravessadores que atuam no município de Barra de Santa Rosa e para abastecimento do mercado local.

e mesmo para atividades não agrícolas. Culturas cujo beneficiamento local representem maior valor agregado ou que tenham melhores oportunidades de comercialização podem ser implantadas no assentamento, num esforço conjunto de planejamento junto com as instâncias de assistência técnica que atuam no local. Vale ressaltar que a tentativa de introduzir a apicultura no assentamento, com apoio do PATAC, não logrou conseguir o apoio dos assentados. Apenas dois jovens demonstraram interesse em iniciar esta atividade.

Estes primeiro oito anos de desapropriação da Fazenda Quandú repercutiram ainda em termos de mudança das técnicas de produção entre as famílias assentadas. Elas passaram a utilizar trator, sementes selecionadas, ter acesso à assistência técnica (espaçamento adequado, consorciamento das culturas de milho e feijão, entre outros aspectos). A introdução destas técnicas, associadas ao incremento da produção, tem resultado em crescentes transformações no meio ambiente local para cujos efeitos se tem dado pouca atenção. Uma primeira repercussão importante é o aumento da área plantada com conseqüente retirada da cobertura vegetal anteriormente existente. Ainda que o solo local seja frequentemente descrito como sendo muito fértil pelos agricultores, deve-se estar atento para o fato de que os solos do semi-árido são rasos (como reagirão à mecanização?) e susceptíveis de erosão e salinização, devendo-se privilegiar uma ação preventiva de sua degradação⁷⁹. Não se registra entre os assentados a utilização de técnicas agrícolas alternativas de preservação do solo, sequer a utilização de adubos orgânicos para manter a qualidade da terra.

É importante ressaltar que o assentamento dispõe ainda de uma extensa área de cobertura vegetal que tem sido preservada e que aparece como um fator potencial na busca de alternativas mais sustentáveis de desenvolvimento local⁸⁰. O fato de os

⁷⁹ Cf. os núcleos de desertificação já existentes e em expansão no semi-árido nordestino.

⁸⁰ Alerta-se para o fato de que agressões ao meio ambiente têm sido registradas no assentamento desde seu início. As atas da associação registram casos de desmatamento proibido (tendo resultado inclusive em desligamento de um agricultor cadastrado pelo INCRA), quase sempre destinado à produção de carvão vegetal para complementar a renda familiar. Não há indícios de que esta atividade não seja retomada em momentos de crise.

processos de degradação ambiental ainda não terem se expressado de maneira contundente indica também que não é tarde para se pensar em sua prevenção.

A melhoria das condições de habitação no assentamento são facilmente perceptíveis. E, ainda que indiretamente, tem influência sobre o grau de vulnerabilidade à seca entre a população do Quandú. Certamente, pode ser tomado como um fator potencial em termos de seu desenvolvimento sustentável. Em decorrência da melhoria das condições de habitação, percebe-se também que as condições sanitárias são melhores que antes, mesmo que estejam longe de um padrão considerado satisfatório: falta saneamento, privadas e tratamento da água utilizada para consumo humano, ações preventivas importantes para o controle e prevenção de doenças. A falta de cuidados especiais com o lixo também pode ter implicações negativas no futuro.

De toda forma, a infra-estrutura do assentamento ainda se ressentem da existência de um posto de saúde, de um grupo escolar adequado às atividades da escola para as crianças e até de um posto telefônico, além da precariedade do transporte coletivo. São carências que exprimem a frágil capacidade organizativa da comunidade. A existência de tal tipo de infra-estrutura, no entanto, afirmaria a capacidade local de mobilização.

E é quando os assentados dependem mais de sua capacidade de organização e de participação para conquistar determinados avanços que os resultados são menos satisfatórios. É o que acontece com a educação e a saúde no assentamento.

Em termos da educação, apesar do programa de alfabetização de adultos existente, que mantém três salas de aula noturnas para atender a população local de jovens e adultos, os índices de analfabetismo ainda são elevados. Os jovens, em geral, estão fora da escola. Pequenos avanços foram conseguidos no campo da educação. No que se refere à disponibilidade de recursos humanos a situação é razoável. E, em certa medida, a mão-de-obra local permanece como capacidade potencial, utilizada basicamente para as atividades agropecuárias.

O pequeno investimento da comunidade no setor da educação, em termos de mobilização e de vontade de transformar rapidamente uma situação de várias décadas, deve ser entendido, acreditamos, como a expressão concreta da falta de uma maior

organização e participação comunitária. Esta fragilidade faz com que não se perceba a importância da educação como elemento dinamizador do desenvolvimento local. Educação que não se restringiria apenas à aquisição das “letras”, mas que fosse orientada também a uma capacitação ocupacional adequada e que abrisse novas oportunidades de trabalho para a população do assentamento.

As implicações acima podem ser trazidas para o campo de um atendimento permanente e preventivo no campo da saúde. Como não se reúnem para pensar o desenvolvimento e os problemas do assentamento (ainda que se reúnem mensalmente nas assembleias da associação), não se tem conseguido implantar programas de saúde na comunidade, exigir a instalação de um posto de saúde no local ou a visita regular de médicos e odontólogos. As melhorias das condições de vida e de moradia certamente têm influência no sentido de melhorar as condições gerais de saúde no assentamento, mas muito mais já poderia ter sido feito.

6.2. Vulnerável ou sustentável?

Uma aproximação ainda que superficial sobre a realidade das famílias assentadas do Quandú seria suficiente para constatar a melhoria generalizada das condições de vida nesta comunidade (aumento da produção, crescimento dos rebanhos, melhoria nas habitações, eletrificação rural, construção de cisternas, entre outros aspectos), mesmo que muitos problemas importantes não tenham sido contornados, como o da educação e saúde e da participação e da organização comunitária.

A melhoria das condições de vida tem influência positiva em termos de redução do grau de vulnerabilidade de determinadas populações (no caso em estudo, as famílias assentadas do Quandú) em relação a fenômenos potencialmente desastrosos (no semi-árido nordestino, as estiagens prolongadas). A melhoria das condições de vida podem criar condições favoráveis para que outras ações sejam iniciadas com o objetivo específico de fortalecer o desenvolvimento contínuo e integrado na comunidade. No perfil atual, há o perigo de que este avanço em termos da qualidade de vida esteja

mascarando uma vulnerabilidade latente e que as fragilidades não tenham sido atacadas adequadamente, revelando-se quando da ocorrência do fenômeno das estiagens prolongadas.

Por este motivo, não podemos tomar a melhoria de alguns indicadores de qualidade de vida, a priori, como indício de que a vulnerabilidade a determinado fenômeno destrutivo tenha diminuído, ou pelo menos sido reduzida satisfatoriamente. Isto porque vulnerabilidade não é igual a pobreza, ainda que as populações mais pobres sejam, tradicionalmente, as mais vulneráveis (Lavell, 1995a).⁸¹

No caso do Quandú, particularmente, acreditamos que alguns importantes aspectos da vulnerabilidade à seca ainda persistem, entre os quais destacamos a vulnerabilidade em termos da participação e da organização comunitária, de cujo fortalecimento dependeria uma estratégia coletiva de enfrentamento do risco à seca. Tentamos demonstrar acima que os investimentos financeiros, humanos e técnicos efetuados no assentamento e que podem ser relacionados direta ou indiretamente ao processo de desapropriação da área para fins de reforma agrária, ainda que tenham resultado em significativas ações de desenvolvimento local, não lograram reverter satisfatoriamente a tendência de geração de condições inseguras diante das estiagens prolongadas no assentamento. Pelo menos não nos níveis que poderiam ser esperados.

Podemos concluir então que ao não tomar em conta o desastre da seca como importante entrave ao desenvolvimento local, procurando direcionar este mesmo desenvolvimento em bases menos vulneráveis ao fenômeno das estiagens prolongadas, assentados e mediadores têm perdido a oportunidade de construir um espaço social menos vulnerável à seca e mais sustentável em termos do desenvolvimento do Quandú.

O feixe de ações e relações que levam à sustentabilidade do desenvolvimento local no Quandú ainda não foram desfeitos. Eles passaram a ser gestados no momento em que as famílias de trabalhadores rurais tiveram acesso a terra, rompendo com um dos

⁸¹ Ver exposição de Giddens (1991: 127-128) sobre os efeitos do que chama de “riscos globalizados”: “a intensidade global de certos tipos de risco transcende todos os diferenciais sociais e econômicos. (É claro, isto não deve nos cegar para o fato de que, em condições de modernidade... muitos riscos são diferencialmente distribuídos entre os privilegiados e os despossuídos...)”.

principais fatores de vulnerabilidade à seca no semi-árido nordestino. Neste momento, é preciso fortalecer a organização, a participação comunitária e a construção da cidadania, como ponto de partida e de chegada do desenvolvimento local, em que o espaço social do Quandú ganhe um perfil definido através da participação ativa dos próprios assentados e que não seja delineado apenas a partir das ações externas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da experiência de oito anos das famílias assentadas no Quandú na construção do espaço social do assentamento nos revela as potencialidades e as fragilidades deste processo, chamando nossa atenção para as repercussões do programa de reforma agrária em termos de promover ou bloquear a geração e articulação das múltiplas ações que dariam suporte a um possível desenvolvimento local sustentável.

Ao serem beneficiadas com um lote de terra, estas famílias têm a oportunidade de reverter um processo generalizado em todo o semi-árido nordestino, e mais marcadamente entre os trabalhadores sem terra ou com pouca terra, de incremento da condição de vulnerabilidade ao fenômeno das estiagens prolongadas. Fenômeno este que tem causado incalculáveis danos sociais (pobreza, desemprego, fome, indigência) e ambientais (degradação dos solos, desertificação).

Não se pode negar que a política de reforma agrária aplicada entre as famílias do assentamento Quandú tem possibilitado uma melhoria perceptível das condições de vida, com efeitos em termos de aumento da produção agrícola, crescimento dos rebanhos, incremento da infra-estrutura produtiva e de serviços, entre outros aspectos, mesmo que alguns problemas ainda persistam, como o elevado índice de analfabetismo e a inexistência de programas consistentes de prevenção e atenção à saúde.

Esta melhoria das condições de vida, no entanto, não parecem indicar que a vulnerabilidade à seca tenha sido reduzida a níveis aceitáveis nesta comunidade. Preocupa, em especial, a manutenção de padrões econômicos e sociais vulneráveis no processo de construção do espaço social do Quandú.

A manutenção de um grau ainda elevado de vulnerabilidade à seca neste assentamento nos leva a acreditar que as bases para um possível desenvolvimento sustentável não foram ainda asseguradas. E a permanência deste padrão de vulnerabilidade parece estar fortemente relacionada com a fragilidade das famílias assentadas em termos de sua organização comunitária e da participação social.

Fragilidade que se expressa na relação com os mediadores (sejam eles do INCRA, do Sindicato, da EMATER, da Universidade ou de ONG's) e entre os próprios assentados, que têm demonstrado grande apatia em termos da participação no planejamento e na forma de execução das ações promovidas a nível local. Situação que leva à exposição dos problemas e ao ocultamento das potencialidades.

A atuação dos mediadores no assentamento Quandú, em especial dos técnicos do INCRA, ao mesmo tempo em que abriu possibilidades de desenvolvimento local, consolidou um padrão de dependência em suas relações com as famílias assentadas. Dependência que seria expressada na relação com outros mediadores, em que os assentados reagem a partir do momento em que são confrontados com possibilidades de melhoria da produção, da educação, da organização.

Outro aspecto que é importante destacar e que está vinculado aos processos de organização e de participação comunitária refere-se à manutenção da dinâmica de construção do assentamento Quandú enquanto espaço social comum às famílias beneficiadas pela reforma agrária. A dificuldade de se integrar as mulheres e, especialmente, os jovens nas tomadas de decisão e nas atividades comunitárias cria, mesmo entre os assentados, dúvidas quanto à permanência da unidade da comunidade, expressa através de uma identidade coletiva e que poderia superar as diferenciações e conflitos atualmente existentes.

No entanto, ao nos determos sobre as potencialidades que levantamos entre as famílias assentadas no Quandú, bem como na ação de reforma agrária, enquanto política pública que fomenta o desenvolvimento local, somos levados a afirmar que uma aplicação mais generalizada desta política no semi-árido nordestino poderia funcionar como um dos fatores dinamizadores do desenvolvimento sustentado da região e da redução da vulnerabilidade à seca.

Mas estas potencialidades só poderão ser transformadas em capacidades a serem realmente utilizadas a partir do momento, por um lado, em que se transformem as percepções dos agentes sociais (assentados, mediadores, representantes do poder local e

a sociedade civil em geral) acerca das relações entre natureza e sociedade e entre homem e sociedade no semi-árido nordestino e, por outro lado, em que se modifiquem as estratégias de legitimação e de execução da política de reforma agrária no sentido de estimular efetivamente a organização e a participação comunitária como elementos fundamentais de qualquer ação orientada ao desenvolvimento local sustentável.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo & CARVALHO FILHO, José Juliano de. (1994) A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais - O caso dos assentamentos. In: Revista de Reforma Agrária. Campinas: ABRA.
- ANDERSON, Mary B. (1994) Que cuesta más, la prevención o la recuperación? In: Lavell (Org.), Al norte del rio grande. La Red.
- ANDRADE, Manuel Correia de. (1986) A terra e o homem no Nordeste - Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Editora Atlas, 5ª edição.
- ANELLO, Eloy & HERNÁNDEZ, Juanita. (1996) Liderazgo Moral. Bolívia: Universidad Núr/ISER.
- _____. (1993) Participacion Comunitária. Bolívia: Universidad Núr/ISER.
- BENBLIDIA, Mohamed & MASURE, Philippe. (1992) Prevenir as catástrofes naturais. In: Barrère (Org.), Terra - Patrimônio comum. São Paulo: Nobel.
- BLAIKIE, CANNON, DAVIS & WISNER. (1996) Vulnerabilidad. El entorno social, político e economico de los desastres. Colômbia: La Red/Tercer Mundo Editores.
- BOISIER, Sérgio. (1996) Política regional en una era de globalizacion. Hace sentido en America Latina? In: Seminário Internacional "Política Regional numa Era de Globalização". Brasília: IPEA/Fundación K. Adenauer.
- BRUZEKE, Franz Josef. (1995) O problema do desenvolvimento sustentável. In: Cavalcanti (Org.), Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: FUNDAJ.
- CARDONA, Omar Darío. (1993a) Evaluación de la amenaza, la vulnerabilidade y el riesgo. In: Maskrey (Org.), Los desastres no son naturales. Colômbia: La Red.

- _____. (1993b) Manejo ambiental y prevención de desastres: dos temas asociados. In: Maskrey (Org.), Los desastres no son naturales. Colômbia: La Red.
- _____. (1994) Prevención de desastres y participación ciudadana en Colombia. In: Lavell (Org.), Viviendo em riesgo. Colômbia: La Red.
- CASTRO, Antônio L. C. (1996) Planejamento em Defesa Civil - Manual. Brasília: Departamento de Defesa Civil, volume I.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1994) O processo de globalização e seus impactos sobre a agricultura: uma aproximação ao estudo das relações entre os sistemas de produção do Vale do São Francisco (Nordeste do Brasil) e as regulamentações internacionais. ANPOCS, GT Processos Sociais Agrários, mimeo.
- CAZELLA, Ademar Antônio. (1995) A cooperação agrícola e os conflitos no assentamento 30 de Outubro. In: Workshop "Desenvolvimento de uma outra agricultura", Curitiba, V. I.
- CERNEA, Michael M. (1995) Primero la gente. Variables sociológicas en el desarrollo rural. México: Fondo de Cultura Económica.
- CHALOULT, Yves. (1988) Governo de transição com velhas práticas: o que sobra para o trabalhador rural? In: Nordeste Rural, vol. 07, n. 02, abr/jun. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro.
- EMATER. (1996) Projeto Técnico-Financeiro para a Associação dos Produtores do Imóvel Quandú - PROCERA Custeio e Investimento. Barra de Santa Rosa, Paraíba.
- ESTERCI, Neide; MEDEIROS, L. S.; FRANCO, M. P. & LEITE, Sérgio. (1992) Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: Revista Reforma Agrária, v. 22, set/dez. Campinas: ABRA.
- FAO. (1992) Indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. Rio de Janeiro: FAO.

- FERREIRA, Brancolina. (1994) Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: Medeiros et alli (Orgs.), Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Unesp.
- GIULIANI & CASTRO. (1996) Recriando espaços sociais: um análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: Estudos Sociedade e Agricultura, n. 06. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.
- GUIDDENS, Anthony. (1991) As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da Unesp.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. (1981) Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª edição.
- HEWITT, Keneth. (1983) The idea of calamity in a technocratic age. In: Interpretations of Calamity. Boston: Allen & Unwin Inc.
- JORGE, Mário. (1996) A seca nordestina - Medidas emergenciais do governo federal. MPO/SEPRE/UFPb, mimeo.
- LA RED. (1993) The Network for Social Studies on Disaster Prevention in Latin America: research agenda and constitution. Peru: La Red.
- LAVELL, Allan. (1993) Ciencias sociales y desastres naturales en América Latina: un encuentro inconcluso. In: Maskrey (Org.), Los desastres no son naturales. Colômbia: La Red.
- _____. (1995a) Entrevista publicada em 03 de dezembro. Campina Grande: Jornal da Paraíba.
- _____. (1995b) Degradación ambiental, riesgo y desastre urbano - Problemas e conceptos: hacia la definición de una agenda de investigación. Mimeo.
- LEIS, Héctor Ricardo & D'AMATO, José Luis. (1995) O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: Cavalcanti (org.), Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: FUNDAJ.

- LEROY, Jean-Pierre et alli. (1995) Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. In: Projetos estratégicos alternativos para o Brasil. Rio de Janeiro: FASE-FUSB.
- LOPES, Eliano Sérgio A. (1992) Projeto de assentamento Barra da Onça: dois anos depois, o que mudou? In: Revista de Reforma Agrária, v. 22, n. 03, set/dez. Campinas: ABRA.
- MAGALHÃES, Antônio Rocha. (1995) Um estudo de desenvolvimento sustentável do Nordeste semi-árido. In: Cavalcanti (Org), Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: FUNDAJ.
- MASKREY, Andrew. (1993) Vulnerabilidad y mitigación de desastres. In: Los desastres no son naturales. Colômbia: La Red.
- _____. (1994) Comunidad y desastres en América Latina: estrategias de intervención. In: Lavell (Org.), Viviendo en Riesgo. Colômbia: La Red.
- MASKREY, Andrew & ROMERO, Gilberto. (1993) Como entender los desastres naturales. In: Los desastres no son naturales. Colômbia: La Red.
- MOREIRA, Roberto José. (1997) Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. In: Estudos Sociedade e Agricultura, abril, n. 08. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.
- _____. (1996) Metodologias da reforma agrária: o Censo e o Projeto Lumiar. In: Estudos Sociedade e Agricultura, dezembro, n. 07. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.
- _____. (1995) Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. in: Workshop "Desenvolvimento de uma outra agricultura", Curitiba, v. II.
- MOREIRA, Orlandil de Lima. (1997) Diagnóstico do Assentamento Rural do Quandú. Guarabira: SEDUP/INCRA, mimeo.

- MOURA, Hélio A. de, & TEIXEIRA, Pery. (1997) Tendências recentes do crescimento populacional. In: Revista Estudos Avançados, v. 11, número 29, Janeiro/Abril. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1993) Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª edição.
- PINTO, Luis Carlos Guedes. (1995) Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964-1994. In: Revista de Reforma Agrária. Campinas: ABRA.
- PRADO JR., Caio. (1981) Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 3ª edição.
- Presidência da República. (1990) Diretrizes da ação governamental para o Nordeste. 1991 - 1995 - 2000. Brasília, DF.
- REBOUÇAS, Aldo da C. (1997) Água na região Nordeste: desperdício e escassez. In: Revista Estudos Avançados, v. 11, n. 29, Janeiro/Abril. São Paulo: IEA/USP.
- ROMEIRO, Adhemar et alli. (Orgs.) (1994) Reforma agrária: produção, emprego e renda - O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO.
- SALES, Ivandro da Costa et alli. (1984) Metodologia de aprendizagem da participação e de organização de pequenos produtores. In: Cadernos Cedes, n. 12. São Paulo: Cortez.
- SOUZA & TRIGUEIRO (Org.). (1987) Cidadão, Estado e Políticas no Brasil Contemporâneo. Editora de Brasília.
- SUDENE. (1995) Relación histórica resumida de las sequías del Nordeste. In: Desastres e Sociedad, jul/dez, n. 5. Lima: La Red.
- _____. (1995) Levantamiento histórico de las acciones gubernamentales para minimizar los efectos de las sequías de 1721 a 1995. In: Desastres e Sociedad, jul/dez, n. 5. Lima: La Red.

- SOLER, Norma Montalvo & CUNHA, Luis Henrique. (1997) Desastres, meio ambiente e desenvolvimento. A busca de um marco conceitual para o estudo dos problemas sócio-ambientais nas áreas de risco à seca no Nordeste. Fortaleza: ANPOCS.
- SOLER, Norma Montalvo. (1995) Degradação sócio-ambiental no semi-árido paraibano: o caso do município de Nova Palmeira (versão preliminar de pesquisa). Campina Grande: UNCAL/UFPb.
- STROH, Paula Yone. (1995) As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: Cavacanti (Org.), Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: FUNDAJ.
- TAVARES DE MELO, Antônio Sérgio. (1996) Desertificação, Aridez e Seca: uma contribuição didática. João Pessoa: mimeo.
- VERGULINO, T. B. O. & VERGULINO, J. R. O. (1997) Condições de irrigação no submédio São Francisco: vida dos trabalhadores sem terra. In: Lima et alli, Trabalho, Sociedade e Meio Ambiente. João Pessoa: Editora Universitária da UFPb.
- VIEIRA, Paulo Freire & WEBER, Jacques. (1997) Sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora.
- VINHAS, M. (1972) Problemas agrário-camponeses do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição.
- WHITE, Rober A. (1992) Fundamentos espirituais para uma sociedade ecologicamente sustentável. Brasília: Escritório Bahá'í de Meio Ambiente.
- WILCHES-CHAUX, Gustavo. (1993) La vulnerabilidad global. In: Maskrey (Org.), Los desastres no son naturales. Colômbia: La Red.
- _____. (1994) El sentido de la participación. In: Lavell (Org.), Viviendo em riesgo. Colômbia: La Red.

WILHITE, Donald A. (1994) Superando o enigma da seca: diretrizes para a década de 90. In: Série Leituras - Questões teórico-metodológicas para o estudo e pesquisa na área de calamidades. Ano I, n. 01, UNCAL/UFPb.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. (1994) Os desagios da organização interna de um assentamento rural. In: Medeiros et alli (Orgs), Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Unesp.